

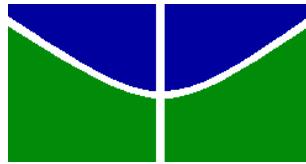
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Gláucia de Oliveira

AS PERCEPÇÕES SOBRE O SER NEGRO E AS MANIFESTAÇÕES DO PRECONCEITO
RACIAL PELOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Brasília

2011



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Gláucia de Oliveira

AS PERCEPÇÕES SOBRE O SER NEGRO E AS MANIFESTAÇÕES DO PRECONCEITO
RACIAL PELOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Faculdade de
Educação da Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciatura em Pedagogia, sob a orientação
da Profª.Drª. Teresa Cristina Siqueira
Cerqueira.

Brasília, julho de 2011

Gláucia de Oliveira

AS PERCEPÇÕES SOBRE O SER NEGRO E AS MANIFESTAÇÕES DO PRECONCEITO RACIAL PELOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Faculdade de
Educação da Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciatura em Pedagogia, sob a orientação
da Profª.Drª. Teresa Cristina Siqueira
Cerqueira.

Comissão Examinadora:

Professora Doutora Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professora Doutora Alice Farias de Araújo Marques
Centro de Educação Profissional - Escola de Música de Brasília

Professor Mestre Tadeu Queiroz Maia
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Gláucia de Oliveira

AS PERCEPÇÕES SOBRE O SER NEGRO E AS MANIFESTAÇÕES DO PRECONCEITO RACIAL PELOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Faculdade de
Educação da Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciatura em Pedagogia, sob a orientação
da Profª.Drª. Teresa Cristina Siqueira
Cerqueira.

Profª. Drª. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Orientadora)
Universidade De Brasília

Profª. Drª. Alice Farias de Araújo Marques
SEE - Centro de Educação Profissional - EMB

Profº Msc. Tadeu Queiroz Maia
Universidade de Brasília

Brasília, julho de 2011

Dedicatória

Aos meus pais,

*Pelo apoio durante a minha trajetória
acadêmica e a Deus pelo dom mais
precioso que podemos herdar: a vida.*

Brasília

2011

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado ânimo para percorrer minha caminhada em busca do conhecimento.

Aos meus pais em especial, por ter possibilitado a concretização desse sonho. Ao meu pai, Antonio Valdomiro, por ter se esforçado tanto para que esse sonho se tornasse realidade e à minha mãe, Eurly Aparizette, por ter estado sempre tão presente em minha vida, mesmo com as distâncias que a vida nos impõe, sem eles nada disso teria acontecido.

Agradeço ao meu irmão e meu companheiro de todas as horas, Glauber, pelas dicas e opiniões que sempre me ajudaram. Ao meu irmão Renato, pelo apoio dispensado na escolha do curso e por ter proporcionado uma das minhas maiores alegrias: minha sobrinha Lunna. À minha vó Nahir, que sempre me amparou nos momentos difíceis. À minha família como um todo, o meu muito obrigado.

Agradeço as minhas amigas Denilussi, Mariana de Carvalho, Camila Santos e Júlia Daniele, que sempre foram as minhas grandes aliadas durante esse percurso, sempre me apoiando e me ajudando em meio as minhas dificuldades. Ao Heleno, meu namorado, que esteve ao meu lado a todo o momento me amparando.

Agradeço a minha orientadora Teresa Cristina que desde o primeiro momento foi tão receptiva comigo, carinhosa e companheira.

Agradeço aos professores Tadeu Queiroz e Alice Farias, por ter aceitado participar dessa passagem importante da minha vida.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para a consolidação desse sonho.

A todos, obrigada de coração!

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categoria 1 – Compreensão do que é ser negro	78
Quadro 2 – Categoria 2 – O Lázaro Ramos se encaixa no papel de galã rico e sedutor de Insensato Coração?	81
Quadro 3 – Categoria 3 – Percepções sobre o dia-a-dia do adolescente negro na escola	83
Quadro 4 – Categoria 4 – Se já vivenciaram ou presenciaram situações de preconceito na escola	87
Quadro 5 – Categoria 5 – Se já observaram xingamentos preconceituosos na escola	89
Quadro 6 – Categoria 6 – Se já sofreram ou presenciaram algum tipo de discriminação fora da escola	91
Quadro 7 – Categoria 7 – Mapa Conceitual sobre Discriminação Racial na escola	93

SUMÁRIO

Dedicatória	V
Agradecimentos.....	VI
Lista de Quadros	VII
Sumário	VIII
Apresentação	10
Memorial Educativo	11
Resumo	19
Introdução	20
• Objetivo Geral	20
• Objetivos Específicos	20
CAPÍTULO I	22
1. Aprendendo e Diferenciando Conceitos sobre Relações Raciais	22
1.1 Conceituando Aspectos das Relações Raciais	22
1.2 Diferenciando Racismo, Preconceito Racial e Discriminação Racial	30
CAPÍTULO II	32
2. Relações Raciais no Brasil: Histórico e Legislação	32
2.1 Teorias das Desigualdades Raciais no Brasil Pós-Abolição	32
2.2. Desigualdades Educacionais e Ocupacionais Pós Abolicionismo	38
2.3. Desigualdades Sociais e o Mito da Democracia Racial	44
2.4. Medidas para a Promoção da Igualdade Racial	48
CAPÍTULO III	52
3. Instituições Escolares e as Relações Raciais	52
3.1 Primeiros Passos da Educação no Brasil	52
3.2. A Educação da População Negra no Brasil	55
3.3. A Escola como Promotora do Preconceito Racial	62
CAPÍTULO IV	70
Metodologia	70
4.1. Método	70
4.2. Participantes	71
4.3. Instrumentos	75
4.4. Local de Observação	74
4.5. Procedimentos	75
CAPÍTULO V	77

Análise de Resultados.....	77
CAPÍTULO VI	96
Considerações Finais.....	96
Perspectivas Profissionais	98
Referências	99
Apêndices.....	101
Anexos.....	110

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho se divide em três momentos, que são definidos por: memorial educativo, a monografia propriamente dita e as perspectivas profissionais. O memorial educativo é o momento do trabalho em que é feito um relato acerca de todas as experiências educacionais que eu já vivi, perpassando todos os níveis da minha trajetória escolar, que vai desde a educação básica até o ensino superior.

O segundo momento é a monografia, onde é elaborado um referencial teórico que aborda temas relacionados ao universo das relações raciais, como por exemplo, conceitos desta área do conhecimento, aspectos relacionados às desigualdades raciais, educação e legislação, a fim de que fosse verificado quais as percepções dos jovens acerca do ser negro e quais os tipos de manifestação de preconceito que podemos encontrar no ambiente escolar, para isso foi realizada uma pesquisa com jovens estudantes do ensino médio. A segunda parte deste trabalho também se dedica a analisar os resultados da pesquisa supracitada e a compilar esses resultados por meio das considerações finais.

Por fim, o terceiro momento é destinado a trazer algumas aspirações, de minha parte, a respeito do futuro no âmbito acadêmico e profissional.

MEMORIAL EDUCATIVO

A EDUCAÇÃO BÁSICA

A minha trajetória de vida tem origem na cidade de Niquelândia – Goiás, uma cidade que se destaca por possuir duas grandes empresas de mineração e que são as principais geradoras de emprego e riqueza da cidade. Niquelândia é uma cidade do norte do estado goiano com características e hábitos de cidade do interior e foi nesta cidade que fiz todas as fases da educação básica, desde a pré-escola até a terceira série do ensino médio. Aos seis anos de idade a minha mãe me colocou na escola para cursar o chamado “pré” e, aos sete anos entrei na primeira série do ensino fundamental, um pouco atrasada porque fazia aniversário no final do ano, então o meu ingresso se deu com quase um ano a mais em relação às outras crianças.

A minha vida escolar foi percorrida toda em uma escola particular da rede de ensino Pitágoras, pois a escola matinha um convênio com a empresa em que meu pai trabalhava na época, a CODEMIN, uma empresa de mineração, por isso toda a minha educação foi feita nesta escola com o benefício de bolsa integral.

O ensino fundamental foi uma etapa tranqüila, era uma aluna dedicada às atividades escolares e destacava bastante em sala de aula, pois me esforçava muito para fazer tudo bem feito. Foi a fase em que mais recebi elogios dos professores, o que me motivava muito para ser uma aluna exemplar. Tem até uma situação que me faz recordar ainda nos dias atuais, de quando estava na quarta série e a minha turma estava fazendo uma espécie de intercambio com uma turma da mesma série em outro estado, que não me recordo qual no momento e, devido a esta atividade havia sido escolhida pela turma e pela professora para corresponder com os alunos, por meio de cartas. Fiquei muito feliz em poder escrever as cartas para a outra turma e isso me deixou ainda mais segura para me esforçar cada vez mais para sair melhor em sala de aula.

A partir da quinta série aumentaram as disciplinas e começaram as dificuldades com algumas delas, principalmente matemática. Percebi então que, só a dedicação que tinha nos anos anteriores não adiantaria tanto assim para conseguir superar as barreiras que começariam a surgir. Esforçava muito para superar os obstáculos, mas passei a ter muita dificuldade para me comunicar com os professores e tinha muita vergonha de tirar as minhas dúvidas e acabava ficando com elas, o que me prejudicou muito no meu bom desempenho no ensino

médio. Conclui o meu ensino fundamental com uma trava muito grande em relação à proximidade com os professores. Tinha muito medo de falar em público e isso acabou me tornando uma pessoa muito tímida na frente de pessoas “desconhecidas” e, até hoje ainda carrego um pouco dessa característica comigo.

O meu ensino médio foi um pouco conturbado no que diz respeito às interações com os professores, ora eu me sentia muito a vontade para falar, perguntar e questionar e já em outras ocasiões não sentia confiante para dar nenhuma opinião na frente da turma. Era o caso da disciplina de matemática, como eu tinha muita dificuldade na disciplina e o professor não mantinha uma relação muito cordial com os alunos, eu tinha uma trava extremamente grande para me manifestar nas aulas e para realizar as atividades, devido à pressão que eu sofria a todo o momento. Já em outras disciplinas, como química e física, em que a professora era muito amigável com os alunos, nos tratava de igual pra igual, sem nenhuma imposição de autoridade, eu me sentia muito a vontade para me manifestar, tirar dúvidas e fazer intervenções nas aulas.

Mesmo com toda a dificuldade que eu tive que enfrentar com determinadas disciplinas eu nunca reprovei de ano e nem fiquei de recuperação, mas em todos os anos do ensino médio eu sempre passava no limite na disciplina de matemática, então isso sempre foi um tabu na minha trajetória e, consequentemente, não quis estender isso para a graduação.

Comecei a pensar em fazer um curso superior quando eu já estava na terceira série do ensino médio, foi o momento em que eu realmente abri a cabeça para novos horizontes, comecei a pesquisar sobre vários cursos de graduação que eu me identificava e, a escola também dava muito incentivo para os estudantes.

Nem todos os estudantes de Niquelândia, na época, pensavam em fazer um curso superior fora da cidade, essa idéia era mais recorrente em escolas particulares, onde o incentivo para uma boa formação era bem mais enfático.

A escola sempre procurou incentivar os alunos a sair da cidade e estudar em universidades com uma boa estrutura, seja por meio de depoimentos de ex-estudantes que conseguiram passar em vestibulares de universidades conhecidas, seja por meio dos simulados que eram realizados na escola com questões de vestibulares de universidades bem avaliadas, como é o caso da Universidade de Brasília.

Então, é muito claro que a escola foi peça essencial para a minha decisão de não parar de estudar e ir mais além, mas sem o apoio em especial do meu pai, creio que não seria

necessariamente dessa forma. O meu pai sempre valorizou muito a educação, sempre teve muitos livros em casa e isso acabou sendo muito importante pra minha formação, ele também sempre teve o discurso de que o maior sonho dele era ver os três filhos com formação de nível superior. E, com muito esforço, de ambos os lados, esse sonho pôde ser realizado e o mais importante de tudo isso é que ele conseguiu passar de forma consistente que o melhor caminho para se alcançar o sucesso é com a educação e isso ficará em mim para sempre para ser passado adiante.

O PRÉ-VESTIBULAR E A ESCOLHA DO CURSO

No ano de 2005, quando estava na terceira série do ensino médio, me identifiquei bastante com as disciplinas de química, física e biologia. A professora que dava as aulas de química e física utilizava vários recursos e estratégias pra motivar os alunos, mantinha uma relação muito próxima com os estudantes e, com isso eu acabei tendo muita facilidade nessas áreas. A biologia sempre teve um espaço na minha trajetória, pois sempre foi a disciplina que eu mais gostava de estudar, de pesquisar, achava tudo aquilo muito interessante.

Então, por causa dessas afinidades, ao término da educação básica comecei a pensar em cursar Farmácia ou Química, pois eram os cursos que tinham mais a ver com as áreas que eu gostava. Mas até aí ainda não tinha me atentado para o fato de que esses dois cursos tinham muita matemática em sua grade curricular.

No ano de 2005 o meu pai foi demitido da empresa onde ele prestou serviços por 22 anos. Foi um período muito difícil na vida de toda a família, foi como se o mundo tivesse desabado sobre nossas cabeças, pois a vida estável que levávamos estava toda comprometida. Na época eu ainda estava no terceiro ano e a minha bolsa estava ameaçada de ser cortada, mas felizmente consegui permanecer com o benefício até o final do ano.

Os primeiros dias foram muito difíceis, mas conseguimos nos reerguer um pouco mais quando meu pai usou o dinheiro da rescisão para comprar um hotel e um restaurante na cidade, a família toda se empenhou nesse novo projeto, que teve alguns obstáculos no princípio. Então, nesse momento de transição era fato que eu não conseguia sair da cidade para fazer um cursinho para tentar passar em uma universidade pública, os custos seriam altos demais para me manter fora.

No ano de 2006 comecei a fazer um curso preparatório para o vestibular na minha cidade e a trabalhar no restaurante do meu pai, mas no decorrer do primeiro semestre percebi

que eu não iria concorrer em caráter de igualdade com as pessoas que estudavam em uma cidade com uma estrutura de ensino maior.

Então, no segundo semestre de 2006, um dos meus irmãos, que já morava em Brasília, me fez a proposta de ir morar com ele e, fazer um curso preparatório para tentar o ingresso na UnB. Então, com o meu consentimento e de toda família eu dei início a um processo árduo, mas compensador, de muita dedicação e força de vontade.

No começo a adaptação à cidade foi muito difícil e não tinha muitas amizades, mas o curso pré-vestibular foi um ponto muito importante para minha interação com a cidade e com as pessoas, me possibilitou o contato com novos olhares e novas opiniões. Foi o período em que tive os melhores professores e também foi o período em que me dediquei mais aos estudos, tive a chance de aprender conteúdos que não tinha conseguido acompanhar no ensino médio.

Durante um ano eu me preparei para o vestibular da UnB e das Universidades Federal e Estadual de Goiás para os cursos de Farmácia e Química, mas em meio a esse processo percebi que a química e a biologia que eu gostava tanto no ensino médio, não ia ser a mesma que eu ia me defrontar na graduação.

Após um ano fazendo cursinho e sem ter passado no primeiro semestre de 2007, veio a notícia por parte do meu pai de que ele não poderia mais continuar pagando os estudos, então nos restou duas opções: passar no vestibular da UnB no segundo semestre de 2007 ou voltar pra minha cidade de origem e trabalhar.

Então, comecei a pensar em outras opções de cursos para poder ingressar na UnB o mais rápido possível. E, por motivos de exclusão de alguns cursos e também por motivos de familiaridade optei por prestar o vestibular para Pedagogia e, na minha primeira tentativa consegui o ingresso.

O CURSO DE PEDAGOGIA

O primeiro dia de aula no curso de Pedagogia me assustou muito, eu não me sentia fazendo parte daquele grupo e tudo era ainda muito estranho, pensei várias vezes em desistir, mas por força da minha família, mesmo longe, decidi continuar.

Aos poucos fui conhecendo mais o que era de fato a Pedagogia e vi que tinha várias vertentes que eu poderia seguir no curso e, logo de início me interessei muito pela área de pedagogia nas empresas.

A disciplina de Projeto 1 que é oferecida no primeiro semestre do curso, é responsável por mapear as áreas de atuação do pedagogo e foi muito importante pra mim, pois foi o que me possibilitou a decidir se era mesmo essa área que eu queria seguir na minha vida. Tive a oportunidade de conhecer o que eu poderia fazer, no futuro, sendo uma Pedagoga.

No percurso do curso me dediquei muito a saber um pouco mais do que era o pedagogo atuando dentro das instituições não escolares e como era esse profissional atuando no âmbito da gestão de uma escola. Esses dois eixos nortearam o meu percurso no curso de Pedagogia.

Durante o curso tive professores que eram verdadeiros mestres, onde eu pude aprender e crescer muito. Ensinaram-me de verdade como ser um bom professor, com muita ética, compreensão e dedicação, passando sempre a imagem de um profissional completo.

No primeiro semestre do curso tive muitas dificuldades com a disciplina de Antropologia e Educação, o conteúdo era muito bom e muito interessante e a professora era ótima para dar aulas mas, por mais esforço que eu fizesse, as menções das avaliações que fazia não eram muito satisfatórias, tanto que foi a única disciplina em toda a minha graduação que fiquei com uma menção inferior as demais. Mas esses contratempos não me abalaram muito, pois eu não era a única da turma que não conseguia atingir os objetivos das avaliações propostas.

Neste mesmo semestre eu também cursei a disciplina de Oficina Vivencial que eu simplesmente adorava, a disciplina foi essencial para proporcionar uma interação e integração com os calouros, me fez aproximar de grandes amigos e me deixou mais a vontade no curso.

No terceiro semestre do curso fiz a disciplina de Administração das Organizações Educativas, que era orientada para ser cursada pelos alunos apenas no quinto semestre, mas mesmo assim quis arriscar e tentar fazê-la. A professora competentíssima e muito exigente passava uma imagem diferente dos outros professores que já tinha tido no curso. No começo fiquei com muito medo de não dar conta e de não atender aos objetivos da disciplina. Esforçava-me ao máximo, lia todos os textos e tentava passar por cima da timidez e participar mais em sala de aula.

Com o passar do tempo virei fã da professora e me acostumei com o método de ensino mais rígido, e posso garantir que foi uma das melhores professoras que eu tive na graduação e que eu aprendi muito.

Nesse mesmo semestre fiz a fase 1 do Projeto 3 em Pedagogia nas Empresas que havia sido a vertente que tinha mais me interessado nos Projetos 1 e 2. O curso foi bastante proveitoso e aprendi muito sobre a atuação dos pedagogos em organizações não-escolares. Então, no semestre seguinte decidi continuar estudando e pesquisando a mesma temática e, logo em seguida comecei a estagiar em um órgão público na área de treinamento e aperfeiçoamento dos servidores, o que me fez me aproximar ainda mais da área estudada.

Os meus planos era de dar prosseguimento nos Projetos do curso dando o mesmo enfoque do começo, no entanto, quando estava no quinto semestre, o professor que ministrava as aulas se aposentou e não teve como desenvolver a pesquisa nessa mesma temática. Foi então que comecei a pesquisar outra temática que me interessava e a que eu mais me chamou atenção foi a área de Gestão Escolar, e nesse momento dei início a uma pesquisa em uma escola pública do Distrito Federal.

Nesse semestre as disciplinas ofertadas na Faculdade de Educação que eu não tinha cursado começaram a diminuir cada vez mais e, então decidi buscar novos olhares na área da psicologia. Uma experiência incrível! Principalmente a disciplina de Psicologia Aplicada à Administração que tem tudo a ver com a atuação de pedagogos e psicólogos no ambiente organizacional. Fiquei tão empolgada com a matéria que vivia pensando em fazer o meu trabalho final de curso com base em algum conteúdo visto em sala de aula, mas ainda tinha um caminho pequeno a ser percorrido no curso.

Na disciplina de Projeto 4 fase 1, no sexto semestre do curso, continuei a temática da gestão escolar, agora focada mais na gestão democrática, e realizei as minhas observações na gestão de uma escola pública. Participava das reuniões com os professores e do dia-a-dia da direção, no começo da observação senti um pouco de resistência por parte da equipe gestora, mas com o tempo a confiança foi tomando conta e o meu espaço foi se abrindo na escola. Vivência muito válida para conhecer a gestão de uma escola pública, visto que a maioria das observações realizadas no curso de Pedagogia é para verificar a prática da sala de aula, que não deixa de ser importante para a formação do pedagogo.

O sétimo semestre do curso foi o momento eu que tive que vivenciar a prática da sala de aula com o Projeto 4 fase 2. Fiquei alguns meses observando crianças do primeiro ano do ensino fundamental e auxiliando a professora nas atividades dadas em sala de aula. Um trabalho muito gostoso de ser feito pelo enorme carinho que as crianças têm por você, fazendo perceber que a recompensa maior do professor é ver as crianças felizes e aprendendo cada vez mais.

Também posso destacar desse mesmo semestre a disciplina de Seminário de Trabalho Final de Curso, que julgo essencial e obrigatória para todos os formandos, pois dá uma visão muito ampla do que é a construção do trabalho monográfico, além de orientar suas idéias para um possível tema de pesquisa e amadurecê-lo.

A disciplina de Avaliação nas Organizações Educativas também foi muito importante no curso. A competência e exigência do professor foram essenciais para o desenvolvimento do comprometimento do grupo com o conteúdo a ser estudado.

O último semestre do curso foi um dos mais prazerosos que pude ter na academia, pois pesquisei um assunto que julgo muito importante e que foi muito gostoso desenvolve-lo, e também tive o prazer de cursar a disciplina de Canto Coral, que me fez conhecer um pouco mais da grandiosidade do universo da música e me afeiçoar por essa área.

ESCOLHA DO TEMA DE PESQUISA

Sempre ao longo de minha trajetória foi passado pela minha família valores para se levar por toda a vida, como a simplicidade e o respeito pelas pessoas, independente de “raça”, religião ou orientação sexual. O meu círculo de amizades sempre foi muito diversificado, geralmente com pessoas com história de vida totalmente diferente da minha, e sempre agi com muita naturalidade diante dessas diferenças.

Ao chegar a Brasília tive o desprazer de presenciar em diversas ocasiões, verdadeiros absurdos de preconceito e discriminação por determinados grupos da sociedade. No começo tentava não dar ouvidos aos comentários, mas depois de certo tempo fui me indignando a ponto de não conseguir mais disfarçar a intolerância com certos comentários.

Percebi em algumas pessoas um sentimento muito forte de rejeição a pessoas de outros estados, como foi o meu caso que vim do estado de Goiás, e também aos negros. Esse sentimento de indignação permaneceu dentro de mim durante toda a minha graduação e, quando questionado na disciplina de Seminário de Trabalho Final de Curso, qual seria o meu tema de pesquisa para a monografia eu pensei bastante para decidir, mas sabia que teria que ser um tema que eu me identificasse e me entregasse por inteiro para produzir. Veio então a idéia de falar algo relacionado a diversidade cultural, pois Brasília como sendo uma cidade palco para pessoas de vários lugares do país e onde a diversidade está presente em todos os cantos, achei que seria uma pesquisa válida e me motivaria muito para realizá-la.

Mas diversidade cultural é um tema muito extenso e que requer muito trabalho, optei então por delimitar a minha pesquisa e trabalhar com o preconceito dentro do ambiente

escolar, mas especificamente o preconceito racial, um mal que ainda aflige muitas crianças e adolescentes dentro da escola.

Como o preconceito racial ainda é um aspecto presente em nossa sociedade, coloquei-me o desafio de tentar verificar quais são as percepções dos adolescentes acerca do ser negro e quais os mecanismos de manifestação que podemos verificar na escola.

RESUMO

O presente trabalho procura mostrar qual a percepção dos adolescentes acerca do ser negro e quais são os mecanismos de manifestação do preconceito racial na escola. Para isso, o trabalho busca abordar no referencial teórico a conceituação e diferenciação de alguns termos usados no estudo das relações raciais, busca fazer um histórico das desigualdades sociais, econômicas, educacionais e ocupacionais a que os negros vêm sendo submetidos desde o final da escravidão, e também faz um apanhado geral da educação dos negros no Brasil, enfatizando aspectos mais relevantes. Por fim, são apresentadas as variadas formas de preconceito racial que encontramos na escola e como a mesma vem promovendo a perpetuação dessas práticas por meio do silêncio dos professores e agentes educativos diante de atitudes discriminatórias ocorridas no ambiente educativo. Foi utilizado para a pesquisa de campo o método exploratório descritivo, utilizando para a coleta de dados a técnica de grupo focal. A pesquisa trouxe vários aspectos relacionados ao orgulho de ser negro, à luta, superação, bem como às dificuldades, ao preconceito, à baixa auto-estima, o medo etc. Em síntese, pôde ser verificado nesta pesquisa que o silêncio instaurado na escola diante de atitudes discriminatórias tende a influenciar a percepção dos jovens diante do preconceito, mesmo sendo claro aos seus olhos os comportamentos de preconceito racial por meio de piadas e brincadeiras.

Palavras-chave: preconceito racial; negros; discriminação; escola; manifestações de preconceito.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da pesquisa realizada na disciplina de projeto V do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília que teve como propósito analisar aspectos relacionados ao preconceito racial em uma escola pública do Distrito Federal com alunos de uma turma de terceiro ano do ensino médio. Para isso verificou quais são as percepções dos estudantes acerca do ser negro e quais são os tipos de manifestação do preconceito racial que mais podemos observar no ambiente escolar.

É visto que, as práticas do preconceito e da discriminação racial ainda estão muito presentes na sociedade e são consideradas por muitos teóricos uma herança do período escravista no Brasil, como será exposto no primeiro capítulo deste trabalho, bem como as desigualdades a que é relegada a população negra. A escola como sendo um lugar onde existe uma grande diversidade cultural, que propicia o contato entre pessoas com características diferentes, tende a possibilitar certas intolerâncias por causa do convívio que é, de certa forma, forçado e acaba gerando práticas de preconceito. Verifica-se assim a importância de se estudar assuntos relacionados ao preconceito racial na escola, que é o ambiente onde esse tipo de prática pode ser observado a todo o momento e de diversas formas.

A importância desta pesquisa está relacionada aos esclarecimentos que a mesma pode trazer para os futuros trabalhos que venham a estudar esse tema, pois a partir desta pode-se verificar como os adolescentes vêem e lidam com o preconceito racial na escola e quais são os tipos de manifestações que podemos visualizar neste ambiente.

No que se refere aos objetivos deste trabalho, podemos destacar como o **objetivo geral** a idéia de verificar **qual a percepção dos adolescentes acerca do ser negro e quais são os mecanismos de manifestação do preconceito racial na escola**. Para se alcançar este objetivo maior foram traçadas alguns **objetivos específicos** que tiveram como finalidade: **verificar a compreensão que os alunos têm do que é ser negro; averiguar como os alunos manifestam o preconceito racial contra os colegas na escola; examinar a percepção dos alunos acerca do preconceito racial na sociedade e na escola**.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa de campo com adolescentes do ensino médio de uma escola pública do Guará, onde foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, mais especificamente o método exploratório descritivo. Para alcançar os objetivos definidos por esta pesquisa, utilizando o método descrito acima, foi escolhida a

técnica de grupo focal para a coleta dos dados e para traçar o perfil dos participantes elaborado um questionário para a caracterização dos alunos. A participação dos estudantes ocorreu mediante autorização e consentimento dos pais e/responsáveis e com o apoio da direção da escola.

Este trabalho está dividido em seis capítulos que são responsáveis por delinear o referencial teórico acerca do tema, expor a metodologia de pesquisa, analisar os resultados da pesquisa e apresentar as conclusões do trabalho.

O capítulo 1 se dedica a esclarecer alguns conceitos que permeiam as relações interraciais, conceituando-os para uma melhor compreensão do leitor sobre o tema. Diferencia alguns conceitos importantes como o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial.

O capítulo 2 faz um apanhado geral do histórico das relações raciais no Brasil desde a abolição da escravatura, descrevendo brevemente teorias sobre as desigualdades raciais no país, as desigualdades educacionais, ocupacionais e sociais que a população negra enfrentou no período pós abolição. Também faz referência ao mito da democracia racial que foi instalado no Brasil e a luta da população negra pela igualdade de oportunidades e pelo reconhecimento por parte das autoridades da existência do preconceito e da discriminação. E, por último, este capítulo vem trazer algumas medidas que foram tomadas em nosso país para a promoção da igualdade racial e vem mostrar como os direitos dos negros estão inseridos em nossa legislação.

O capítulo 3 faz uma relação entre as instituições escolares e as relações raciais, abrangendo aspectos do histórico da educação no Brasil e, mais especificamente, a educação da população negra. Além disso, vem abordar a questão da escola como promotora do preconceito racial em seu próprio espaço.

No capítulo 4 é exposta a metodologia de pesquisa utilizada na execução deste trabalho, a descrição dos participantes da pesquisa, os instrumentos utilizados para o desempenho dos objetivos e os procedimentos realizados para o cumprimento das atividades. O capítulo 5 se limita a analisar os resultados da pesquisa, de acordo com os teóricos expostos neste trabalho e, por fim, o capítulo 6 traz as conclusões obtidas a partir do trabalho realizado.

CAPÍTULO I

1. Aprendendo e Diferenciando Conceitos sobre Relações Raciais

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns conceitos que dizem respeito às relações raciais, os quais, tendo em vista a similaridade podem até serem considerados como sinônimos e, no entanto, se diferem em pontos cruciais. São eles: Preconceito racial, Racismo e Discriminação Racial são os principais conceitos que tendem a ser confundidos e que este capítulo se propõe a esclarecer e diferenciar. Outros conceitos adjacentes como o de raça, estereótipo e etnia serão apresentados tendo em vista complementarem os conceitos principais.

1.1. Conceituando Aspectos das Relações Raciais

Para adentrarmos melhor ao tema da pesquisa temos que ter claro em nossas mentes alguns conceitos importantes para este trabalho, dentre eles está o preconceito, uma palavra de uso corrente no nosso dia-a-dia em diversas situações e que merece atenção quanto à sua forma de aplicação e contextualização.

Do ponto de vista epistemológico, segundo Dallari, “a palavra preconceito significa prejulgamento, ou seja, ter idéia firmada sobre alguma coisa que ainda não se conhece, ter uma conclusão antes de qualquer análise imparcial e cuidadosa” (DALLARI *in* CARDOSO *et al*, 1996/97, p. 89). Em síntese, preconceito é um prejulgamento que uma determinada pessoa faz em relação a outra pessoa, ou a um grupo, ou a uma idéia, sem ter conhecimentos prévios mínimos para realização de tal análise. Dallari *in* Cardoso *et al* (1996/97) também coloca que, na prática esse conceito foi mais adiante, sendo definido então, não apenas como um prejulgamento, mas um prejulgamento negativo. Então pode-se entender que um ser preconceituoso julga uma pessoa ou alguma coisa de forma negativa antes mesmo de possuir conhecimentos necessários para se realizar um julgamento imparcial.

Jones (1973) também conceitua preconceito e diz que é “o julgamento negativo e prévio dos membros de uma raça, uma religião ou dos ocupantes de qualquer outro papel social significativo, e mantido apesar de fatos que o contradizem” (JONES, 1973, p. 54).

Geralmente, as definições da palavra preconceito são muito próximas, no entanto os significados que lhe são dados no dia-a-dia são os mais variados. O preconceito passa a ser

observado pelas pessoas em quase todas as situações de desrespeito, dando-lhe uma abrangência muito grande. E, para que a palavra ‘preconceito’ não seja banalizada na sociedade, sendo aplicada para as mais diversas situações, Jones (1973) propõe três perguntas a serem respondidas para verificar se de fato o que está sendo analisado é ou não preconceito. As perguntas essenciais são:

1. É um julgamento prévio?
2. Haverá fatos que o contradigam?
3. Seriam esses fatos conhecidos pela pessoa no momento em que apresentou seu julgamento?

Segundo Jones (1973) ao serem respondidas essas três perguntas pode-se analisar se o indivíduo está tendo uma atitude preconceituosa ou não, mas não é tão simples assim fazer essa aferição. São características que estão muito no íntimo do indivíduo sendo difíceis as verificações exatas e objetivas.

A atitude preconceituosa por parte de determinada pessoa não surge do nada, ela tem origem em outros tipos de atitudes manifestadas pelo ser humano, que vamos chamar aqui de raízes do preconceito. Segundo Dallari *in Cardoso et al* (1996/97), as cinco atitudes que contribuem cada vez mais com a prática do preconceito são a ignorância, a educação domesticadora, a intolerância, o egoísmo e o fator que possui mais influência dentre estes: o medo. Colocada as principais raízes do preconceito vamos exemplificar de que forma essas cinco atitudes podem influenciar na prática do preconceito e, consequentemente como pode ser reduzida com base no controle dessas cinco atitudes geradoras.

A primeira atitude que vamos citar e que é propícia para a manifestação do preconceito é a ignorância. A ignorância impossibilita a pessoa de tentar ser justo em relação ao próximo, não se importando com as origens das injustiças e passando simplesmente a reproduzir o que lhe é dito. O pior ignorante é aquele que não busca saber o porquê das coisas, como diz Dallari *in Cardoso et al* (1996/97), a presa mais fácil do preconceito é o ignorante que não sabe e não quer saber, é aquele que está satisfeito com a sua ignorância. Acontece que quando alguém passa uma idéia preconceituosa para uma pessoa com essas características, essa pessoa não procura saber se aquela informação que lhe foi passada é verdadeira ou se foi inventada, ela apenas transmite sem querer saber o porquê aquilo lhe foi dito e, sem lhe dar conta das injustiças que comete.

Outro fator que também acaba influenciando na disseminação do preconceito é a educação domesticadora que, segundo Dallari,

Consiste em educar alguém, que poderá ser uma criança ou um adulto, para aceitar sem reflexão ou crítica tudo aquilo que se impinge como verdade e que, muitas vezes, estimula a prática de atos manifestamente ofensivos aos direitos humanos fundamentais e a dignidade da pessoa humana. (DALLARI *in CARDOSO et al 1996/97*, p. 92)

É compreensível que por uma criança receber uma educação domesticadora, que proporcione atitudes preconceituosas desde muito cedo, esta seja estimulada a manifestar verdades prontas e absolutas e passe a agir de maneira a disseminar o preconceito em seu contexto. Pois, se os próprios pais falam e agem de maneira preconceituosa, vai ser natural para esse indivíduo agir da mesma forma quando estiver apto a disseminar suas idéias e opiniões, reproduzindo assim o preconceito por gerações, pois ele passa de pai para filho como uma verdade pronta e acabada.

Outro fator gerador do preconceito é a intolerância. Vivemos em uma sociedade hoje em que o individualismo é muito valorizado por razões que vão desde a ordem social até a econômica, não sobrando espaço para a solidariedade entre as pessoas. Sendo assim, como diz Dallari,

Nesse quadro o preconceito tem passagem fácil, pois as relações entre as pessoas, como é bem evidente nas grandes metrópoles, está sempre muito próximo de um confronto de competidores ou mesmo inimigos, cujos vícios e defeitos devem ser ressaltados para que fiquem em posição inferior. (DALLARI *in CARDOSO et al 1996/97*, p. 93)

Então, para se manter esse individualismo e essa competitividade entre as pessoas, tudo que um indivíduo faça ou fale de forma depreciativa para “passar por cima” dos outros é, de certa forma, justificado para se alcançar um objetivo maior nessa sociedade capitalista.

A atitude egoísta também contribui bastante para a manifestação do preconceito, pois a pessoa egoísta por só pensar em si e no que lhe convém não importa com a consequência e a justiça de suas atitudes, comportamento e palavras. Característica que é ressaltada em situações consideradas de competição, pois o egoísta não se importa com o seu “inimigo”, querendo sempre inferiorizá-lo e rebaixá-lo para conseguir se superar e sempre ter êxito em

suas ações. Então, para o egoísta todas as pessoas que venham de alguma forma prejudicar os seus interesses são desprovidos de qualquer qualidade e desmerecedores de respeito, manifestando, dessa forma, o preconceito.

Por fim, o último e mais importante elemento para a manifestação de atitudes preconceituosas é o medo. O medo é o protagonista da maioria das situações preconceituosas que se vêem atualmente, por exemplo, uma situação bastante comum e que Dallari faz referencia é o fato de que “o preconceituoso tem como ponto de partida que todo negro pobre é um criminoso em potencial e por esse motivo muitas vezes comete violências “preventivas”, para se defender de um risco imaginário.” (DALLARI *in CARDOSO et al*, 1996/97, p. 95) O preconceito está embutido no íntimo da pessoa, e ela não consegue perceber que o fato da pessoa ser negra não quer dizer que ela é criminosa e que oferece perigo pra sociedade.

Agora que já sabemos o que é preconceito e quais são os cinco elementos geradores desse tipo de atitude, vamos nos atentar para outros conceitos que podem ser confundidos com o preconceito e diferenciá-los entre si. O principal conceito que pode ser comparável é o de Estereótipo, pois eles se assemelham em vários aspectos, principalmente no que se diz respeito à atribuição de um valor negativo para determinadas pessoas ou grupos. Segundo Carrara e Heilborn (2009) o estereótipo nada mais é que a generalização e atribuição de valor, geralmente negativo, a determinadas características de um grupo, reduzindo-o assim a tais características atribuídas. Os estereótipos são os principais responsáveis por gerar atitudes preconceituosas, pois eles que proporcionam a atribuição de valor negativo inicial acerca de determinados grupos e indivíduos.

Caminhando agora um pouco para a definição de preconceito racial pode-se afirmar que, segundo Cox citado por Jones (1973, p. 94), “... o preconceito de raça é apenas uma atitude social perpetuada para manter e justificar a posição superior e vantajosa da classe alta com relação à classe inferior”.

No entanto, esta teoria de Cox caiu por terra ao verificar que a classe alta se utilizava desta justificativa apenas para mascarar o preconceito racial vivido nos séculos passados e que os excessos desse preconceito estavam evoluindo para o que chamamos de racismo, onde se assumia a superioridade das raças com base em características físicas.

Como vimos anteriormente nenhum tipo de preconceito, inclusive o preconceito racial, é oriundo do nascimento. As atitudes preconceituosas são aprendidas durante o processo de

socialização do individuo pelas pessoas adultas, são transmitidas de maneira direta para a criança e é amadurecida no decorrer do tempo, intensificando ou amenizando.

Outro conceito importante a se diferenciar é o racismo, que consiste em uma doutrina que além de afirmar a existência de raças na nossa sociedade, ainda afirma que umas se sobressaem sobre as outras, tornando-se superiores. Afirmam ainda que a superioridade de determinadas raças sobre as outras é de caráter hereditário (CARRARA e HEILBORN, 2009).

A atitude racista então é aquela que não apenas manifesta uma reação adversa ao outro, mas aquela que também o subordina pelo seu pertencimento biológico a diferentes “raças”, por considerar supostos defeitos inatos e hereditários nesses grupos.

Para se afirmar que o racismo existe é necessário que a sociedade seja racializada, ou seja, marcada por diferentes ‘raças’. Mas ocorre que no âmbito da ciência não existem várias raças, mas uma que é a raça humana. O que as pessoas chamam de raças que consiste no preto, no branco, no amarelo e no pardo, segundo Santos (1980, p.11), “são apenas conjuntos de indivíduos que tem essas cores – nada mais”. A palavra raça pode ser considerada uma das mais confusas, pois ela já foi usada em diversas circunstâncias, inclusive pelo governo, para propagandear seus propósitos e, por isso ainda gera muitas dúvidas a seu respeito.

No ano de 1936, muitos cientistas acreditavam que pudessem existir em nosso meio as chamadas “raças puras”, aquelas que nunca haviam se misturado com outras. No entanto sabe-se hoje que esse feito seria impossível, pois como coloca Santos (1980, p.12), “um grupo humano que tivesse se mantido puro, sem se misturar com outro, não sofreria mutações e, dentro de algum tempo, desapareceria”. O que acaba diferenciando uma “raça” da outra nada mais é que suas características anatômicas, como a cor da pele, cor do cabelo, textura do fio de cabelo, altura, etc.

Santos (1980) ainda expõe que se pudessem despir as pessoas de todas as suas características externas restariam apenas as características genéticas, que não dizem muito respeito às características externas e que são chamadas, pelo meio científico, de “raças invisíveis”. Dessa forma, como a humanidade tem se relacionado com pessoas com características bem diferenciadas, a “raça invisível” de uma pessoa que tem a cor da pele branca poder ser exatamente igual à de uma pessoa com cor da pele preta, ou amarela, etc.

Esse exemplo que Santos (1980) nos trouxe deixa bem claro que o racismo não faz muito sentido, pois não existe superioridade ou inferioridade de nenhum grupo racial sobre

outro qualquer. Ou seja, o racismo é fácil de ser desmontado à medida que se estuda sobre os preceitos em que ele se sustenta.

O racismo é observado em todos os lugares do planeta consistindo assim em um fenômeno universal, que é passado de geração a geração por meio das crenças religiosas, das imitações de pai para filho, dos exemplos vistos na sociedade, por vários meios de propagação, sejam eles grandes ou pequenos. Então será que seria certo pensar que o racismo sempre existiu e sempre vai existir? Segundo Santos (1980, p.34), “os racistas têm naturalmente interesse em definir o racismo como uma característica da “natureza humana”; como a “natureza humana” é imutável, o racismo, por consequência, jamais desaparecerá”. No entanto Santos (1980) define o racismo como sendo fruto do capitalismo e que tem crescido e resistido a cada empecilho que lhe aparece e que, até hoje, nenhum sistema social foi capaz de eliminá-lo.

Por muito tempo o Brasil viveu com o mito de que não existia nenhuma forma de preconceito e discriminação racial em seu território e que todos os grupos raciais viviam em plena harmonia – mito que foi mantido por muito tempo como forma de controle social. Isso prejudicou bastante as manifestações do movimento negro pelo país e a diminuição e extinção das variadas forma de discriminação. Santos (1980) resume de forma bem simples que “se a sociedade brasileira deseja acabar com a violência e o racismo, deve confessar que é violenta e racista.” (SANTOS, 1980, p. 48). O primeiro passo tem que ser dado para que se possa trabalhar de verdade sobre os focos de racismo ainda existente em nossa sociedade a fim de eliminá-lo.

É fato que a nossa sociedade possui características racistas desde muito cedo e não há apenas uma forma de manifestação do racismo por parte das pessoas. Pode-se constatar ao menos três formas de manifestação do racismo em nossa sociedade. Seriam elas: o racismo individual, o racismo institucional e, por último, o racismo cultural.

O racismo individual é o mais comum deles e pode ser revelado de várias maneiras; ele crê na superioridade de uma raça sobre a outra por causa de características que podem ser elas genotípicas ou fenotípicas, ou seja, acham que determinados grupos raciais são inferiores a outros por possuírem peculiaridades em suas características genéticas ou físicas.

Segundo Jones (1973, p. 105), “as formas e expressões culturais das pessoas negras são também vistas, pelos brancos racistas, como inferiores”. Para o indivíduo racista tudo que o grupo racial considerado inferior faz é feio e não digno. Todas as características que diferem

os negros dos brancos são consideradas traços de uma classe inferior. Às vezes o indivíduo racista até percebe e entende as diferenças e as peculiaridades dos negros em relação aos brancos, porém ele avalia as expressões dos negros de forma negativa e dos brancos de forma positiva.

Jones (1973) coloca que são vários os racistas individuais e que eles agem de diversas maneiras, porém eles possuem um fator em comum que é a certeza na inferioridade dos negros, seja a inferioridade física, intelectual, moral ou mesmo cultural. No entanto, o que Jones (1973) considera como a forma mais extrema de racismo individual é que,

... A forma extrema de racismo individual seria uma pessoa que acreditasse na inferioridade natural dos negros, de acordo com critérios físicos; que acreditasse que tais diferenças físicas fossem determinantes de diferenças básicas de inteligência, moralidade e assim por diante, que tais diferenças criassem uma cultura inferior, finalmente, que as características inferiores constituíssem uma base legítima para tratamento especial e desigual na sociedade... (JONES, 1973, p. 107)

Jones (1973) considera o pico do racismo individual aquele que acha que os negros são inferiores porque nasceram com essa inferioridade, veio marcado na genética e os consideram incapazes de realizar muitas coisas que as pessoas brancas realizam. Tudo o que vem do negro é visto algo como pior e legitima as diferenças no tratamento para com eles. Esta é a forma mais absurda de racismo e que vai contra todos os estudos científicos como vimos anteriormente.

O outro tipo de racismo que podemos ainda hoje encontrar em nossa sociedade é o chamado racismo institucional que tem por objetivo, como diz Jones (1973, p. 05), "... a manipulação consciente de instituições, a fim de atingir objetivos racistas. Para isso, as instituições racistas são apenas extensões do pensamento racista individual".

Ou seja, indivíduos racistas passam a agir com a tutela de uma instituição com o intuito de atingir os grupos raciais inferiorizados, dificultando, por exemplo, seu acesso a um cargo ou a uma vaga de estudos. No entanto, o racismo individual pode ser exercido de duas maneiras no pensamento de Jones (1973),

Portanto, o racismo institucional tem dois sentidos: em primeiro lugar, é a extensão institucional de crenças racistas individuais, isto consiste fundamentalmente, do emprego e manutenção de instituições devidamente

constituídas, a fim de manter uma vantagem racista com relação a outros. Em segundo lugar, é o subproduto de alguma práticas institucionais que atuam de forma a limitar, a partir de bases raciais, as escolhas, os direitos, a mobilidade e o acesso de grupos de indivíduos a outras posições. (JONES, 1973, p. 05)

O racismo institucional pode ser manifestado calcado nas crenças racistas de determinados indivíduos, fazendo assim a instituição caminhar para as práticas racistas, bem como ele pode estar calcado em uma idéia da instituição como um todo, onde as práticas da instituição se baseiam em atitudes racistas.

O racismo também está presente nas instituições quando estas se propõem a um programa em que é visada a igualdade racial, sem ao menos existir a mesma na sociedade em questão e a aplicação desse programa acaba gerando práticas racistas. Em síntese Jones (1973, p. 117) diz que “se há consequências racistas das leis, das práticas ou dos costumes institucionais, a instituição é racista, independentemente do fato de os indivíduos que mantêm tais práticas terem, ou não, intenções racistas”.

Ou seja, a instituição representa todos os indivíduos que a compõe, sendo estes racistas ou não. Então a instituição pode ser considerada racista se for gerenciada por apenas uma pessoa ou um grupo de pessoas que compartilham dessa idéia em questão.

O outro tipo de racismo que abrange tanto o racismo individual como o institucional é o chamado racismo cultural e ele pode ser definido, segundo Jones (1973, p. 05), “como a expressão individual e institucional da superioridade da herança cultural de uma raça com relação a de outra”. O racismo cultural considera que a sua cultura é melhor que a do outro e exerce essa prática tanto por vontade própria do indivíduo racista como por meio de alguma instituição.

O racismo cultural se assemelha em vários pontos com o etnocentrismo, pelo fato maior de considerar sua cultura melhor que a do outro e desprezá-la. “No entanto, um fator significativo que transcende o simples etnocentrismo é o poder. Este poder para atingir de maneira significativa as vidas de pessoas étnica ou culturalmente diversas é o fato que transforma o etnocentrismo branco em racismo cultural branco” (JONES, 1973, p. 134).

Podemos observar então que existem três formas de manifestação do racismo em nossa sociedade: o individual, o institucional e o cultural e, dentro do quadro de racismo institucional podemos colocar em questão o racismo que é visto dentro das escolas, que infelizmente ainda é muito freqüente. Falaremos sobre essa questão mais adiante.

1.2. Diferenciando preconceito racial, racismo e discriminação racial

Desde muito tempo esses conceitos têm sido tratados como sinônimos em nossa sociedade e, cabe a este trabalho diferenciá-los a fim de proporcionar uma compreensão melhor acerca do tema de pesquisa. De acordo com a conceituação de Santos citado por Jaccoud (2002), o preconceito e o racismo se distinguem da discriminação racial pelo fato de ambos se caracterizarem como um modo de ver certas pessoas ou grupos e a discriminação, em particular, é de que forma a pessoa manifesta concretamente o seu modo de ver. A discriminação estaria mais ligada ao comportamento ou a ação que a pessoa tem diante de determinadas situações de diferenças de cor. Dessa forma, “quando o racista ou o preconceituoso externaliza sua atitude, agora transformada em manifestação, ocorre a discriminação”. (SANTOS *apud* JACCOUD, 2002, p. 38)

O racismo e o preconceito também se distinguem entre si visto que o racismo parte do pressuposto da superioridade ou inferioridade das raças, partilhando da crença de que determinados grupos da sociedade possuem defeitos que dizem respeito à intelectualidade ou mesmo a características físicas sendo denominados então como inferiores. Já o preconceito racial, como diz Jaccoud (2002, p. 38), “limita-se à construção de uma idéia negativa sobre alguém produzida a partir de uma comparação realizada com o padrão que é próprio àquele que julga”. Sendo assim, enquanto o preconceito se dedica apenas a criar uma imagem negativa de grupos raciais distintos, o racismo afirma que existe uma superioridade de determinas “raças” sobre as outras, seja por características físicas ou biológicas.

Outros conceitos que também pedem para serem diferenciados são os de discriminação racial direta e discriminação racial indireta. De acordo com Jaccoud (2002) a discriminação direta é aquela em que o sujeito que discrimina, ou seja, o que executa, exclui o outro unicamente por conta de sua cor, discriminando-o. Já a discriminação indireta é,

Aquela que redonda em uma desigualdade não oriunda de atos concretos ou de manifestação expressa de discriminação por parte de quem quer que seja, mas de práticas administrativas, empresariais ou de políticas públicas aparentemente neutras, porém dotadas de grande potencial discriminatório. (GOMES, 2001 *apud* JACCOUD, 2002, p. 39.)

Este tipo de discriminação tem sido entendido como uma das formas mais cruéis de discriminação, pois a sua perversidade é camouflada e acaba gerando maiores desigualdades

entre os grupos raciais. Esse tipo de discriminação pode ser observado quando os índices de determinados fatores socioeconômicos são muito diferentes entre os grupos etnicamente definidos.

Podemos observar por meio das colocações anteriores que existem aspectos cruciais que diferem determinados conceitos de outros e, para que se entenda melhor as relações raciais existentes no nosso país é necessário que esses conceitos estejam claros e bem definidos.

CAPÍTULO II

2. Relações Raciais no Brasil: Histórico e Legislação

A população negra do Brasil vem sofrendo com as desigualdades sociais desde o período da escravidão e, mesmo após a abolição da escravatura, no ano de 1888, essas desigualdades ainda permaneceram em várias instâncias, conforme constatou algumas pesquisas. Várias são as teorias – que serão expostas posteriormente - que tentam explicar o porquê os negros não conseguiram ascender social e economicamente mesmo com o status de homens livres e com as oportunidades de emprego no mercado de trabalho da época. Tendo em vista essa realidade, este capítulo trata de algumas teorias que buscam explicar as desigualdades raciais no Brasil, as desigualdades educacionais e ocupacionais entre negros e brancos no pós abolicionismo; aborda também sobre o mito da democracia racial e a legislação que existe nos dias atuais para a promoção da igualdade racial no país.

2.1. Teorias das Desigualdades Raciais no Brasil Pós-Abolição

As relações raciais no Brasil têm sido estudadas por vários autores que buscam entender melhor a origem do preconceito e da discriminação racial no país. Fernandes citado por Hasenbalg (1979) se dedica a esse estudo onde visa analisar a situação social dos negros após o período da abolição da escravatura no Brasil e, mais especificamente no estado de São Paulo.

Fernandes *apud* Hasenbalg (1979) levanta várias teses de como se deu a manifestação do preconceito e da discriminação racial contra os negros e mulatos após o escravismo e ressalta ainda que, a abolição da escravatura não modificou a posição social dos negros e mulatos no Brasil.

Para Jaccoud (2002, p. 15), “a discriminação racial foi, desde o início, interna ao sistema”. E, ainda após a abolição no ano de 1888, a população negra continuou a sofrer com a discriminação racial devido aos mecanismos de exclusão provenientes do racismo.

Após a desintegração do regime escravista era esperado que os ex-escravos agora com a posição de homens livres pudessem se reerguer socialmente por meio do trabalho regularizado. No entanto, durante todo o período de escravidão foi-lhes privado de adquirir habilidades sociais, permeando assim a exclusão destes das oportunidades sociais e

econômicas que eram resultantes da sociedade competitiva emergente. Dessa forma, os negros e escravos provenientes do regime de escravidão foram lançados a margem mais baixa do sistema de produção então vigente, atuando assim sempre nas áreas marginais da economia da época (HASENBALG, 1979).

Dessa forma, conforme coloca Chiavenato (1980) os negros libertos estavam fadados a uma vida de escravaria visto que eles “assumiam a liberdade sem nenhuma profissionalização e enfrentariam a concorrência da força de trabalho dos que os precederam na liberdade – mulatos e negros que já não encontravam meios de sobrevivência digna no Brasil.” (CHIAVENATO, 1980, p. 223). O consolo dos negros libertos foram suas crenças religiosas, suas práticas mágicas, suas reminiscências rítmicas e musicais que foram incorporadas à cultura brasileira trazendo uma singularidade cultural para este povo e uma característica ímpar para o jeito de ser do brasileiro, conforme expõe Ribeiro (1995),

Essa parca herança africana - meio cultural e meio racial -, associada às crenças indígenas, emprestaria entretanto à cultura brasileira, no plano ideológico, uma singular fisionomia cultural. (RIBEIRO, 1995, p. 117)

Tendo em vista a colocação dos autores, pode-se dizer que o preconceito bem como a discriminação racial apareceu no Brasil como frutos inevitáveis do escravismo. Porém, a constância dessas atitudes no período pós abolição não tiveram ligação com a questão do dinamismo social, mas sim com uma questão muito mais ampla de atraso cultural- termo utilizado por Fernandes *apud* Hasenbalg (1979) - devido ao descompasso de várias mudanças dos sistemas cultural, social e econômico. O autor ressalta ainda não ver ligação direta do preconceito e da discriminação racial com a mudança parcial da posição dos negros. Segundo ele,

... a persistência desse preconceito e discriminação constitui um fenômeno de atraso cultural. As atitudes, comportamentos e valores do antigo regime social referentes às relações raciais são mantidos em situações histórico-sociais em que estão em conflito aberto com os fundamentos econômicos, legais e morais da ordem social vigente. A esse respeito, as manifestações de preconceito e discriminação raciais nada têm a ver com a competição ou rivalidade entre negros e brancos nem com o agravamento real ou possível de tensões raciais. Elas são a expressão de mecanismos que de fato perpetuam o passado no presente. Elas representam a continuação da

desigualdade racial tal como se dava no antigo regime de castas.
(FERNANDES *apud* HASENBALG, 1979, p. 74)

Fernandes *apud* Hasenbalg (1979) ainda destaca que o permanente e obsoleto modelo de relações raciais só será extinto quando a ordem social competitiva se livrar das desigualdades que resultam da concentração racial de renda, benefícios e poder, para assim poder começar a pensar em uma democracia racial, onde negros e brancos ocupem posições sociais equivalentes.

Até aproximadamente 1930, no estado de São Paulo ainda se podia observar o modelo tradicional de relações raciais, quase intocáveis desde a abolição. O dinamismo social da época não foi suficiente para estabelecer uma quebra com as estruturas raciais pré-existentes. Outro fator que impossibilitou a ascensão social do negro foi a falta de habilidades sociais adquiridas no período da escravidão, bem como o crescente aumento de imigrantes europeus muito bem qualificados, excluindo assim a grande massa de negros e mulatos do mercado capitalista.

No entanto, após 1930, pôde-se começar a notar alguns sinais de crise nesse modelo arcaico de relações raciais e que trouxeram muitas mudanças importantes a benefício da população negra. Pode-se dizer que parte da população negra adquiriu posições de classe típicas, por meio de um processo de proletarização, bem como por meio da incorporação às classes médias. Um avanço muito importante, porém ainda não necessário para se alcançar a tão sonhada igualdade social entre negros e brancos (HASENBALG, 1979).

Segundo Fernandes citado por Hasenbalg (1979), a sociedade brasileira herdou do antigo regime escravista um sistema de estratificação racial e submissão do negro e, a persistência dessa estratificação mesmo após a emancipação é conferida aos resultados do preconceito e discriminação raciais. Hasenbalg (1979) diz que a persistência da estratificação racial se deve ao fato dela estar diretamente relacionada com o ganho material e simbólico que cabem ao grupo superior. Conforme reafirma Andreski: “Uma vez que uma superposição bem definida de raças passa a existir, cria-se uma situação em que é bastante racional para seus beneficiários tentar perpetuá-la”. (ANDRESKI *apud* HASENBALG, 1979, p. 76) Segundo tal afirmação, as atitudes racistas podem estar calcadas de certo racionalismo visto que a sua preservação confere aos brancos a dominação e uma estrutura de privilégio e poder perante negros e mulatos.

No entanto, não se pode afirmar que as relações raciais permaneceram inalteradas após a destruição do escravismo, elas foram se modificando e sendo transformadas dentro de uma sociedade também modificada. Segundo F. H. Cardoso *apud* Hasenbalg (1979) com a abolição do escravismo,

...o significado e funções do preconceito e discriminação raciais são alterados, visto que era necessário criar mecanismos sociais que, em nome de uma desigualdade natural, permitam a acomodação dos negros a um sistema assimétrico de posições e privilégios. Desta forma, as práticas racistas após a abolição são ativadas pelas ameaças reais ou imaginárias feitas pelos negros à estrutura de privilégios sociais dos brancos. (CARDOSO *apud* HASENBALG, 1979, p. 77)

A questão do preconceito e da discriminação racial no Brasil pós-abolição tem sua contrapartida quando se fala em industrialização, pois muitas abordagens teóricas fazem a relação entre racismo e industrialização de uma forma não pejorativa. Ou seja, na lógica do industrialismo, questões como raça, etnia e outras características adscritivas passaram a não ser mais importantes para a definição de posições na estrutura social, bem como na formação de grupos. Essa lógica da estratificação social e racial, segundo fundadores da sociologia européia, era considerada como ultrapassada e pertencente a sociedades pré-industriais indo contra a lógica da modernidade.

Segundo Hasenbalg (1979) a industrialização funcionaria como um causador de mudanças sociais, pois abalaria a ordem social tradicional na qual o industrialismo se insere, lançaria as pessoas em situações inovadoras a fim de estabelecer novas relações, bem como modelaria uma nova ordem social com as características do industrialismo. Dessa forma, afirma Blumer “deduz-se que a raça desaparecerá como fator que estrutura relações sociais, visto que o industrialismo impõe o status por realização para substituir o status por adscrição” (BLUMER *apud* HASENBALG, 1979, p. 79)

Dessa forma os trabalhadores disputariam entre si não mais levando em consideração as características físicas da pessoa, mas sim as habilidades de trabalho no meio industrial. A mesma lógica também valeria para a ocupação das posições de gerentes e administradores, o ponto forte para o cargo seria a competência e não mais a filiação racial. A definição agora de quantidade de bens e riquezas tornaria insignificante a caracterização racial, sendo relevante apenas a posse de habilidades a atributos profissionais.

No entanto essa teoria foi rebatida por Blumer *apud* Hasenbalg (1979) quando argumenta que,

...embora a industrialização possa alterar sob importantes aspectos outras características da ordem social, o aparato industrial adota a forma da ordem racial dentro da qual tem que operar. Mudanças eventuais da ordem racial não resultam de considerações de eficiência industrial, mas de pressões externas, principalmente de pressões e movimentos políticos. (BLUMER *apud* HASENBALG, 1979, p. 80-81)

Analizando o argumento de Blumer *apud* Hasenbalg (1979) seria como se o fato da sociedade fazer diferenciações de posições e status por causa de características raciais, concedendo privilégios, poder e autoridade para alguns, faria com que a realidade vivida dentro das empresas refletisse a realidade de fora, tornando-se um espelho das relações raciais recorrentes no meio externo. Então, o industrialismo por si só não seria capaz de amenizar as relações de preconceito e discriminação racial vividas na sociedade.

Pudemos observar nas colocações dos estudiosos que há teorias que tanto negam como comprovam a ligação direta entre o período escravista e as relações raciais pós abolição, bem como a teoria que julga incompatível o industrialismo e o racismo. Tendo em vista tais análises, Hasenbalg (1979) argumenta que,

... A discriminação e o preconceito raciais não são mantidos intactos após a abolição mas, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas e as práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos negros não são meros arcaísmos do passado, mas estão funcionalmente relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos. (HASENBALG, 1979, p. 85)

Em conformidade com o pensamento de Andreski, citado anteriormente, Hasenbalg (1979) reafirma que a perpetuação do preconceito e da discriminação por parte dos brancos em relação aos negros é muito óbvia, pois para os primeiros manter o status de posição privilegiada com benefícios e poder é muito mais válido do que abolir de vez as atitudes racistas e competir em caráter de igualdade com a população negra. As posições sociais, o status e o poder aquisitivo seriam decididos por mérito e habilidades e não por características raciais.

Há outra perspectiva que também visa subestimar a atitude racista por si só, que é a perspectiva marxista ortodoxa. Essa teoria, semelhante a do industrialismo, aponta que a situação de subordinação dos negros por parte dos brancos pode ser explicada quase que unicamente, por serem pertencentes à classe trabalhadora. Ou seja, as atitudes preconceituosas e discriminatórias seriam, por sua vez, mecanismos de manipulação utilizados pelas classes dominantes capitalistas com o intuito de dominar as minorias e dividir o proletariado. Dessa forma, o preconceito e a discriminação seriam necessários para a manutenção e perpetuação do capitalismo.

Com base na perspectiva marxista ortodoxa citada acima é fato que desde o período da abolição a população negra tem ocupado no mercado de trabalho camadas inferiores, bem como irregularidades por não conseguirem se inserir na classe trabalhadora industrial. Dessa forma se concentraram nas regiões agrícolas mais obsoletas exercendo funções de camponeses, moradores e parceiros.

Nos Estados Unidos, Blauner, citado por Hasenbalg (1979), caracterizou as ‘pessoas de cor’ como uma colônia interna, com base em um conjunto específico de circunstâncias, sendo que o componente final dessa situação seria o racismo, utilizado como mecanismo de dominação social, visto que o grupo considerado como inferior, por causa de suas características adscritivas, seria explorado e oprimido pelo grupo dominador.

A teoria colonial citada acima coloca em questão que a dominação racial dos brancos sobre os negros teria como objetivo a acumulação de ganhos econômicos e não econômicos. Nesse âmbito, a vantagem racial dos brancos se diferencia da opressão racial de exploração de classe, no sentido de que a dominação racial dos negros era peça chave para a manutenção e preservação do status social e do acúmulo de ganho econômico dos brancos.

Conforme Hasenbalg (1979, p. 111), “o conceito de privilégio racial sugere que, além da exploração econômica, o grupo dominante branco extrai uma certa “mais-valia” psicológica, cultural e ideológica do colonizado”.

O fato é que com a abolição da escravatura, o racismo tanto foi preservado como reforçado em determinados casos. Aqueles que o preservaram, independente do caráter irracional da discriminação, usufruíram de benefícios, fossem eles materiais ou não.

No entanto, baseado ou não nas teorias de preservação do racismo, pôde ser observado desde a época da abolição que os negros sempre ocuparam um conjunto específico de posições nas relações de trabalho, que, por sua vez, eram sempre diferentes e inferiores

daquelas posições ocupadas pelos brancos. Segundo Hasenbalg (1979), uma das justificativas para essa diferenciação na relação entre negros e brancos foi o fato dos primeiros estarem mais localizados nas periferias em relação aos polvorosos centros capitalistas, onde estavam os brancos. Tornando assim essa diferenciação em um dos legados reais do escravismo. Em suma, Hasenbalg (1979) argumenta sobre a opressão racial onde diz que,

... A maioria dos brancos aproveita-se do racismo e da opressão racial, porque lhe dá uma vantagem competitiva, vis-à-vis a população negra, no preenchimento das posições da estrutura de classes que comportam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Formulado mais amplamente, os brancos aproveitaram-se e continuam a se aproveitar de melhores possibilidades de mobilidade social e de acesso diferencial a posições mais elevadas nas várias dimensões da estratificação social. (HASENBALG, 1979, p. 116)

Blauner citado por Hasenbalg (1979) classifica esse tipo de atitude citada acima como desvantagem desleal ou privilégio racial, ou seja, uma maneira não muito sincera de algumas pessoas de sair a frente na busca por ganhos sociais e econômicos. Dessa forma, conforme conceito de Stinchcombe citado por Hasenbalg (1979) seria como uma posse, ou seja, o simples fato do branco nascer em uma sociedade considerada multi-racial já lhe daria abertura para certos benefícios, constituindo assim a idéia da posse.

A raça pode ser considerada fator determinante na definição de posições na estrutura de classes e na estratificação social, perpassando o espaço e o tempo e sendo observado em todas as sociedades capitalistas da contemporaneidade. Dessa forma a persistência histórica da manutenção do racismo pode ser explicada por Hasenbalg (1979, p. 118) não “como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente”.

Uma forma que o grupo considerado superior encontrou para manter e perpetuar a subordinação dos negros na estrutura de classes e no mercado capitalista por muito tempo e, ao mesmo tempo de obter benefícios, foi por meio dessas atitudes discriminatórias.

2.2. Desigualdades Educacionais e Ocupacionais Pós Abolicionismo

No tocante a educação da população negra no Brasil, no período após abolição da escravatura, por volta do ano de 1940 foi constatado que, das pessoas com cinco anos de

idade alfabetizadas no Brasil, 22,6% eram não-brancos e 46,9% eram brancos. A diferença desses dados para brancos e negros se intensificaram ainda mais dez anos depois, sendo então 52,7% de pessoas alfabetizadas no grupo branco e apenas 25,7% no grupo das pessoas negras, crescimento muito pequeno no segundo grupo.

Tendo exposto algumas das desigualdades sociais vividas pelos negros desde a emancipação do escravismo, vale investigar as causas de tantos obstáculos enfrentados. A abolição da escravatura ocorreu em 1888 e, a consequência desse ato deixou uma massa de ex-escravos nas posições mais inferiores da ordem social e econômica. Os negros não tiveram êxito na adaptação às classes de prestígio social e econômico, visto que, para alguns autores da literatura que estuda esse processo, estes não estavam preparados para exercer o novo papel de homem livre, mas especificamente no âmbito do mundo do trabalho. Dessa maneira como afirma Hasenbalg (1979, p. 164), “as disparidades raciais seriam consequência do diferente ponto de partida social dos ex-escravos e do processo inacabado de mobilidades sociais dos grupos negro e mulato, que emergiram de sua condição servil há apenas poucas décadas”.

Embora essa teoria possa vir a esclarecer algumas das desigualdades enfrentadas pelos negros no Brasil, há quem pense que o fato do escravo ter sido transformado em homem livre no ano de 1888 não tendo assim atributos para se inserir no mercado de trabalho capitalista é discurso ultrapassado, pois grande parte dos escravos libertos na abolição já tinham tido um histórico de liberdade.

No ano de 1872, a maioria da população era composta pela população negra e, de acordo com o censo demográfico do mesmo ano, 74% da população de cor era livre, podendo chegar ao índice de até 90% no ano de 1887. Pode-se constatar então com esses índices que, antes mesmo da abolição da escravatura a grande maioria da população era de pessoas negras, livres e com experiência de liberdade. Dessa forma a explicação para a subordinação social dos negros após a abolição de que estes passaram da mudança abrupta de escravos para homens livres, não justifica as desvantagens sociais vividas pelos negros livres durante o regime de escravidão, bem como a continuidade dessa subordinação social após 1888.

Há outro importante fato histórico que vem a fim de desmitificar a teoria de que os negros após sua emancipação não tinham habilidades de homens livres para o mercado de trabalho. No ano de 1890 vieram para o Brasil um contingente muito grande de imigrantes europeus a fim de se inserir no mercado de trabalho capitalista, podendo então se tornar um entrave maior para a ascensão social dos negros, não fosse o fato deles não possuírem

habilidades ou atributos específicos, nem quaisquer recursos econômicos ou educacionais. Ou seja, a situação dos imigrantes europeus e da população negra era bem parecida.

No entanto, mesmo com todas essas características e sem nenhum histórico de habilidades para o mercado capitalista, na corrida pela busca de posições melhores na estrutura de classes os europeus saíram na frente e atingiram, primeiramente, o sistema de trabalho assalariado nas regiões economicamente dinâmicas, e com o passar do tempo foi-lhes permitido monopolizar as oportunidades de mobilidade social com o intuito de abrir novas posições no aparelho econômico.

Chiavenato (1980) ressalta que as classes dominantes da época se voltaram para os imigrantes europeus a fim de ocuparem posições na região Sul do país, bem como nos cafezais paulistas, colocando assim os negros de lado por serem considerados incapazes e vagabundos. Outro fator dos negros não ter sido escolhido para a ocupação destas posições era o fato deles considerarem o trabalhador nacional como indisciplinado ao trabalho assalariado. Dessa forma “a presença dos imigrantes, mais capazes profissionalmente, ajudou a marginalizar ainda mais o negro.” (CHIAVENATO, 1980, p. 233)

Em síntese, vários foram os fatores que afastaram a população negra das oportunidades de ascensão social e econômica durante as quatro décadas posteriores à abolição. Mas podemos colocar como destaque para a exclusão dos negros do mercado de trabalho da época a política de imigração. Pois, calcados da visão racista e devido a facilidade de inserção de imigrantes europeus no mercado brasileiro, houve uma preferência em colocar a população branca na região Sudeste, região de maiores oportunidades, e os negros e mulatos permaneceram nas regiões economicamente mais atrasadas do país, onde oportunidades de emprego e melhorias na educação eram muito limitadas. Dessa forma a política de imigração veio a contribuir com a marginalização da ‘população de cor’ no Sudeste do Brasil.

Muitas teorias já foram traçadas a fim de verificar quais são as causas históricas das desigualdades raciais no Brasil. Muitas delas colocam a culpa na herança do escravismo, pois consideram que o ex-escravo não alcançou uma posição diferenciada depois de libertado, pois não tinha habilidades específicas para o mercado de trabalho e assim, permaneceu sempre em uma posição de subordinação e submissão, sem grandes oportunidades de ascensão. Outra hipótese é a de que a população negra não teve oportunidades iguais de ascensão social em relação ao branco após o período da abolição.

A segregação geográfica entre os grupos raciais de brancos e de negros, sem dúvida foi fator determinante para a manutenção das desigualdades raciais no país, pois os brancos foram beneficiados em ter a oportunidade de trabalho na região economicamente mais rica do país, o Sudeste, e negros e mulatos permaneceram nas regiões mais pobres tendo, portanto, poucas oportunidades de trabalho e de busca por melhora na educação. Ou seja, os brancos ficaram concentrados no Brasil desenvolvido e os não-brancos, por sua vez, no Brasil subdesenvolvido.

No entanto, a segregação geográfica dos grupos raciais esclarece apenas parte das desigualdades raciais existentes, visto que dentro de cada região também existem desigualdades derivadas da cor da pele.

No que diz respeito ao sistema educacional brasileiro pode-se constatar que se deu início a uma estrutura educacional no país com a chegada da família real, quando foram criadas algumas escolas de medicina e direito. No entanto, devido ao sistema de produção material da época, não havia muita exigência ao acúmulo de conhecimento intelectual. Dessa forma o sistema educacional tinha a função de produzir símbolos de status. (HASENBALG, 1979)

Com o passar do tempo a visão e a função das universidades foram se modificando e o sistema econômico passou a exigir e almejar um diferencial na demanda das pessoas que, poderia ser suprido com um treinamento universitário. Desde então, aumentou consideravelmente o número de matrículas nos níveis primário e secundário, com o intuito de ampliar o acesso ao nível universitário.

No que tange a inserção da ‘população de cor’ no sistema educacional brasileiro, pode-se afirmar que ela é marcada por muitas dificuldades. Primeiramente Reis ressalta que,

...Embora a educação no Brasil tenha sido o principal canal de ascensão social para a população de cor, há boas razões para acreditar que quanto maior for o nível educacional atingido por uma pessoa de cor, maior será a discriminação experimentada por ela no mercado de trabalho. (REIS *apud* HASENBALG, 1979, p. 181).

As resistências às mudanças de posição e status social dos negros são percebidas quando estes ascendem social e economicamente na sociedade capitalista, causando estranhamento por parte das pessoas brancas. E, creio que mesmo estando em uma posição de privilégios e benefícios, as pessoas brancas continuam a exercer os mecanismos de

humilhação e subordinação. Em outros termos, conforme argumenta Hasenbalg (1979, p. 182-183), “... o retorno de anos adicionais de escolaridade, em termos de ganhos ocupacionais e de renda, tende a ser proporcionalmente menor para os não-brancos que para os brancos”.

Mesmo com o aumento de anos na escolaridade da população negra, esta ainda sente o peso da discriminação racial por parte dos brancos. E a luta para a permanência das pessoas não-brancas no sistema educacional é muito grande, pois se sabe que a cor da pele age como sendo uma característica negativa pra o desempenho escolar por causa do preconceito e da discriminação racial existente dentro da escola.

Nas décadas de 1940 e 1950 houve um avanço muito grande no país no que se diz respeito aos índices de alfabetização da população. No entanto, as melhorias nas taxas educacionais por parte da população não-branca foram um pouco mais lentas em relação à outra parte da população. Conforme dados dos censos demográficos de 1940 e 1950 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os índices de alfabetização melhoraram de 5,8% para a população branca e 3,1% para os não-brancos em todo o Brasil.

Esses dados fornecidos pelo IBGE a fim de estabelecer um comparativo entre a alfabetização dos dois grupos raciais são muito importantes a fim de analisar que mesmo com as desigualdades ainda presentes na sociedade, percebe uma singela mudança em relação às igualdades de oportunidades. Outro fator importante retratado pelo IBGE foi que, na época, a população negra da região Sudeste do Brasil conseguiu superar a taxa de alfabetização em relação aos brancos, fato muito importante para a história das desigualdades raciais no país.

Mesmo com taxas de alfabetização otimistas para a população negra do Brasil na região Sudeste, nas décadas de 1940 e 1950 ainda se observava com muita clareza a diferença de oportunidades educacionais para negros e mulatos no país como um todo. Ou seja, em um âmbito mais geral pode-se afirmar que o acesso das pessoas não-brancas ao um ensino superior, por exemplo, foi limitado, tendo em vista a falta de oportunidades ofertadas.

Hasenbalg (1979) enfatiza as diferenças educacionais no país como um todo e em cada região particular quando diz que,

...Se as diferenças raciais nas oportunidades de concluir-se os três níveis educacionais dentro do país como um todo e nas regiões forem comparadas, podem ser visto que essas diferenças foram maiores dentro do país como um todo do que em cada uma das regiões. (HASENBALG, 1979, p. 186)

Pode-se concluir então que mesmo com as exceções de algumas regiões, como foi o caso do Sudeste mencionado anteriormente, a população negra do país na época, de um modo geral, sempre se manteve em desvantagem no que diz respeito às taxas de alfabetização do país.

Outro aspecto que também está diretamente ligado com a menor permanência de negros e mulatos no sistema educacional brasileiro é o fator anos de escolaridade. Conforme estudos e análises de Hasenbalg (1979) acerca de índices de concentração educacional no país, este pôde perceber que a medida que aumentava o grau de escolaridade de negros e mulatos também aumentava, proporcionalmente, as atitudes discriminatórias contribuindo assim para a manutenção das desigualdades raciais no âmbito da educação.

Sendo assim, com o aumento do preconceito e da discriminação racial na esfera educacional, pôde ser analisado que o grau de permanência de negros e mulatos nas escolas ia decaindo. Ainda conforme análises de Hasenbalg (1979, p. 188) "... os não-brancos tiveram uma probabilidade relativamente maior de abandonar a escola entre o fim da escola primária e o fim da escola secundária".

Pode-se constatar então que as desigualdades perpassam diferentes âmbitos e gerações, podendo ser observadas tanto a nível educacional como a nível ocupacional. E, com tantas desigualdades e dificuldades na luta do negro contra o preconceito e a discriminação racial, Hasenbalg (1979) faz uma análise que traduz boa parte da situação atual dessa parte da população brasileira,

... Visto que adquirir educação não é muito proveitoso para os negros, eles tendem a abandonar a escola relativamente cedo. O consequente baixo nível de educação da maioria dos negros reforça o estereótipo do negro sem instrução, que ajuda a justificar a discriminação ocupacional com o grupo, deprimindo assim ainda mais os retornos que os negros recebem do investimento educacional que eles fazem, o que novamente reduz seu incentivo a fazer tais investimentos. (HASENBALG, 1979, p. 191)

Essa explicação exposta por Hasenbalg (1979) pode ser chamada de ciclo vicioso onde os negros e os mulatos tentam tirar a imagem do preconceito e da discriminação por meio dos estudos, do grau de escolaridade e da ascensão social e não consegue por sofrer inúmeras humilhações e críticas por parte da população branca, tornando assim um ciclo vicioso na maior parte das vezes.

2.3. Desigualdades Sociais e o Mito da Democracia Racial

Trazendo mais os olhares para a questão da mobilidade social, bem como das desigualdades de oportunidades em relação as chamadas “raças” da sociedade, podemos observar que tanto tempo após a abolição da escravatura ainda permaneceu algumas diferenças entre a população negra e a branca, como o fato dos negros terem se aglomerado nas posições inferiores do sistema de estratificação social, dando assim mais oportunidades de trabalho e de ascensão para os brancos.

Visto tantas formas de desigualdades por causa da cor retornamos as questões que tentam explicar a manutenção da subordinação do negro na sociedade brasileira mesmo após sua libertação e, percebe-se, no pensamento de Hasenbalg (1979) que à medida que a abolição da escravatura vai ficando mais distante dos dias atuais, fica ainda mais difícil de relacionar a atual subordinação dos negros com os resquícios da escravidão. Dessa forma a explicação deve ser dada por meio das relações estruturais e desiguais entre brancos e não-brancos.

Outro aspecto que pode acarretar desigualdades sociais entre negros e brancos é o que é chamado de mobilidade social intergeracional e intrageracional, que no raciocínio de J. C. McCann citado por Hasenbalg (1979) quer dizer que,

Antes de iniciarem-se numa carreira, os filhos acumulam um conjunto de vantagens (ou desvantagens) que dizem respeito à sua aceitabilidade para ocuparem e desejo de atingirem as ocupações e posições sociais de mais prestígio. O valor das vantagens que um filho acumulará é condicionado pela posição da família em que nasceu e foi criado. (MCCANN *apud* HASENBALG, 1979, p.198)

Nesse sentido, a cor da pele do indivíduo pode afetar bastante na busca por uma posição social de privilégio, pois se subtende que cada nova geração de negros e mulatos estaria supostamente em caráter de desvantagem por serem provenientes de famílias que nunca tiveram uma colocação de benefícios na sociedade, bem como uma criança branca que é oriunda de uma família ascendida socialmente terá, provavelmente, maiores oportunidades no que diz respeito a ocupações sociais privilegiadas. As dificuldades enfrentadas pela pessoa branca serão menores do que as enfrentadas pelas pessoas negras por já terem nascido com um acúmulo de vantagens, facilitando assim a sua aceitabilidade no mercado de trabalho.

Pode-se observar então que a mobilidade social das pessoas de cor é muito limitada por não possuírem antecedentes de grande peso na sociedade, bem como pela sua própria

adscrição racial, que infelizmente ainda é vista como um fator de inferioridade em relação aos brancos e também pelo fato de terem sido escravizados no passado e ter trazido essa herança do escravismo para a sociedade em questão.

Dessa forma, segundo Hasenbalg (1979, p. 200), a população negra tende a diminuir seus anseios e aspirações “... para evitarem ser lembrados “de seus lugares” e sofrerem humilhação pessoal implícita em incidentes discriminatórios”.

Analizando a argumentação citada acima, grande parte das vezes os pais de filhos negros e mulatos passam para seus filhos que até certo ponto talvez seja conveniente evitar as atitudes discriminatórias para não sofrer nenhum trauma. É uma forma de o pai proteger a sua prole, impedindo assim que nada de mal lhe aconteça.

Em suma, são várias as formas de discriminação racial que vem ocorrendo no Brasil desde a emancipação dos negros, no entanto nada tem sido feito pra que esses efeitos sejam reduzidos na nossa sociedade. Um dos fatores que impedem essa redução de atos discriminatórios é o fato de a sociedade brasileira achar que em nosso país reina a chamada “democracia racial”, onde todas as pessoas são tratadas em caráter de igualdade e sem nenhum tipo de violência física ou verbal. Em consonância com outros países, o Brasil não possui atitudes virulentas de preconceito, no entanto como argumenta Hasenbalg (1979, p. 201), “o tipo sutil e disfarçado, contudo não ineficaz, de discriminação racial no Brasil parece estar intimamente associado ao baixo nível de mobilização política dos negros”.

Mesmo sabendo que existem atitudes discriminatórias no país, a população negra é chamada a compartilhar de uma visão idealizada de democracia racial, onde a paz reina entre brancos e não-brancos, ideologicamente.

Com a idéia da democracia racial veio também a idéia do branqueamento da população por parte das autoridades da época. Como a maior parte da população da época era de negros e mulatos, as autoridades colocaram a “culpa” do atraso econômico brasileiro nesse contingente da população. Deram inicio então a um processo muito grande de imigração européia para tentar solucionar os problemas deixados pela emancipação dos negros. A idéia era de que, segundo Chiavenato (1980, p. 231) “... desde que não existissem mais negros – ‘seres inferiores’ causando nosso atraso -, todos os problemas que eles representavam deixariam de existir”.

O ideal de branqueamento teve grande aceitação pela população e acabou condicionando o comportamento de negros e mulatos para a busca pelo branqueamento social e biológico. Hasenbalg (1979) entende que o branqueamento social,

... corresponde à noção popular de que “o dinheiro branqueia”. Essencialmente, ele ativa o mecanismo de compensação parcial de status através do qual as pessoas de cor bem sucedidas em termos educacionais e econômicos são percebidas e tratadas com mais claras do que pessoas de aparência semelhante, mas de status inferior. (HASENBALG, 1979, p. 239-240)

A questão do branqueamento social por parte da população negra tende a abrir um abismo entre os não-brancos, tornando-os diferentes entre si e instigando o preconceito contra negros de camadas sociais mais baixas. A idéia do branqueamento biológico vem ocorrendo há muito tempo, com a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, bem como a exploração sexual de mulheres negras por parte dos brancos. Outro fator que favorece esse ideal é o incentivo às pessoas não-brancas pela busca por parceiros brancos a fim de aumentar as possibilidades de ascensão social e econômica de seus filhos.

O ideal de branqueamento foi muito aceito pelo contingente negro da população pois como argumenta Hasenbalg (1979),

... um negro no Brasil pode esperar que seus filhos sejam capazes de romper as barreiras que o mantiveram numa situação inferior se puderem simplesmente casar com alguém mais claro do que ele. Seus filhos, em suma, podem avançar social e ocupacionalmente, muito embora ele não tenha podido. (HASENBALG, 1979, p. 240)

A esperança de que seus filhos não passem por todo o preconceito e a discriminação que ele passou fortifica ainda mais a idéia de que a melhor solução é a idéia do branqueamento da população, pois a cor da pele é fator determinante para práticas racistas na sociedade.

No entanto, por mais que a discriminação e o preconceito racial fossem evidentes na sociedade da época, foi colocada em questão a idéia de que o Brasil era uma democracia racial, onde não existia nenhum aspecto de discriminação por causa da cor e onde todas as oportunidades sociais e econômicas eram iguais para brancos e negros.

Então, tendo posto como fato que o país celebrava a democracia racial, toda vez que surgia alguma manifestação de preconceito contra a população de cor, esta era descartada como discriminação racial e levada para o âmbito das diferenças de classe. Assim, segundo Hasenbalg (1979, p. 243), “quaisquer que possam ser as desigualdades entre brancos e negros, elas não são o resultado de considerações raciais, mas advêm da classe e da baixa posição social dos negros”.

O fato de a população achar que realmente no país imperava a harmonia racial impediu que os movimentos negros tivessem uma aceitação maior perante o restante da população e, dessa forma, os negros ficaram isolados politicamente e sem apoio para se manifestarem contra as desigualdades raciais ainda existentes. Esses pequenos movimentos negros ousados pela população de cor eram vistos como uma forma de abalar a paz social e a harmonia racial. Hasenbalg (1979, p. 244) argumenta que “a conformidade dos brancos à ideologia racial dominante deixou os negros politicamente isolados e impediu a formação de coalizões com aliados brancos mais poderosos para lutarem pela redução das desigualdades raciais”.

Podemos ver então que a população negra da época além de ter de compactuar com um ideário de democracia racial, onde não havia diferenças sociais e econômicas por conta da cor e nem desigualdades de oportunidades, não tinham ainda nenhum apoio político para lutar contra o preconceito e a discriminação racial existentes.

No século XX, ainda era mantida a idéia de que no Brasil não tinha desigualdades raciais e essa era uma questão de orgulho nacional, mas que também gerou alguns inconformismos. A visão de que imperava a igualdade racial no país foi abalada por alguns movimentos negros que não tiveram muita mobilização, tendo apenas vida curta e local. No entanto, conforme argumenta Jaccoud (2002) esses movimentos denunciaram de maneira intensa o mito da democracia racial instalado no país por volta da década de 1970.

O movimento negro veio com o intuito de ir contra “uma sociedade que oculta, esconde e legitima o estigma, o preconceito e a discriminação” (JACCOUD, 2002, p. 15). A população negra da época estava movida a acabar com o ideal de igualdade racial implantado pelo governo, a fim de encarar os problemas das desigualdades raciais de frente. No entanto, não houve uma abertura do Estado para que essa luta fosse adiante.

Enfim, o mito da democracia racial foi instalado no país como forma de conter as manifestações dos negros contra as desigualdades raciais e, consequentemente, manter a sua subordinação em posições de inferioridade.

2.4. Medidas para a Promoção da Igualdade Racial

De acordo com o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAIR elaborado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no ano de 2009, o Brasil possui a segunda maior nação negra do mundo, só ficando atrás da Nigéria, país onde concentra a maior parte da população negra de todo o planeta. Dessa forma, faz-se necessário ter uma atenção maior no que tange os direitos desse percentual de pessoas que já sofreram e ainda vem sofrendo com várias formas de preconceito e discriminação racial no país. Infelizmente os resquícios do período da escravidão ainda se fazem presentes na vida dessas pessoas que viveram longos anos de invisibilidade.

Desde o fim da escravidão a população negra vem lutando contra o preconceito e a discriminação racial em nosso país e, mesmo com o mito da democracia racial instaurada no Brasil houve vários movimentos negros a fim de denunciar a existência do racismo e da discriminação. Na maioria das vezes esses movimentos não tinham muita repercussão perante o governo, mas a luta continuou e anos mais tarde pôde-se observar algumas conquistas no que diz respeito à legislação para a promoção da igualdade racial. (BRASIL, 2009)

No entanto, logo após o fim da escravidão, os negros, bem como os indígenas não tinham a garantia do Estado pelos seus direitos sociais, econômicos e políticos, ficando assim à margem da sociedade e sem apoio aos serviços básicos como educação, saúde, emprego, etc. A ideologia da democracia racial contribuiu para que o Estado desse uma atenção menor para essa classe da sociedade com o argumento de que as desigualdades entre as chamadas “raças” eram nulas. (BRASIL, 2009)

Todavia, conforme relatado no PLANAIR e, de acordo com o censo do IBGE do ano de 2007, podia-se constatar que eram claras as desigualdades entre brancos e negros. Um quantitativo que chamou atenção foi o de que em 2006 dos 15 milhões de analfabetos brasileiros, mais de 10 milhões eram pretos e pardos. Um índice muito elevado e que mostrou as diferenças ainda existentes entre os dois grupos supracitados.

Por meio de muita luta e força de vontade, os movimentos negros conseguiram conquistar com muita dedicação alguns benefícios que estão pautados na legislação brasileira.

Na constituição de 1988 contem alguns escritos que visam a questão da igualdade racial e ainda classifica como crime inafiançável as práticas de racismo. Também faz referência a criação da Fundação Cultural Palmares que tem o intuito de reforçar a identidade e a memória dos negros brasileiros.

No que diz respeito aos direitos básicos do cidadão que visam a igualdade de oportunidades podemos citar o art. 205, da Constituição Federal de 1988, que coloca que “a educação é direito de todos e dever do Estado” e o art. 206 onde está escrito que o ensino será ministrado baseando-se em alguns princípios, dentre eles:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

No que tange à legislação destinada a repudiar as formas de preconceito racial pode-se destacar, ainda no âmbito da Constituição Federal, o art. 3º, IV, que proíbe qualquer forma de discriminação; o art. 4º, VIII, repudia o racismo em caráter de relações internacionais; o art. 5º, XLI, coloca que a lei punirá qualquer forma de discriminação que atenta aos direitos e garantias fundamentais e, ainda no mesmo art. 5º, XLII, que visa criminalizar as práticas de racismo. Ainda podemos destacar o art. 7º, XXX, que proíbe a diferenciação de salários por motivo de cor, bem como os critérios de admissão e, por fim, o art. 227, que responsabiliza o Estado o dever de colocar a criança protegida de toda forma de discriminação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 1990, também dispõe de alguns artigos em seu texto que visam a promoção da igualdade entre as pessoas, dentre eles podemos destacar o art. 5º que diz que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” o art. 17 onde explica que “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” e, por último, o art. 18 que coloca que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. O ECA resume de forma bem simples tudo aquilo que se espera que não aconteça com a criança e o adolescente, como é o caso da discriminação racial.

Outro avanço importante que os negros brasileiros conquistaram foi o reconhecimento, no ano de 1990, por parte do Estado brasileiro, de que existem racismo e discriminação racial

no país, diante da Organização Internacional do Trabalho. Com essa afirmação caiu por terra o mito da democracia racial e deu mais legitimidade à luta dos negros contra as várias formas de exclusão. (BRASIL, 2009)

Conforme Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no ano de 1995, outro evento que deu grande abrangência para o movimento negro foi à realização da Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e a vida, que mobilizou várias instâncias da sociedade na luta contra a discriminação e, caracterizando-se assim como um marco histórico na luta contra as práticas racistas.

Esses movimentos também chegaram a ter uma abrangência internacional como é o caso da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, Xenofobia e Intolerância Correlatas que ocorreu no ano de 2001 em Durban e, que teve um caráter de luta mundial pela reafirmação dos direitos humanos e da igualdade racial. Esta conferência contribuiu muito para a implementação dos debates contra o racismo na sociedade brasileira, visto que o país foi signatário da Declaração de Durban.

No ano de 2003, o Brasil implementou algumas políticas públicas para a promoção da igualdade racial no país como é o caso da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial que veio atender às diversas reivindicações do movimento negro em um âmbito nacional e internacional. Esta secretaria foi criada para tomar conta da formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial e proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos discriminados, com ênfase na população negra. (BRASIL, 2009)

O progresso mais importante que esta secretaria trouxe foi a implantação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) que tem como principal objetivo a consolidação das políticas de promoção da igualdade racial. Dentre algumas ações podemos citar a “Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial” o documento “Brasil sem Racismo” que foi elaborado para a implementação de políticas de igualdade racial no âmbito do trabalho, emprego, renda, cultura e comunicação, educação e saúde, etc. e a “Declaração e Plano de Ação de Durban” que foi produto da III Conferência Mundial Contra o Racismo.

Ainda de acordo com o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no ano de 2005 foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) que teve como tema “Estado e Sociedade Construindo a Igualdade Racial” que

trouxe para o debate o compromisso do Estado e da sociedade para a superação das desigualdades raciais. Esta conferência debateu ações para vários eixos da sociedade como o Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Educação, Saúde, Diversidade Cultural, Direitos Humanos e Segurança Pública, dentre outros. No âmbito da educação o que cabe ressaltar neste trabalho foram as ações de:

- “Promover o acesso, a permanência e o sucesso de crianças, adolescentes, jovens e adultos das populações negras (...) em todos os níveis (...) considerando as modalidades de educação de jovens e adultos e a tecnológicas”
- “Promover políticas públicas para reduzir a evasão escolar e a defasagem idade-série dos alunos pertencentes aos grupos étnico-raciais discriminados”
- “Promover formas de combate ao analfabetismo entre as populações negra, indígena, cigana e demais grupos étnico-raciais discriminados”.
- “Estimular a adoção do sistema de reserva de vagas para negros e indígenas no ingresso às universidade públicas, por curso e por turnos, conforme os percentuais do IBGE na representação destes segmentos por estado”

No que tange à legislação para a educação no sentido da promoção da igualdade racial podemos destacar a lei nº 10.639, de nove de janeiro de 2003 que torna-se obrigatório, para as instituições oficiais e particulares, do ensino fundamental e médio, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, bem como inclui no calendário escolar a data de 20 de novembro onde se comemora o “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Em síntese, o Estado brasileiro bem como a sua sociedade tem lutado para que esse passado de sofrimento e discriminação da população negra tenha realmente ficado para trás e, por meio de políticas públicas, como algumas citadas anteriormente, tem tentado colocar em prática questões importantes para que se possa alcançar a tão falada igualdade racial.

CAPÍTULO III

3. Instituições Escolares e as Relações Raciais

Este capítulo se incumbe de apresentar um breve histórico acerca da educação escolar no Brasil, como ela chegou e instaurou no país e como foi o seu progresso, bem como busca refletir sobre como foi e tem sido a educação dos negros no Brasil, tomando como ponto de partida para análise o período escravista. Falaremos também sobre como a escola participa para a promoção das desigualdades raciais em seu ambiente e que, algumas vezes, ela acaba promovendo o preconceito e a discriminação racial dentro do ambiente educativo por se calar diante de atitudes discriminatórias – o silêncio como uma arma para perpetuação do preconceito.

3.1. Primeiros Passos da Educação no Brasil

Os primeiros indícios de um processo educativo no Brasil ocorreram no século XVI, por volta do ano de 1549, quando com a chegada da Ordem dos Jesuítas no país, iniciou-se uma movimentação pela catequização indígena e pela educação da elite colonizadora. Dessa forma, preocupados com os princípios da fé, os jesuítas criaram um sistema educacional que fosse capaz de oferecer elementos de uma educação clássica e humanista, conforme o padrão europeu da época. (OLIVEIRA, 2004)

De acordo com Albuquerque *apud* Oliveira (2004), esse padrão de educação européia criada pelos jesuítas passou a se difundir do Pará a São Paulo e a várias outras partes do território brasileiro e, já no século XVIII, alcançou um quantitativo de 17 colégios e seminários no estado de São Paulo, bem como várias escolas de alfabetização.

A igreja católica, por meio da atuação dos jesuítas, instaurou no Brasil o espírito da Idade Média com o aprisionamento do homem aos dogmas da igreja, mas por outro lado obtiveram bons resultados no que diz respeito à educação, pois conforme enumera Albuquerque houve um avanço no que tange “a transmissão de uma educação homogênea — mesma língua, mesma religião, mesma visão de mundo, mesmo ideal de ‘homem culto’, ou seja, letrado e erudito” (ALBUQUERQUE *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 946)

No entanto, no meio há alguns benefícios no processo educativo, houve o contraponto do processo de aculturação dos indígenas que foi muito árduo, tendo que abrir mão de seus

costumes e crenças para incorporar os costumes europeus. Mas, esse sistema de educação implantado pelos jesuítas veio cair por terra no ano de 1759, quando Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, extinguiu o sistema de educação e expulsou a Companhia de Jesus do seu território. Deu-se início, a partir desse período, a reforma pombalina que pregava o ensino voltado para as ciências experimentais. (OLIVEIRA, 2004)

Nesse sentido, houve uma mudança fundamental e radical nos princípios que eram colocados nas escolas de educação jesuítica e, passou a se dar mais ênfase nas ciências matemáticas e físicas com o novo modelo de educação. Também houve uma mudança no que diz respeito ao custeio da educação no país. Até o ano de 1759 quando ainda era vigente o modelo de educação jesuítica, as escolas eram mantidas por meio das doações que eram feitas pelos próprios usuários e pelas igrejas e, com a instauração do novo modelo instituiu-se o tributo de subsídio literário para a manutenção das escolas (OLIVEIRA, 2004).

Conforme Oliveira (2004) mesmo após a mudança do sistema educacional ainda permaneceram alguns colégios e seminários mantidos por padres católicos para a formação do clero e de sacerdotes e, dessa forma, a educação no país continuou com ares de uma educação colonial visto que alguns mestres-escolas tinham sido formados por jesuítas, mantendo assim os mesmos métodos e objetivos.

No ano de 1808, com a chegada da família real ao Brasil, surgiram os primeiros cursos superiores que ficaram sob custódia do poder central, o nível secundário de educação ficou sob custódia das províncias e, mais adiante foi assumido pela iniciativa particular, mais especificamente pela igreja e, o ensino primário não era amparado por nenhuma das iniciativas citadas, ficando abandonado (OLIVEIRA, 2004).

De acordo com Oliveira (2004), ao final do período imperial o retrato da educação não era muito satisfatório, havia poucas escolas primárias e as estatísticas mostravam que de 14 milhões de habitantes no país, cerca de 85% eram analfabetos, havia alguns colégios particulares nas cidades mais importantes e cursos superiores que visavam a formação de políticos, advogados, jornalistas, etc.

O Brasil já na transição para o período republicano e com a primeira constituição da república, 1871, institui o governo federativo e a descentralização do ensino. A união, por meio da nova constituição tinha o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos estados e no distrito federal; os estados eram responsáveis por prover pela educação

primária e pelo ensino profissional. No entanto com todas as mudanças ocorridas no país era necessário que fizesse uma reforma no sistema educacional para atender as novas exigências da sociedade (OLIVEIRA, 2004).

Foram várias as propostas de reformas para o sistema educacional, no entanto, todas as reformas fracassaram visto que não partiam de uma política nacional de educação e sim de comandos políticos isolados e, assim acabou permanecendo o modelo educacional herdado do período colonial. Conforme coloca Oliveira (2004) os primeiros anos da república atuou de forma difusa, mantendo algumas características do antigo sistema e tentando incorporar uma nova ordem de democracia no país.

Tomando como referência as atividades educacionais em um âmbito internacional, podemos destacar o movimento que estava ocorrendo nesta época e que foi baseado nos pensamentos do norte-americano John Dewey, o movimento da Escola Nova que visava mudanças significativas no plano da educação. A idéia da Escola Nova foi aceita por uma maioria da população e foi assimilada por alguns educadores brasileiros com o intuito de avançar o desenvolvimento educacional brasileiro (OLIVEIRA, 2004).

Conforme Oliveira (2004) no ano de 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, foi criado o primeiro documento com vistas a definir em linhas gerais o rumo do movimento de renovação da educação nacional. A idéia era de que o Estado assumisse as responsabilidades da garantia do ensino para todos os graus e tornasse-o acessível também às camadas desprivilegiadas economicamente.

Garcia (2002) explica a idéia do porque a educação não deveria estar restrita somente a elite e ter um alcance em massa,

(...) à medida que a educação for estendendo a sua influência, despertadora de vocações, vai penetrando até as camadas mais obscuras, para aí, entre os próprios operários, descobrir "o grande homem, o cidadão útil", que o Estado tem o dever de atrair submetendo a uma prova constante as idéias e os homens, para os elevar e selecionar, segundo o seu valor ou a sua incapacidade (GARCIA *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 952).

Ou seja, o propósito de se estender à educação às classes menos abastadas era pelo fato de querer buscar em todas as camadas sociais indivíduos capazes a fim de torná-los líderes; a mesma idéia defendida pelos jesuítas no início processo educacional no Brasil.

Na visão da igreja católica, os ideários escola-novistas foram reforçados com a subida de Getúlio Vargas ao poder e, foi dado início a algumas mudanças no sistema educacional no que diz respeito à religião. Foi introduzido o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e foi reconhecido constitucionalmente o catolicismo como a religião da maioria dos brasileiros. Dessa forma, pode-se constatar que o Estado laico brasileiro não possuía bases consistentes (OLIVEIRA, 2004).

De acordo com Xavier (1990) tendo a vista o quadro político do Brasil na época pode-se analisar que “as reformas educacionais empreendidas nas décadas de 30 e 40 visavam, a um só tempo, a responder às exigências político-ideológicas do momento e às pressões sociais traduzidas e reforçadas pelo novo ideário” (XAVIER *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 953).

Sendo assim, conforme Oliveira (2004) pode-se constatar que foi mantida a visão elitista do sistema educacional brasileiro e, o plano de reconstrução nacional proposto pelos pioneiros da Escola-Nova foi sendo atendido na medida do possível e das exigências de se beneficiar as camadas mais abastadas.

3.2. A Educação da População Negra no Brasil

A origem das desigualdades educacionais entre negros e brancos na sociedade brasileira é originária da época da escravatura, que se iniciou na primeira metade do século XVI. Apenas no período em que se começou a discutir sobre a abolição foi que também se iniciou uma discussão acerca das práticas educacionais voltadas para os negros da época. Segundo Fonseca in Soares (2005), no período em que ainda reinava a escravidão, os negros escravos não tinham direito nenhum à educação formal ficando, dessa forma, restrito à educação que era dada apenas em casa.

Embora os negros escravizados fossem impedidos de terem acesso à escola formal, ou seja, eram impedidos de aprender a ler e escrever, ora ou outra era concedido, a alto preço, esse privilégio caso o escravo fosse de fazendas de padres jesuítas. Esse feito era possível, visando uma “elevação moral” destes escravos de jesuítas e, para isso eram providenciadas escolas para que os filhos dos escravos tivessem a oportunidade de aprenderem a ler e escrever e a aprenderem algumas lições de catecismo, ficando restrito, entretanto, o acesso aos estudos de nível médio e superior (GONÇALVES e SILVA, 2005).

No entanto, o ato de possibilitar a estes negros escravos o acesso à educação formal não era meramente um ato bondoso, pois segundo Ferreira e Bittar, 2000 *apud* Gonçalves e

Silva (2005), as crianças negras que estudavam nessas escolas providenciadas pelos jesuítas eram submetidas a “um processo de aculturação, gerada pela visão cristã de mundo, organizada por um método pedagógico” de caráter repressivo que visava a “modelagem da moral cotidiana, do comportamento social” (GONÇALVES e SILVA, 2005, p. 181).

Dessa forma, o acesso à educação desse grupo de crianças negras era permeado por algumas intenções de manipulação, estava mais ligado a uma forma de controle dos senhores missionários do que a uma ação com o intuito de tentar mudar, pelo menos em partes, o destino dessas crianças.

Por volta da segunda metade do século XIX os negros e os índios eram marginalizados na sociedade e eram considerados um atraso para o desenvolvimento e à modernidade do país. Esta idéia era tão disseminada no meio da época que “era postulada de forma aparentemente consensual pela classe proprietária na segunda metade do século XIX” (CHALHOUB *apud* GONÇALVES e SILVA, 2005, p. 181).

Esta idéia da sociedade da época de considerar os negros um entrave para a modernidade do país pode ser considerada um dos fatores que acabaram excluindo a população negra das escolas brasileiras. Dessa forma, enquanto as crianças negras ficavam excluídas dos estabelecimentos de ensino aumentava cada vez mais o índice de crianças abandonadas e, na maioria das vezes os asilos para estas crianças eram compostos na grande parte pela população negra. (ALMEIDA, 2000 *apud* GONÇALVES E SILVA, 2005)

Colocado aqui em questão o descaso das autoridades da época em relação à educação das crianças negras faço referência às estratégias de instrução pública que estavam a ser implantada para os jovens e adultos. Por volta do final do século XIX começou a ser discutido a implantação de cursos noturnos direcionados aos jovens e adultos com o intuito de capacitá-los para novas modalidades de trabalho, o foco era especificamente o trabalho de forma a progredir a civilização e diminuir os índices de criminalidade. Os referidos cursos foram criados com o intuito de promoção “da civilidade, da moralidade, da liberdade, do progresso, da modernidade, da formação da nacionalidade brasileira, da positividade do trabalho” (PERES, 1995 *apud* GONÇALVES E SILVA, 2005, p. 182).

A proposta foi amplamente aceita pela sociedade e, posteriormente alcançou toda a extensão do território brasileiro. No ano de 1878, criou-se oficialmente os cursos noturnos para negros livres e libertos do município da corte e acabou se expandindo para outras localidades.

De acordo com o decreto de abertura dos cursos noturnos só poderiam participar dos mesmos os indivíduos livres e libertos, ficando mais uma vez, os negros escravos impedidos de fazerem parte deste contingente de pessoas. No entanto, o veto do acesso dos negros escravos aos cursos noturnos caiu por terra um ano depois, em 1879, por meio da Reforma de Ensino Primário e Secundário apresentada por Leônio de Carvalho, o mesmo que decretou a criação dos cursos e o veto aos negros escravos. No entanto, de acordo com Gonçalves e Silva (2005), nem todas as localidades respeitaram as exigências da reforma de abrirem o acesso aos escravos e pôde-se observar que em algumas províncias “como a de São Pedro do Rio Grande do Sul, vetava-se completamente a presença dos escravos e dos negros libertos e livres” (PERES, 1995 *apud* GONÇALVES E SILVA, 2005, p. 182).

Em síntese, conforme Gonçalves e Silva (2005) as escolas noturnas possuíam em seus princípios a idéia de desenvolvimento, positividade e nacionalidade e acabou se tornando um fortíssimo mecanismo de exclusão dos negros escravos e também dos negros considerados livres e libertos.

Outros fatores que retratam a questão da exclusão e do desamparo dos negros são alguns aspectos que giram em torno da Lei do Ventre Livre de 1871 que veio para garantir a liberdade e o direito à educação às crianças filhas de mulheres escravas. No entanto, antes do cativo ser considerado livre era necessário que fosse educado anteriormente, era necessário que “fosse redimido da ignorância, do vício, da miséria e da animalidade” (ALENCAR *apud* FONSECA, 2000 in GONÇALVES e SILVA, 2005, p. 183).

Alguns estudiosos como é o caso de Perdigão Malheiros afirmavam que era fundamental oferecer uma preparação religiosa e profissional para os escravos prestes a serem libertos a fim de garantir um ofício para que pudessem se manter posteriormente na condição de homem livre. Entretanto, nem sempre as crianças filhas de escravas eram educadas e libertas, pois quem tinha o controle dessas crianças eram os proprietários de suas mães que acabavam, na maioria das vezes, não as educando e, de certa forma, colocando em xeque a Lei do Ventre Livre. Ademais, uma alteração na lei possibilitou que a responsabilidade da instrução dessas crianças fosse passada dos proprietários para o governo. Dessa forma, só teriam direito à educação as crianças que estavam sob responsabilidade do governo. (GONÇALVES E SILVA, 2005)

No ano de 1872, um ano após a promulgação da lei do ventre livre, o governo por meio do Ministério da Agricultura passou a destinar recursos financeiros para as instituições de ensino públicas a fim de favorecer a educação dos libertos. No entanto, alguns dados

mencionados por Gonçalves e Silva (2005), mostraram que os proprietários de escravos não estavam educando as crianças e nem tampouco as entregando ao Estado a fim de receber uma educação digna. Foi constatado que entre o período de 1871 a 1885 nasceram 403.827 crianças e apenas 113 foram encaminhadas para as instituições de ensino, algo em torno de 0,02%.

Estes fatos vêm mostrar o quanto o abandono e a exclusão estiveram presentes na vida da população negra do Brasil no que diz respeito à educação e outras áreas a fim e que, mesmo com a legislação a favor desse contingente da população as dificuldades sempre permanecem de uma forma ou de outra. Embora o foco neste trabalho seja a educação das crianças negras pode-se ser observado o grande desamparo com que era tratada a infância como um todo.

Saindo do século XIX e adentrando para o século XX podemos observar o grande abandono e exclusão a que foi destinada a população negra e, foi em meio a indignação das desigualdades raciais no Brasil que se iniciou os movimentos negros a fim de lutar pela igualdade racial. Foram vários os protestos e muitas as bandeiras levantadas e uma dessas frentes de luta pode-se dizer que foi o direito à educação, que sempre esteve presente na agenda desses movimentos de diversas formas conforme expõe Gonçalves (2000),

Ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano (GONÇALVES, 2000 *apud* GONÇALVES E SILVA, 2005, p. 188).

Em suma, de uma forma ou de outra os movimentos negros sempre lutavam pelo direito à educação em vários aspectos e, principalmente no que diz respeito à igualdade de oportunidades para o mercado de trabalho, na maioria das vezes, permeado de muitas injustiças.

No que tange à educação da população negra no início do século XX era observado uma distância muito grande entre as crianças a serem alfabetizadas e as instituições escolares, pois desde muito cedo essas crianças eram chamadas ao trabalho para poder ajudar nas despesas da família, como pode ser notado pelo depoimento de Correia Leite, um dos líderes do movimento negro,

minha mãe foi uma negra, doméstica, muito lutadora, mas não podia me manter. Ela tinha de me deixar na casa dos outros para poder trabalhar [...] eu sempre vivi maltratado [...] tive uma irmã que veio mais tarde e viveu a mesma circunstância que a minha [...] com ajuda de minha mãe fui trabalhar como entregador de marmitas, menino de recados e ajudante de carpinteiro” (CUTI & CORREIA LEITE, 1992 *apud* GONÇALVES e SILVA, 2005, p. 189).

Como lembrado por Correia Leite era comum que as crianças negras desta época, principalmente os meninos, se afastassem da escola para poder dar auxílio às suas famílias, ficando assim comprometida a educação dessas crianças e, na maioria das vezes, o acesso à educação acontecia depois de muitos anos, quando já havia se tornados adultos, como menciona Silva (1987) “a escolarização, entre os homens negros nascidos no início do século XX, quando ocorreu, foi, em sua maioria, na idade adulta” (SILVA, 1987 *apud* GONÇALVES E SILVA, 2005, p. 189).

No caso das mulheres o destino geralmente era outro, elas eram encaminhadas para orfanatos onde aprenderiam a trabalhar como empregadas domésticas e costureiras e, na maioria das vezes, eram enviadas para casas de famílias mais abastadas para ocuparem a posição de filhas de criação, uma espécie de empregada doméstica sem remuneração. (GONÇALVES e SILVA, 2005)

Tanto os homens negros como as mulheres negras da época se dedicavam ao trabalho como uma forma de sobrevivência, se afastando do ambiente escolar. No entanto a luta das entidades negras para a mudança dessa realidade era constante e, o incentivo aos negros de se educarem era sempre presente em suas ações. Um dos exemplos dessas ações foi a atuação da imprensa negra, que sempre divulgava artigos incentivando e comparando as diferenças educacionais entre negros e brancos para estimularem uma luta maior pela igualdade de oportunidades no âmbito da educação. De acordo com Gonçalves e Silva (2005), pode-se dizer que,

(...) a leitura desses registros nos levam a sustentar a hipótese de que o abandono a que foi relegada a população negra motivou os movimentos negros, do início do século, a chamar para si a tarefa de educar e escolarizar as suas crianças, os seus jovens e, de um modo geral, os adultos. (GONÇALVES e SILVA, 2005, p. 195)

Nesse período a educação aparecia mais como uma obrigação da família, não contendo registros da educação como um dever do Estado a qual as famílias tivessem o direito de consegui-la e cobrar por uma educação melhor.

Ainda no que diz respeito ao abandono a que eram relegadas as crianças negras, em uma dessas publicações do movimento negro, Olímpio Moreira da Silva, em um artigo publicado em 1934, criticou de forma contundente algumas práticas observadas nos estabelecimentos oficiais da época.

Ainda há grupos escolares que recebem negros porque é obrigatório, porém os professores menosprezam a dignidade da criança negra, deixando-os de lado para que não aprendam, e os pais pobres e desacorçoados pelo pouco desenvolvimento dos filhos resolvem tirá-los da escola e entregar-lhes serviços pesados (*A Voz da Raça*, 17/ 02/1934 *apud* GONÇALVES e SILVA, 2005)

Podemos observar que por mais que houvesse vários tipos de luta para a aceitação do negro na sociedade, para a igualdade de oportunidades entre as “raças” tanto no âmbito educacional como nos demais, ainda assim existiam o preconceito e a discriminação por conta da cor da pele.

O movimento negro surgiu então com intuito de lutar contra todas as desigualdades sociais a que eram submetidos a população negra e, segundo Santos (1999), trouxe o grande objetivo de,

(...) eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (SANTOS, 1999 *apud* MOEHLECKE, 2002, p. 201)

Retomando a questão da educação da população negra, como dito anteriormente, não era um dever do Estado a garantia da educação para as crianças e, dessa forma cabia às próprias famílias a busca por uma educação institucional para seus filhos. Com os relatos das dificuldades que a população negra enfrentava nas escolas, a Frente Negra Brasileira tomou a iniciativa de propiciar um ambiente educativo para esse contingente.

Foi criada uma escola que atendia a alunos de alfabetização, da escola primária e do curso de formação social. A escola era composta por uma maioria de alunos negros, sendo que também freqüentavam alunos de outras raças. A escola foi tão bem aceita que só na fase de alfabetização continha cerca de 4.000 alunos matriculados e outros 200 distribuídos entre a escola primária e os cursos de formação social. (GONÇALVES e SILVA, 2005)

De acordo com Gonçalves e Silva (2005), os líderes da Frente Negra Brasileira não pensavam em proporcionar aos negros apenas a escolarização, mas uma formação mais ampla, como cursos de formação política; pois com um passado de escravidão, de silêncio e de subordinação era necessária uma abertura do pensamento político desses negros para um embasamento maior em suas lutas.

No entanto, em meio à ditadura de Vargas a Frente Negra fechou as suas portas e as questões a cerca da escolarização e da formação profissional dos negros ficaram um pouco de lado, iniciando, assim, novos debates sobre os rumos da educação dos negros no Brasil.

À medida que se avançava cada vez mais à metade do século XX ia-se observando um movimento negro com um caráter mais nacional do que regional e, uma das bandeiras de luta mais incidentes era a da educação, que reivindicava o acesso a todos os níveis da educação: fundamental, médio e superior. Nesse contexto em questão que o movimento negro conseguiu inserir em sua agenda a questão da educação. (GONÇALVES e SILVA, 2005)

Conforme Gonçalves e Silva (2005), por volta do início dos anos 80, com o movimento negro mais unificado, que as questões educacionais passaram a ter prioridade ímpar na luta do movimento e nos debates públicos em geral. Foram várias as ações de reivindicação pela igualdade de oportunidades no âmbito da educação e várias conquistas como a instauração do Dia da Consciência Negra, dentre outros feitos.

Ainda no início dos anos 80 foram observadas várias maneiras de incentivo à educação da população negra em todo o país como as experiências de educação comunitária que, por vezes, iam além da simples escolarização. Os debates sobre o combate contra o racismo e a discriminação também estavam muito em voga neste período e se intensificaram ainda mais no centenário da abolição, no ano de 1988, que também veio à tona vários encontros e conferências para a discussão da educação dos negros. Pode-se destacar, neste sentido, o VIII Encontro dos Negros do Norte e Nordeste que se propuseram a fazer um balanço da educação da população negra nos 100 anos de abolição da escravatura, onde

observaram que este tempo foi irrisório no que tange a garantia dos direitos constitucionais dessa população. (GONÇALVES e SILVA, 2005)

Em meio a tantas formas de desigualdades a que são submetidos os negros, no topo destas concentram-se as desigualdades educacionais que acometem essa faixa da população até os dias de hoje, principalmente no âmbito do ensino superior, onde os índices de acesso e permanência do grupo de negros são muito pequenos quando comparados ao de brancos.

3.3. A Escola como Promotora do Preconceito Racial

No Brasil, ainda nos dias de hoje, a população negra vem enfrentando várias formas de desigualdades na sociedade, uma herança que vem desde a abolição da escravatura onde os ex-escravos, já em condição de homens livres, não conseguiam se equiparar com os brancos por causa dos preconceitos que ainda assolavam este grupo.

No meio educacional este quadro não é diferente, sendo observáveis diversos mecanismos de preconceito racial, discriminação e racismo; o ambiente escolar, por meio dos seus atores sociais, propicia e legitima grande parte dessas atitudes discriminatórias por não ter um preparo adequado para lidar com essas questões, como veremos posteriormente. O estudo das manifestações de preconceito racial na escola é muito importante, pois de acordo com Soares “a primeira constatação é de que a educação é uma dimensão crucial para a compreensão dos processos sociais geradores de desigualdades raciais” (SOARES, 2005, p. 13), ou seja, a escola está no centro das discussões acerca das desigualdades sociais que ainda afligem os negros em decorrência de suas características adscritivas, pois é um ambiente em que as desigualdades raciais estão presentes, conforme expõe Soares onde diz que “os estudos realizados nos últimos dez anos apontaram, com clareza, a centralidade da discriminação no sistema educacional como fator de reprodução das desigualdades raciais (...)” (SOARES, 2005, p. 1). Dessa forma podemos observar que a incidência dessa temática no meio educacional é muito grande e devemos dar atenção para o que ocorre do lado de dentro dos muros da escola.

Pouco se fez pela educação dos negros no Brasil desde a abolição da escravatura, como pudemos ver anteriormente no histórico da educação dos negros no Brasil e, pouco ainda se faz para mudar essa dura realidade. Segundo Barbosa *apud* Soares (2005), nosso país nunca colocou em primeiro plano a questão das desigualdades raciais, priorizando a questão

das desigualdades econômicas no meio político. Dessa forma as desigualdades raciais presentes na escola também ficaram em segundo plano na visão do Estado.

Segundo Silva Júnior (2002), no que tange a discriminação racial, acreditava-se que ela tinha início, geralmente, no período em que as pessoas ingressavam no mercado de trabalho, ou durante o seu percurso. No entanto, depois de vários estudos pôde ser observado que a discriminação e o preconceito racial que afetam a população negra têm início nos primeiros processos da vida da pessoa, mais especificamente, na sua inserção na escola. As dificuldades encontradas no ambiente escolar perpassam desde o acesso à educação, passando pela permanência e indo até finalização do ciclo educacional e, refletindo até nas futuras oportunidades de trabalho desse grupo.

As desigualdades educacionais entre negros e brancos são nítidas e podem ser notadas pelas estatísticas que Barbosa *apud* Soares (2005) traz onde expõe que,

os pretos e pardos apresentam evidentes desvantagens em relação aos brancos, tanto nos resultados educacionais obtidos (medidos em anos de escolaridade) quanto no acesso e nas trajetórias escolares (diferenças na velocidade de promoção, nas taxas de repetência, de atraso e de ingresso tardio) (BARBOSA *apud* SOARES, 2005 p. 9).

Em toda a trajetória educacional pode-se constatar menores índices relativo a anos de escolaridade dos negros em relação aos brancos, e essa realidade não diz respeito especificamente a desigualdades sociais, pois conforme argumenta Barbosa *apud* Soares (2005),

(...) vários estudos demonstraram que raça tem efeitos específicos sobre os retornos sociais no Brasil, especificamente retornos educacionais. Isso quer dizer que os estudantes pretos obtêm piores resultados não apenas por serem pobres, mas também, e independentemente, por serem pretos” (BARBOSA *apud* SOARES, 2005 p. 7).

Dessa forma retomamos a importância que deve se dar às questões raciais, principalmente na escola, pois na maioria das vezes são elas as grandes definidoras de comportamentos e atitudes discriminatórias e não as questões sociais e econômicas que, porventura, também deve ser dada a sua devida importância.

O preconceito e a discriminação racial na escola podem ser notados em diversos tipos de interação com alunos, com professores e, até mesmo, com agentes educativos e, na maioria das vezes se dá em meio a afirmações estereotipadas como exemplifica Silva Junior (2002, p. 32) “O pessoal da favela só vem na escola para comer”; ou “Não adianta chamar o pai, porque ele só sabe beber!”; ou ainda, “Os alunos negros são os que mais dão trabalho no recreio. Adoram uma bagunça!”.

Essas afirmações mostram o grande despreparo dos profissionais que atuam na escola, como também a proliferação, no ambiente escolar, do preconceito que é disseminado na sociedade. No entanto, nem sempre o preconceito e a discriminação são manifestados na escola por meio de visões estereotipadas, eles também podem ser disseminados por meio do silêncio diante de comportamentos discriminatórios. O silêncio diante de determinadas ocasiões nem sempre é a melhor atitude a ser tomada por professores e/ou agentes educativos, pois ele torna legítima algumas práticas discriminatórias que ocorrem dentro da escola. Todavia Paré *apud* Silva Junior (2002, p. 44) constatou “a omissão do professor nos momentos de agressão discriminatória por outros alunos”.

O silêncio diante desse tipo de situação ainda é visto como a melhor opção para alguns professores que a presenciam. Este silêncio do qual falamos não significa uma ausência de discurso, de pronunciamento, mas “um discurso em que o não dito ganha significados ambíguos ou se estabelece em relação apenas a uma das partes da relação racial.” (SILVA JUNIOR, 2002, p. 49). Ou seja, quando o professor e/ou agente educativo se cala diante uma atitude discriminatória contra negros, por exemplo, quando deveria, no entanto, intervir para que tal fato não ocorresse e tentar, por sua vez, conscientizar o agressor do erro de sua ação.

Silva Junior (2002) exemplifica em algumas palavras como esse silêncio diante do preconceito pode ocorrer na escola,

Estando, porém, no espaço escolar, as crianças podem se deparar com situações de discriminação na qual o silêncio parte diretamente das professoras. Este silêncio não é especificamente o não-discurso, mas um discurso que ora minimiza a ação da criança branca, ora tenta diminuir o impacto sobre a criança negra e, em muitos casos, não confirma, nem desconfirma a discriminação que o outro percebe e sofre (...) (SILVA JUNIOR, 2002, p. 50)

Em muitos casos, às vezes, involuntariamente, as(os) professoras(es) tentam minimizar a ação sobre a criança negra, mas, no entanto, não alerta a criança branca sobre o

ato cometido e, segundo Silva Junior (2002), este tipo de atitude por parte do professor é uma forma de legitimar o preconceito racial no ambiente escolar, pois não há repressão ao agressor e, de certa forma, vai se educando a criança negra a se acostumar-se com o preconceito e a discriminação, como se esses comportamentos não fossem passíveis de mudança fazendo com que a criança negra aprenda a conviver com essas situações constrangedoras.

Dessa forma, a escola, por falta de preparo, corrobora com a promoção do preconceito racial entre as crianças dentro do ambiente educativo e, por meio do “silêncio” sanciona as desigualdades existentes entre negros e brancos existentes na sociedade, trazendo essa mesma realidade para dentro da escola.

No que diz respeito às expectativas educacionais dos professores em relação ao alunado negro pode-se observar, como cita Santos que “muitos educadores(as) tem baixas expectativas diante de crianças negras, e se assustam diante da possibilidade de suas salas serem majoritariamente compostas por alunos negros.” (SANTOS *apud* SILVA JUNIOR, 2002, p. 51). Ou seja, alguns professores já têm uma predisposição a considerar os alunos negros inferiores aos alunos brancos sem ao menos verificar o desempenho dos estudantes em questão; fator que mostra claramente que o preconceito, por vezes, também é manifestado pelo próprio professor de maneira sutil e disfarçada.

No entanto, a discriminação que os alunos negros sofrem geralmente é atribuída à própria família e também ao próprio aluno, conforme menciona Silva Junior (2002). A escola não busca abraçar a causa de trabalhar a questão da discriminação na escola, se redimindo das responsabilidades diante das questões raciais. De acordo com Silva Junior (2002),

A conclusão a que se chega em atividades dessa natureza é que a discriminação é vista como uma questão dos discriminados (...), excluindo, portanto, a responsabilidade da escola de promover igualdade de oportunidades e tratamento, ao invés de manter o que as representações sociais e representações culturais determina como “lugares de negros” e “lugares de brancos. (SILVA JUNIOR, 2002, p. 51)

A discriminação sofrida pelos negros é transferida aos próprios discriminados por não haver nas escolas uma política de luta contra as diversas formas de manifestação do preconceito. Tem se assistido com muita freqüência a responsabilização da discriminação sofrida pelo individuo discriminado e, consequentemente a impunidade e não repreensão dos agressores.

A manifestação de apoio às vítimas do preconceito racial é mais observada nas relações entre parentes e entre amigos, que é considerada por Teixeira (2003) como uma *rede de relações* que visa o incentivo à ascensão do negro.

No que tange aos tipos de preconceito e discriminação racial existentes no ambiente educativo Paré atribui grande parte às “piadas, apelidos, brincadeiras, risos zombeteiros e ofensivos ao “ser negro”, na postura implicante de professores com atitudes racistas, etc” (PARÉ *apud* SILVA JÚNIOR, 2002, p. 43). Como as práticas racistas são consideradas crime inafiançável em nosso país, o preconceito racial é geralmente manifestado em formas de brincadeiras e piadas relacionadas à cor da pele. No entanto, o preconceito racial também pode ser observado nos livros didáticos utilizados pelos alunos e no papel do professor que, por vezes, tende a reproduzir as desigualdades sociais (BARBOSA *apud* SOARES, 2005).

Outro tipo de preconceito que também pode ser observado e analisado por meio de técnicas de abordagem é o que denominamos de “preconceito involuntário”. Este tipo de preconceito parte de um estímulo associado à categoria “negros”, que pode ser membros do grupo, rótulos categoriais ou estereótipos do grupo. Em seguida esses materiais são mostrados para uma pessoa ou grupo e, a partir deste estímulo há uma tendência de desencadear de modo involuntário e automático estereótipos e o preconceito negativo contra os negros. (LIMA *et al*, 2006)

Esta técnica tende a mostrar os estereótipos que se criam na sociedade, e que são atribuídos a determinados grupos e que, por vezes tendem a gerar o preconceito negativo e a discriminação.

No que se refere ao ambiente familiar, pode-se observar que as mães de crianças negras têm baixas expectativas em relação aos anos de escolarização de seus filhos em comparado com as expectativas das mães de crianças brancas, que são maiores. A avaliação das mães de crianças negras, geralmente, são menos positivas que a de mães brancas. (BARBOSA e RANDALL *apud* SOARES, 2005)

A diferenciação de tratamento e expectativas também pode ser observada nos anos iniciais do processo educativo onde, geralmente, as professoras manifestam preferências docentes pelas crianças brancas comparado às crianças negras e estas, por sua vez, apresentam uma baixa expectativa no conceito das professoras, conforme expõe Soares (2005),

Partindo de um conceito bourdieusiano, “as categorias do juízo professoral”, Barbosa (2004) pôde evidenciar a existência de um viés negativo das professoras em relação aos seus alunos pretos e pardos: a avaliação das habilidades acadêmicas desses alunos, feita por suas professoras, tende a ser inferior ao seu desempenho objetivo, caracterizando uma visão negativa que elas teriam dos seus alunos não-branco (SOARES, 2005, p. 13)

Nesse sentido, os alunos pretos e pardos tendem a ter baixa auto-estima seja pelo modelo educacional que privilegia o branco seja pela abstenção da escola de sua responsabilidade no que diz respeito às atitudes discriminatórias, refletindo diretamente no desempenho escolar do aluno e na manutenção das desigualdades educacionais entre negros e brancos.

Segundo Gomes (2003) o indivíduo que é discriminado na escola também tende a exibir uma postura mais tímida, com uma menor interação com os colegas de sala e com os professores por causa do preconceito sofrido pela cor da pele e, devido ao medo e vergonha de se interagir vai se criando um complexo de inferioridade que é oriundo do histórico de preconceito de sua trajetória escolar e social.

A discriminação destinada aos alunos negros na escola dá origem a tristes consequências na vida dessas pessoas discriminadas que vai desde a desvalorização de si mesmo até a vergonha de ser negro. Paré *apud* Silva Júnior (2002) cita alguns tipos de sentimentos que podem ser notados no indivíduo que sofre a discriminação,

vergonha de ser negro (a); medo da rejeição; baixa autoestima; desgosto às piadas raciais; tristeza por não saber reagir; mágoa pela rejeição; desvalia; utilização de mecanismos ou ações de defesa, tais como: xingar, agredir fisicamente, indiferença aparente, negar a discriminação etc.” (Paré *apud* Silva Júnior, 2002, p. 44)

Como citado anteriormente, a criança negra é ensinada a aceitar a condição de discriminada e, por outro lado, a criança branca, que é autora do ato discriminatório, não é repreendida e passa a ver as atitudes discriminatórias como normais e, pelo fato de não serem punidas, conforme argumenta Silva Júnior (2002, p. 44), elas se caracterizam por possuir “alta auto-estima e auto-confiança, orgulho de ser branco, prazer de rejeitar os outros, etc.”.

Dessa forma a escola, tida como um ambiente onde os indivíduos devem se preparar para exercer a cidadania, acaba promovendo e mantendo atitudes que já deveriam ter sido

banidas, mas que infelizmente ainda existem, e acaba levando para o ambiente educativo os mesmos preconceitos vividos em nossa sociedade.

As desigualdades educacionais observadas são múltiplas e, de acordo com Soares (2005) pode-se perceber que as dificuldades que os negros enfrentam se deve, inicialmente, a origem social dessas crianças que, geralmente, são de baixa renda. Dessa forma a chance de ingresso em uma boa escola diminui e, consequentemente, as futuras oportunidades na vida adulta e indo mais adiante pode-se inferir que, provavelmente, sua trajetória educacional vai se refletir na vida de seus descendentes.

Sendo assim, os negros brasileiros são submetidos a um processo cíclico onde vai se repetindo as realidades que vão sendo passadas de geração em geração, pois as diferenças sociais não são sanadas dentro da escola e nem fora dela. Segundo Soares (2005),

A passagem – ou nos piores casos a não-passagem – pelo sistema educacional tem sido apontada como a etapa principal desse processo cíclico, que confina a coletividade dos negros aos escalões subalternos da sociedade brasileira. Inúmeros estudos mostraram que o sistema educacional, além de ser incapaz de compensar as diferenças de origem socioeconômica, acrescenta outras distorções, fazendo com que ao fim da passagem as diferenças entre negros e brancos sejam intensas (SOARES, 2005, p. 22)

Essas diferenças educacionais intensificadas no período do processo educativo se refletem na busca pelo sucesso no mercado de trabalho fazendo com que os negros ainda fiquem em desvantagem pela diferença educacional existente entre os brancos. Dessa forma, os negros passam a ocupar as posições mais baixas no mercado capitalista e, dentro dessas condições ainda exercem as atividades com menor prestígio. (SOARES, 2005)

Uma visão geral da trajetória educacional de negros e brancos é traçada por Soares (2005) em uma pesquisa que acompanha os trajetos educacionais de todas as crianças nascidas na década de 80. O período analisado é o de 1987, provavelmente o inicio da escolarização das crianças nascidas em 1980, e vai até 2003, período em que, provavelmente, já teriam finalizado a educação básica. Esta pesquisa busca mostrar o retrato das desigualdades educacionais ainda existentes entre negros e brancos.

Foi verificado que no período analisado ainda existiam diferenças consideráveis entre negros e brancos no sistema educacional, como o fato de a maior parte das pessoas

analfabetas serem negras e, também em todas as faixas etárias observadas a quantidade de negros fora da escola era sempre maior que a de brancos (SOARES, 2005).

Também foi constatado na pesquisa que os negros têm mais dificuldade de ingressar na escola, dessa maneira o ingresso acaba acontecendo mais tarde e algumas vezes nem chega a acontecer e, quando entram no sistema educacional há uma dificuldade muito grande de permanência e finalização. Dados mostraram que no ano de 2003 a quantidade de pessoas que nunca tinham freqüentado a escola foi de 1% para os brancos contra 3% para os negros (SOARES, 2005).

Na maioria das vezes, o abandono escolar dos negros se deve pelo fato de terem de começar a trabalhar muito cedo, o que acaba exigindo muito tempo e dedicação para conciliar as duas atividades e, pela falta de disposição podem obter resultados ruins na escola.

Segundo Soares (2005) essa pesquisa veio mostrar que mesmo analisando aspectos de uma geração tão nova pôde-se observar claramente que a cor da pele ainda pesa bastante na vida das pessoas que a carregam e que, talvez, analisando uma geração mais antiga poderíamos constatar que tem diminuído as diferenças sociais e educacionais entre negros e brancos nos dias atuais. Soares (2005) ainda diz que,

(...) as desigualdades entre negros e brancos tendem a se perpetuar para sempre, a não ser que o sistema de ensino passe por reformas que o tornem capaz de contrapor o mecanismo de reprodução das desigualdades raciais, do qual, até o presente momento, tem sido a engrenagem principal (SOARES, 2005, p. 23)

Conforme citação supracitada por Soares (2005) a escola ainda é umas das principais responsáveis pela reprodução das desigualdades raciais existentes em nossa sociedade e, apenas por meio de mudanças políticas e educacionais pode-se almejar uma redução significante dessas práticas em nosso meio.

CAPÍTULO IV

4. Metodologia

Este capítulo tem como objetivo descrever a metodologia de pesquisa utilizada para desenvolver este trabalho. Primeiramente será exposto o método de pesquisa utilizado, a descrição dos colaboradores, os instrumentos que foram usados para que pudesse ser colocado em prática e todos os procedimentos realizados para a sua concretização.

4.1. Método

O trabalho em questão se baseia nas concepções da pesquisa qualitativa visto que, diferente da pesquisa quantitativa que já precisa ter um plano previamente estabelecido para depois colocá-lo em prática, “ela costuma ser direcionada, ao longo do seu desenvolvimento; ...não busca enumerar ou medir eventos, e ... Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo” (NEVES, 1996, p. 1). A pesquisa qualitativa tem como principal objetivo traduzir e expressar os fenômenos pesquisados no âmbito social e tende a reduzir a distância natural que existe entre a teoria e os dados concretos.

Godoy (1995) *apud* Neves (1996) enumera algumas características que dizem respeito ao caráter da pesquisa qualitativa que tem como finalidade identificar com maior facilidade uma pesquisa deste tipo:

- 1- O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- 2- O caráter descritivo;
- 3- O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
- 4- Enfoque indutivo

A pesquisa qualitativa conta com vários métodos para análise e, neste trabalho, o método a ser utilizado será o exploratório descritivo, tendo em vista os seguintes objetivos: verificar a compreensão que os alunos têm do que é ser negro; averiguar como os alunos manifestam o

preconceito racial contra os colegas na escola; examinar a percepção dos alunos acerca do preconceito racial na sociedade e na escola. Para entender melhor a lógica deste método temos que nos ater para algumas questões que dizem respeito a esses dois tipos de pesquisa: exploratória e descritiva.

GIL (2007) diz que os estudos de tipo exploratório são utilizados para dar ao pesquisador uma visão geral acerca de determinado objeto de estudo. Ou seja, o pesquisador parte da especificidade dos pesquisados para poder fazer inferências acerca de um grupo maior em questão. Segundo Triviños (1987, p. 109) “o pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental”.

Como citado anteriormente por Triviños (1987) o estudo de caráter exploratório visa um planejamento para uma pesquisa descritiva ou experimental e, no âmbito desta pesquisa em questão, o enfoque descritivo foi o utilizado para o seu desenvolvimento.

Os estudos descritivos são muito utilizados no campo da educação e eles têm como elementos fortes a vontade de se conhecer as características da comunidade, seus hábitos, seus problemas, suas escolas, os problemas do adolescente etc. (TRIVIÑOS, 1987)

O objetivo principal desse tipo de pesquisa é a descrição das características do objeto de estudo em questão, seja um grupo ou um estabelecimento e, de acordo com GIL (1987, p. 44), fazem parte deste tipo de pesquisa aquelas “que tem por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população”.

Em suma, a pesquisa de caráter exploratório descritivo tem como objetivo conhecer melhor o objeto de estudo por meio de suas especificidades, por meio do contato direto com o pesquisado e, em seguida, descrever o objeto de estudo baseando-se nas observações, opiniões e atitudes manifestadas pela parte pesquisada.

4.2. Participantes

A pesquisa contou com sete colaboradores, alunos freqüentando o terceiro ano do ensino médio na mesma instituição, Centro Educacional 02 do Guará, e residindo na região administrativa do Guará. Os nomes utilizados neste trabalho são fictícios e escolhidos pelos próprios participantes por meio de um questionário elaborado para traçar o perfil dos alunos. Ainda por meio do questionário supracitado foram registrados dados como, por exemplo, cor

da pele, cor da pele dos pais, religião, se trabalha, se pretende prestar vestibular, qual o curso de interesse, escolaridade dos pais e profissão dos pais.

Em ordem aleatória segue o perfil dos participantes do grupo focal: De acordo com sua própria atribuição, Guilherme tem 17 anos de idade, se considera da cor preta e também atribui a cor preta à sua mãe. Não preencheu a cor do pai, pois o mesmo não o conhece, deixando assim em branco. Diz não possuir nenhuma religião. Atualmente faz estágio remunerado e pretende prestar vestibular na Universidade de Brasília e em outras instituições para o curso de Nutrição. A mãe de Guilherme possui o Ensino Fundamental completo e exerce a profissão de auxiliar de educação.

Vanessa tem 17 anos de idade, se considera branca, bem como a sua mãe e o seu pai. Diz não possuir nenhuma religião. Atualmente faz estágio remunerado e pretende prestar vestibular na Universidade de Brasília e em outras instituições para o curso de Letras-Português. A mãe e o pai de Vanessa possuem o Ensino Fundamental Incompleto, o pai exerce a profissão de comerciante e a mãe é dona de casa.

Lívia tem 16 anos de idade, se considera amarela e define a cor da mãe como branca e a do pai como preta. Diz ser da religião evangélica. Lívia nunca trabalhou e pretende prestar vestibular na Universidade de Brasília e em outras instituições para o curso de Letras-Inglês. Seu pai possui o ensino superior completo e sua mãe o ensino médio completo e, seu pai exerce a profissão de contador. Lívia não preencheu a profissão da mãe.

Roberta tem 16 anos de idade, se considera branca bem como a sua mãe e o seu pai. Diz não possuir nenhuma religião. Atualmente está procurando emprego e pretende prestar vestibular na Universidade de Brasília e em outras instituições para o curso de Relações Internacionais. O pai de Roberta possui ensino superior completo e sua mãe ensino superior incompleto. Sua mãe é enfermeira e vendedora de automóveis e, a profissão de seu pai foi deixada em branco.

Érick tem 17 anos de idade, se considera preto bem como o seu pai e coloca a cor da sua mãe como sendo branca. Diz pertencer a religião católica. Atualmente está fazendo “bicos” e pretende prestar vestibular na Universidade de Brasília e em outras instituições para o curso de Educação Física ou Administração. O pai de Érick possui ensino superior incompleto e sua mãe ensino médio incompleto. O seu pai exerce a profissão de caminhoneiro e sua mãe é dona de casa.

Lorryne tem 16 anos de idade, se considera indígena e também atribui a mesma definição à sua mãe e coloca a cor de seu pai como sendo pardo. Diz pertencer a religião católica. Lorryne nunca trabalhou e pretende prestar vestibular na Universidade de Brasília e em outras instituições para o curso de Psicologia ou Nutrição. O seu pai possui ensino médio completo e sua mãe ensino superior completo. O pai de Lorryne é agente administrativo e sua mãe auxiliar administrativo.

Aline tem 17 anos de idade, se considera preta bem como o seu pai e considera a sua mãe como sendo branca. Diz pertencer a religião evangélica. Atualmente está procurando trabalho e pretende prestar vestibular na Universidade de Brasília e em outras instituições para o curso de Publicidade e Propaganda. Seu pai possui ensino superior completo e sua mãe ensino médio incompleto. O pai de Aline exerce a profissão de engenheiro e sua mãe de massoterapeuta.

4.3. Instrumentos

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo foram utilizados dois instrumentos: o roteiro do grupo focal (*ver Apêndice D*) e o questionário (*ver Apêndice E*) para traçar o perfil dos participantes. O roteiro foi elaborado com o intuito de guiar as três sessões do grupo de discussão que teve, em média, uma duração de 40 (quarenta) minutos cada sessão, o mesmo foi responsável por direcionar os debates com o grupo pesquisado conforme planejamento prévio. O roteiro contou com três planejamentos, sendo um para cada dia da pesquisa. O primeiro dia contou com uma atividade de apresentação dos participantes da pesquisa, outra atividade referente ao ser negro e, por último a atividade de uma história contada por todos, contendo início meio e fim. O segundo dia de pesquisa contou com a reportagem (*ver Anexo*) sobre o negro, que saiu em uma revista de circulação nacional, e perguntas acerca da mesma, também foi mostrado algumas estatísticas relacionadas ao tema em questão. No terceiro dia de pesquisa foram exibidos dois vídeos relacionados ao tema, foram levantadas algumas questões importantes e, por último, foi construído pelos estudantes um “mapa conceitual” com suas análises e possíveis soluções acerca do tema pesquisado.

O questionário preenchido pelos participantes da pesquisa foi desenvolvido a fim de delinear o perfil dos estudantes com base em alguns dados importantes como a escolaridade e profissão dos pais, a pretensão dos mesmos em prestar vestibular em instituições públicas ou particulares e quais os cursos escolhidos por eles, a definição da cor da pele pelos

participantes, dentre outros. O questionário contou com 14 questões, sendo que nove foram objetivas e cinco discursivas, cabendo aos participantes preenchê-las.

4.4. Local de Observação

A pesquisa de campo foi realizada no Centro Educacional 02 do Guará, antigo Ginásio do Guará que foi criado pelo decreto n. 1306 do Governo do Distrito Federal. O prédio da escola foi construído em 1969 para atender a população da cidade em suas demandas pelo curso ginásial e secundário e foi inaugurado em 1970, passando desde então a ser conhecido como “GG”. No ano de 1977, por meio de uma resolução e um decreto, o Ginásio do Guará se transformou em Centro Educacional 02 – Guará.

A escola atende uma clientela jovem, em sua maioria residente das proximidades, bem como moradores da Estrutural, Vicente pires, Águas claras e outros. Atualmente são cerca de 1.580 alunos distribuídos nos três turnos. Seu funcionamento ocorre em três turnos, estando as turmas de sétima série e oitava séries do Ensino Fundamental concentradas no turno vespertino e as turmas de primeira, segunda e terceira séries do Ensino Médio distribuídas nos três turnos – matutino, vespertino e noturno. O turno noturno é basicamente freqüentado por jovens trabalhadores.

A instituição conta com 64 professores que ficam nas salas de aula e mais nove professores que atuam na sala de recursos e na sala de leitura, sendo que três concentram suas atividades na sala de recursos e seis na sala de leitura. Dentre os outros profissionais que trabalham na escola além do diretor e da vice-diretora, conta-se também com três porteiros responsáveis pela segurança nos três turnos, três profissionais que trabalham na secretaria, quatro coordenadores, dois orientadores, quatro supervisores, sendo que dois são administrativos e os outros dois pedagógicos, três profissionais para o apoio, uma merendeira e mais um responsável pela mecanografia da escola. Por fim, no Núcleo Tecnológico Administrativo se concentram quatro profissionais para apoio.

No que diz respeito à estrutura física da escola, pode-se observar que ela possui um espaço bem amplo e propício para atividades físicas e do conhecimento. Ela conta com 01 secretaria, 01 sala de vice-direção e supervisão pedagógica, 01 sala de direção, 01 banheiro da sala da direção, 01 sala de professores, 01 mecanografia, 01 sala de supervisão administrativa, 01 sala de coordenação pedagógica, 01 banheiro de professores (feminino), 01 banheiro de professores (masculino), 01 sala do SOE e de Recursos, 01 sala de leitura, 01 depósito da sala

de leitura, 18 salas de aula, 01 depósito de informática, 01 Banheiro Feminino, 01 Banheiro Masculino, 01 Laboratório de Informática do NTE, 01 sala do NTE – Núcleo Tecnológico Administrativo, 01 Laboratório de Informática, 01 Laboratório de Biologia, 01 Laboratório de Física e Química, 01 sala dos servidores, 01 depósito de material de limpeza, 01 Banheiro da Educação Física, 01 Sala de Educação Física, 01 depósito de educação física, 01 cozinha, 01 depósito da cozinha, 01 cantina comercial, 01 depósito de gás, 01 Banheiro Masculino (Alunos), 01 Banheiro Feminino (Alunas), 01 Vestíario da Piscina Feminino, 01 Vestíario da Piscina Masculino, 01 Piscina, 01 Quadra de Basquete e Voleibol, 01 Quadra de Futebol de Salão e Handebol, 01 Quadra Coberta, 01 pista de atletismo, 01 guarita, 01 depósito para materiais diversos.

4.5. Procedimentos

A pesquisa de campo foi desenvolvida visando à utilização da estratégia de grupo focal, para isso foi planejado selecionar um grupo de estudantes que não fosse muito restrito e nem muito amplo, algo em torno de oito participantes e, para alcançar o proposto foi feito o primeiro contato com a instituição de ensino a fim de conseguir as condições propícias para colocar em prática o trabalho.

A diretoria da escola juntamente com os participantes selecionados contribuiu da melhor forma para a execução da pesquisa, sempre estando à disposição para eventuais solicitações.

No dia 29 de março de 2011, terça-feira, por volta das 10h da manhã, foi estabelecido o primeiro contato com o diretor da escola com o intuito de me apresentar, bem como a minha pesquisa como objeto da graduação do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília. Manifestei o meu interesse em realizar a pesquisa na escola e expliquei brevemente sobre como seria realizado o trabalho, por meio de uma carta de apresentação (*ver Apêndice A*).

Solicitei, assim, a autorização e o apoio da Diretoria e dos professores para realizarmos grupos de discussão com alunos do terceiro ano de ensino médio, do turno matutino, bem como a disponibilização de um ambiente para que o debate pudesse ser realizado.

Em conformidade com a escola, foram selecionados então dez estudantes do terceiro ano do ensino médio, do turno matutino, a fim de serem escolhidos apenas oito. O diretor juntamente com o professor de história da instituição se prontificou imediatamente e,

selecionou os dez alunos que possivelmente se interessariam em participar da pesquisa e obedeceu a única exigência que havia sido feita, que era conter no grupo de alunos pelo menos dois que fossem da cor negra para que a pesquisa fosse fidedigna com os objetivos propostos.

Depois de selecionados os estudantes, o professor passou de sala em sala fazendo o convite aos alunos e liberando-os por alguns instantes para que eu pudesse passar mais informações acerca dos grupos de discussão e definir as datas e os horários com os alunos. Então, foi entregue aos estudantes uma carta-convite (*ver Apêndice B*) que eles tinham que preencher o nome, o contato telefônico e eletrônico (e-mail), os dias e horários disponíveis para as reuniões. Com o consentimento de todos os alunos ficou acordado com os mesmos que o melhor horário para realizar as reuniões seria em horário contrário ao da aula, no final da tarde.

Após o preenchimento da carta-convite os dez alunos selecionados levaram para casa um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (*ver Apêndice C*) para que os pais assinassem autorizando-os a participarem da pesquisa com a garantia da confidencialidade e do anonimato dos dados informados.

Os grupos de discussão foram marcados para os dias 05, 06 e 07 de abril com o início das sessões às 18h. No dia 04 de abril, um dia antes do primeiro encontro, foi estabelecido contato com os participantes inscritos por meio de mensagens de texto, ligação telefônica e e-mail a fim de confirmar o dia, o horário e o local do primeiro encontro. Dos dez inscritos, oito confirmaram a presença na pesquisa e, apenas seis compareceram no primeiro dia. No segundo e no terceiro dia de pesquisa compareceram ao encontro sete participantes.

Os encontros foram realizados na própria escola nas salas de aula que ficavam ociosas no turno da noite. As sessões dos grupos de discussão foram registradas em vídeo com o auxílio de uma câmera digital para análise posterior dos dados obtidos. No que diz respeito a duração das sessões a média foi de cerca de 50 minutos, sendo que o primeiro dia teve uma duração menor, em torno de 25 minutos.

CAPÍTULO V

Análise de Resultados

Este capítulo tem como objetivo analisar os dados obtidos na pesquisa de campo do trabalho de monografia sobre a percepção dos adolescentes do terceiro ano do ensino médio a respeito do ser negro e das manifestações de preconceito racial na escola, onde foi utilizada a técnica de grupo focal para coleta dos dados.

A pesquisa de campo contou com atividades variadas relacionadas ao ser negro, como reportagens, vídeos, discussões e dinâmicas, que foram distribuídas nos três dias de pesquisa. Os dados coletados foram analisados utilizando-se de uma releitura do método de análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), sob a ótica da autora Maria Laura Franco (2008), visto que a autora traz o mesmo conteúdo de Bardin em uma linguagem mais clara e acessível para os leitores.

Para a execução e organização das atividades foi utilizado o roteiro do grupo focal com o intuito de direcionar as discussões a fim de não fugir dos objetivos propostos pela pesquisa e não levar a discussão para outros temas correlatos.

As sessões dos grupos de discussão, distribuídas nos três dias de pesquisa, originou as sete categorias que serão analisadas na seqüência, e que foi fruto dos debates e atividades realizadas com os alunos participantes. Cada categoria é dividida em várias classes, que são expostas por meio de palavras, essas palavras foram retiradas das falas dos alunos em determinadas atividades. As classes são formadas de acordo com a semelhança das expressões ditas pelos alunos e são categorizadas conforme o número de ocorrências estabelecidas.

Quadro 1: Categoria 1 – Compreensão do que é ser negro

CLASSE	➤ Respostas	Nº de Ocorrências
Enfrentamento do preconceito		
➤ Luta ➤ Força ➤ Superação ➤ Coragem ➤ Enfrentar		06
Autoestima		
➤ Orgulho ➤ Honrar a cor ➤ Não ter vergonha ➤ Raça		05
Dificuldades		
➤ Diferença ➤ Preconceito ➤ Exclusão ➤ Obstáculos		04
Comportamento		
➤ Cultura ➤ Alegria		02
Anseio / Desejo		
➤ Liberdade		01

Obs: O número de ocorrências não está relacionado ao número de alunos pesquisados, mas sim ao número de respostas

No quadro 1 que abrange a categoria “Compreensão do que é ser negro” foi solicitado em uma atividade, que os participantes escrevessem em um papel as três primeiras palavras que viessem às suas cabeças sobre o que é ser negro, a fim de verificar quais eram as impressões iniciais dos estudantes acerca do tema.

Participaram desta atividade seis alunos, sendo que cada um se manifestou por meio de três palavras definidoras, totalizando dezoito palavras que foram analisadas e distribuídas em cinco classes diferentes. A primeira classe, a que contou com um maior número de ocorrências, contemplou os aspectos que dizem respeito à luta e à força dos negros contra o preconceito vivenciado desde os tempos remotos, como coloca Lorrayne quando diz que os negros têm que “enfrentar as dificuldades do dia-a-dia”. Para ela, os negros, ainda nos dias de

hoje, enfrentam muitas dificuldades e as mesmas devem ser enfrentadas todos os dias com muita força.

Esta classe trouxe aspectos positivos em relação à visão dos alunos sobre a situação dos negros na sociedade atual, pois deixou para trás a idéia de submissão, subordinação e baixa auto-estima que era associada aos negros e se instaurou uma nova idéia, de luta, força e coragem contra as desigualdades raciais ainda existentes. Nas falas dos pesquisados podemos observar as palavras: “luta”, “força”, “coragem” e “superação” que está intimamente relacionado com o movimento negro e suas reivindicações, bem como com as políticas de ações afirmativas. De acordo com Santos (1999) *apud* Moehlecke (2002) essa luta dos negros tem como objetivo,

(...) eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (SANTOS, 1999 *apud* MOEHLECKE, 2002, p. 201).

Dessa forma, pode-se observar que os princípios das ações afirmativas e do movimento negro existente no Brasil foram relatados na fala dos pesquisados enfatizando a questão da luta pelos direitos da população negra e pela quebra das desigualdades raciais.

A segunda classe, denominada auto-estima, contou com cinco ocorrências e demonstrou a importância da valorização da cor negra, do orgulho que o negro deve ter de sua cor, como expõe Érick em sua fala onde diz a posição que o negro deve ter diante de sua cor “não ter vergonha... assumir mesmo, sou negro” e, Lorryne ainda complementa dizendo que “nenhum negro tinha que ter vergonha do que é”. Por meio das passagens das falas de Érick e Lorryne, podemos perceber um avanço no que diz respeito ao quesito auto-estima do ser negro, diferentemente do que coloca Paré quando diz que a discriminação racial vivida na escola pode gerar más consequências como “vergonha de ser negro (a); medo da rejeição; baixa autoestima, etc” (PARÉ *apud* SILVA JÚNIOR, 2002, p. 44).

No entanto, ainda na fala de Lorryne quando diz que “pior que hoje ainda existe ... algumas pessoas que ... tem vergonha de ser negro” ainda pode-se perceber a existência da baixa auto-estima do negro diante de situações constrangedoras de preconceito. Todavia, podemos destacar a auto-estima como um fator de destaque para a compreensão do que é ser negro pelo grande número de ocorrências na pesquisa.

Na classe “Dificuldades” destacaram aspectos relacionados ao preconceito e aos obstáculos enfrentados pelos negros, frisando a idéia de que desde o período da escravidão a população negra enfrenta dificuldades por causa de suas características adscritivas. Conforme Hasenbalg (1979) expõe, desde a abolição da escravatura os negros sempre ficaram à margem da economia da época e ocupando as posições mais baixas da sociedade. Realidade que não se modificou muito no decorrer do tempo como diz Guilherme em sua fala “desde os tempos coloniais o negro... ele era totalmente excluído da sociedade... ele não era participativo... ele não tinha... dentro da sociedade ele não tinha seus direitos”. E, ainda nos dias de hoje os negros passam por diversas dificuldades pela luta da igualdade de oportunidade, como menciona Lorryne quando diz que “até hoje o negro enfrenta muitos obstáculos na sociedade, pelos seus direitos”

Dessa forma pode-se verificar que na visão dos adolescentes participantes da pesquisa a questão do preconceito e dos problemas enfrentados pelos negros ainda estão muito presentes na sociedade como uma herança do período escravista do Brasil.

A quarta classe faz referência ao jeito de ser do negro, aspectos que estão ligados ao comportamento, à cultura. O negro é visto pelos não-negros como pessoas que tem uma cultura diferenciada, fazendo menção à cultura africana e a alegria que emana deste povo. Roberta, em sua fala sobre a compreensão do ser negro, faz referência à aspectos culturais quando menciona a diversidade da cultura africana “pelo fato da cultura deles ser diversa... da África”. A alegria também é um aspecto que é bastante destacado quando falamos do ser negro, como diz Vanessa “pra mim o negro é sempre alegre, justamente porque tem essa ligação com os batuques”. Podemos perceber por meio desta classe que a influência da cultura africana colocada por Darcy Ribeiro ainda está muito presente no pensamento dos brasileiros, como podemos verificar em sua colocação quando diz que,

Essa parca herança africana - meio cultural e meio racial -, associada às crenças indígenas, emprestaria entretanto à cultura brasileira, no plano ideológico, uma singular fisionomia cultural. (RIBEIRO, 1995, p. 117)

A idéia de que a alegria e parte da cultura do povo brasileiro são provenientes dos povos africanos que se instalaram no Brasil e que, com a miscigenação se tornaram características intrínsecas a esse povo é presente na compreensão do que é ser negro para os participantes da pesquisa.

A última classe desta categoria conta com uma única ocorrência que diz respeito à Liberdade, no sentido de que “eles tentam conquistar até os dias de hoje” conforme diz Roberta. Com esta passagem Roberta faz referência de que os negros mesmo após a abolição da escravatura há tantos anos atrás, ainda lutam pela sua liberdade. No entanto, a liberdade em questão não se caracteriza somente por uma liberdade física, mas em todos os sentidos que subjaz a natureza humana, e ainda, em relação à libertação do preconceito e da discriminação que ainda existem na sociedade e que ainda afligem esta camada da população.

Quadro 2: Categoria 2 – O Lázaro Ramos se encaixa no papel de galã rico e sedutor de Insensato Coração?

CLASSES	➤ Respostas	Nº de Ocorrências
Não se encaixa	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Não é o certo ➤ Tinha que ser um cara branco, musculoso ➤ Ele não é bonito pra ser um galã de novela ➤ Não é uma coisa do cotidiano ➤ Galã como o fortão musculoso, que tem a pele clara, o cabelo bom 	05
Se encaixa	<ul style="list-style-type: none"> ➤ De certo fato sim ➤ Eu acho que não tem nada de diferente ➤ Eu acho que ele se encaixa... ➤ Ele atua muito bem 	04

Obs: O número de ocorrências não está relacionado ao número de alunos pesquisados, mas sim ao número de respostas.

Em uma atividade realizada sobre a opinião dos adolescentes acerca da atuação do ator negro, Lázaro Ramos, no papel de um galã, foi feita a seguinte pergunta “O Lázaro Ramos tem o tipo físico certo pra fazer o papel do designer rico e sedutor de Insensato Coração?”, conforme reportagem publicada na revista Época do dia 21 de fevereiro de 2011 que abordou a questão da atuação do ator na novela da Rede Globo.

Dentre várias opiniões acerca do tema puderam ser destacadas duas classes: uma que não concorda com o tipo físico do ator para ocupar tal papel e outra classe que se coloca a

favor do papel do ator e diz que é perfeitamente normal um negro ocupar o lugar de galã em uma novela.

A primeira classe desta categoria contou com cinco respostas que disseram que o ator em questão não se encaixa no papel de galã sedutor por não possuir características típicas desse tipo de personagem, como diz Roberta em sua fala “Tinha que ser um cara branco, musculoso” ou mesmo a fala de Guilherme que diz “ele não é bonito pra ser um galã de novela”. Dessa forma, podemos observar que as opiniões contrárias não está única e exclusivamente ligada à cor da pele, mas a aspectos relacionados à beleza. O estereótipo que se criou ao longo do tempo de um galã não é o que o ator em questão oferece para algumas pessoas. Com base nas respostas dadas pelos participantes pode-se observar uma espécie de “preconceito automático” como especifica Lima *et al* (2006),

(...) estudos constatam que um *priming* associado à categoria “Negros” (e.x., fotos de membros do grupo, rótulos categoriais ou estereótipos do grupo) facilita ou desencadeia de modo automático ou involuntário a estereotipia e o preconceito negativo contra os Negros. (LIMA *et al*, 2006, p. 310)

Sendo assim, pode-se constatar que, com o estímulo da reportagem em que um ator negro aparece em uma posição não comum em nossa sociedade, de status social e capacidade aquisitiva elevada, que foi mostrada aos alunos, a resposta mais comum por parte dos pesquisados foi dissociar o papel do personagem bem sucedido com o estereótipo de inferioridade do negro.

A segunda classe desta categoria dispõe de quatro respostas que acham que o ator se encaixa perfeitamente no papel de galã de novela, pois a análise parte da atuação do ator e não está relacionada a aspectos físicos e a cor da pele. Como diz Lívia em sua colocação “Eu acho que ele se encaixa... Ele atua muito bem”. Nesta fala podemos compreender que a análise feita pelos pesquisados não está ligada a estereótipos como observamos na classe anterior; a análise vai além da estereotipia do ser negro e do preconceito automático exposto por Lima *et al* (2006) e se atém a aspectos relacionados a características internas do ator em questão.

No entanto, como os negros foram marginalizados na sociedade ficando sem apoio a serviços básicos como emprego e educação e ocupando sempre posições mais baixas no mercado de trabalho consolidou-se a associação da imagem do negro à subordinação, a salários inferiores, etc. Dessa forma, quando há uma fuga da regra há uma tendência a causar

um estranhamento na população, como é o caso da novela; no entanto, a aceitação é crescente e constante.

Quadro 3: Categoria 3 – Percepções sobre dia-a-dia do adolescente negro na escola

CLASSE	➤ Respostas	Nº de Ocorrências
Valores	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Saber qual é o lugar dele ➤ Que ele não é inferior ➤ Nem é melhor do que ninguém ➤ A família inteira tinha orgulho da sua raça ➤ Poderia ser tratado como igual 	05
Entusiasmo	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Levou esse confronto ➤ Como uma luta ➤ Sempre ter coragem ➤ Determinação ➤ Lutar pelo que é 	05
Discriminação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Excluir essa pessoa ➤ Bullying 	02
Preconceito	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Chamado ele de... negritude ➤ Neguinho 	02
Atitude pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Punição pra violência na escola ➤ Direção tomou as suas providências 	02
Base familiar	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Procurou apoio com a família ➤ Exemplo de pai, de mãe que já sofreram 	02
Medo	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tinha muito medo de assumir a sua cor 	01

Obs: O número de ocorrências não está relacionado ao número de alunos pesquisados, mas sim ao número de respostas.

Esta terceira categoria foi baseada em uma atividade em que os participantes tinham que continuar uma história que havia sido iniciada pelo moderador. A história se iniciou da

seguinte forma “Era uma vez um adolescente, negro, estudante do GG que...” e, dessa forma, a partir da sentença inicial os estudantes elaboraram um meio e um fim para a narração. Esta atividade foi desenvolvida a fim de verificar quais são as percepções que os participantes têm a respeito do cotidiano do aluno negro dentro da escola.

Na ocasião, houve a participação de seis estudantes e as falas dos mesmos foram distribuídas em sete classes diferentes: Valores, Entusiasmo, Discriminação, Preconceito, Atitude Pedagógica, Base Familiar e Medo.

A primeira classe exibiu um quantitativo de cinco ocorrências que dizem respeito à valorização da cor negra, que ao longo de muito tempo foram considerados inferiores pela maioria da sociedade, como expõe Chiavenato (1980) “... desde que não existissem mais negros – ‘seres inferiores’ causando nosso atraso -, todos os problemas que eles representavam deixariam de existir.” (p. 231). Ou seja, era disseminada a idéia de que todos os problemas enfrentados pela sociedade seriam oriundos da presença dos negros e, consequentemente, se não os existissem todos os problemas seriam superados. Dessa forma, a idéia de inferioridade dos negros perpassou por muitos anos e, hoje podemos verificar que existe um grande movimento que está disposto a afirmar a não-inferioridade desta camada da população, como diz a fala de Roberta “saber qual é o lugar dele, que ele não é inferior” e Guilherme “poderia ser tratado como igual”, sendo assim podemos constatar na fala dos alunos a afirmação da igualdade entre todas as pessoas, independentemente da cor da pele.

A segunda classe desta categoria nos retorna a uma questão que foi discutida na primeira classe da categoria “Compreensão do que é ser negro”, que diz respeito à força e a luta da população negra contra as desigualdades que ainda existem em nosso meio e, reforça a idéia da energia do movimento negro e da coragem com que esse povo vem lutando para excluir os degraus de diferença que existem entre negros e brancos, conforme menciona Roberta em sua contribuição “sempre ter coragem e lutar pelo que é”.

A terceira classe, denominada discriminação, faz referências a aspectos mais negativos relacionados à pessoa negra, aspectos esses que vem se perpetuando através das gerações e que são, por vezes, promovidos pela própria escola conforme argumentação de Soares “os estudos realizados nos últimos dez anos apontaram, com clareza, a centralidade da discriminação no sistema educacional como fator de reprodução das desigualdades raciais (...)” (SOARES, 2005, p. 1). Lívia em sua fala faz menção à prática do bullying e a exclusão que o aluno negro sofre dentro do ambiente escolar e, estas práticas que ainda se vêem em

muitas escolas sem nenhuma intervenção pedagógica por parte dos agentes educadores é que podem contribuir para a manutenção do preconceito racial no ambiente educativo.

A classe denominada preconceito traz algumas palavras que estão relacionadas à cor da pele e que são utilizadas para diminuir a pessoa de cor negra por suas características adscritivas. Lívia em sua fala utiliza os termos negritude e neguinho para fazer referência às palavras que uma pessoa usa para discriminar uma pessoa de pele negra “ele brigou com uma pessoa, pelo fato de... dessa outra pessoa ter chamado ele de... negritude ou, sei lá, de... neguinho... essas coisas”. Pode-se perceber assim que a discriminação neste caso se dá única e exclusivamente por causa da cor da pele que, por sua vez, é considerada inferior e alvo de chacota. De acordo com Hasenbalg (1979) a cor da pele funciona como uma característica negativa, afetando dessa forma o desempenho escolar dos alunos negros por causa do preconceito e da discriminação que ocorrem na escola. As características dos negros são usadas contra eles próprios para humilhação e discriminação.

A quinta classe a ser analisada diz respeito à atitude pedagógica da escola diante de situações de preconceito, que pode ser considerada o ponto chave para a contenção desse mal que aflora a nossa sociedade. Lorrayne, em sua contribuição para a história, diz em relação à prática do preconceito racial no ambiente escolar que “há punição pra violência na escola” e que “a direção tomou as suas providências”. No entanto, sabemos que não ocorre exatamente desta forma, pois a escola bem como os atores sociais que nela atuam, não possui uma preparação específica para lidar com esse tipo de situação e acabam negligenciando as consequências dessas práticas. De acordo com Silva Júnior reina uma espécie de silêncio na escola que se cala diante de situações discriminatórias, como argumenta abaixo,

(...) no espaço escolar, as crianças podem se deparar com situações de discriminação na qual o silêncio parte diretamente das professoras. Este silêncio não é especificamente o não-discurso, mas um discurso que ora minimiza a ação da criança branca, ora tenta diminuir o impacto sobre a criança negra e, em muitos casos, não confirma, nem desconfirma a discriminação que o outro percebe e sofre (...) (SILVA JUNIOR, 2002, p. 50)

Sendo assim, a escola tende a legitimar as práticas de preconceito que ocorrem dentro de seu ambiente educativo por meio do silêncio que não visa a conscientização do comportamento do agressor e nem afirma a existência do ato discriminatório.

A sexta classe, denominada base familiar, traz a idéia de sucessão do preconceito e da discriminação racial, no sentido de que são passadas de geração pra geração as dificuldades encontradas na sociedade por causa da cor da pele. Segundo Hasenbalg (1979) ocorre uma espécie de ciclo vicioso na vida dos negros, pois os obstáculos enfrentados no acesso à escolarização sancionam a idéia disseminada do estereótipo do “negro sem instrução”, reforçando assim a discriminação ocupacional com os negros. Na fala de Érick “procurou apoio com a família” e “pegou exemplo de pai, de mãe que já sofreram” reforça a idéia de que o preconceito contra os negros vem de muito tempo atrás e ainda se faz presente nas gerações mais recentes e também na geração dos dias de hoje.

A sétima e última classe desta categoria tem a denominação de “Medo”, que é exatamente umas das falas da história contada pelos participantes e traz a idéia da associação da cor da pele com a discriminação e, consequentemente o medo de assumir a sua cor e de se orgulhar dela. O aspecto medo está diretamente relacionado com a vivência constante do preconceito, principalmente no ambiente escolar, que tende a gerar sentimentos como a “vergonha de ser negro (a); medo da rejeição; baixa autoestima, etc” (PARÉ *apud* Silva JÚNIOR, 2002, p. 44), como foi citado anteriormente na primeira categoria “Compreensão do que é ser negro”. Sendo assim, o negro tende a se reprimir para evitar situações constrangedoras de discriminação racial.

Quadro 4: Categoria 4 – Se já vivenciaram ou presenciaram situações de preconceito na escola

CLASSE	➤ Respostas	Nº de Ocorrências
Preconceito	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tem muito preconceito ➤ Falavam... “Ai, ele é negro, ele fede e que não sei quê ➤ Fala que negro é sempre ladrão ➤ Chama de crioulo ➤ “Ah, não vou ficar perto porque é crioulo”. ➤ “Ah não, outro crioulo na nossa sala” ➤ Ficava me chamando de neguinha 	07
Baixa autoestima	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ele começou a ter depressão ➤ Déficit de atenção na aula ➤ Foi muito ruim ➤ É horrível passar por isso ➤ Só quem passou que sabe 	05
Preconceito camuflado pela brincadeira	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Faziam piadinhas ➤ Tem um amigo meu que ele zoa demais ➤ Esse tipo de brincadeira ➤ Não sei se é brincadeira 	04
Superação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ele tinha amigos ➤ Ele superou 	02

Obs: O número de ocorrências não está relacionado ao número de alunos pesquisados, mas sim ao número de respostas.

Esta categoria procurou abranger as experiências que os adolescentes pesquisados já tiveram com o preconceito racial dentro do ambiente escolar e produziu um quantitativo de quatro classes de respostas que dizem respeito às suas vivências.

A primeira classe contou com sete ocorrências relacionadas a variados tipos de manifestação do preconceito racial como podemos verificar nas falas de Roberta “falavam: Ai, ele é negro, ele fede e que não sei quê”, “fala que negro é sempre ladrão”, na fala de Lívia “Ah, não vou ficar perto porque é crioulo” e na fala de Lorryne “ficava me chamando de neguinha”. Todas essas passagens mostram como se dá o preconceito dentro da escola e os estereótipos dedicados ao negro, como menciona Roberta em sua fala quando diz que a maioria das pessoas relacionam negro à ladrão. Conforme na quarta classe da categoria

anterior, nº 03, pôde ser verificado que a cor da pele é utilizada como objeto principal para a manifestação da atitude discriminatória, ou seja, é utilizada de maneira a inferiorizar o ser negro simplesmente por suas características externas ou adscritivas, mais precisamente por causa da cor da pele.

A segunda classe desta categoria compreendeu aspectos relacionados às consequências que o preconceito racial apresenta para as pessoas que ainda sofrem com esse mal, que está intimamente relacionado com a baixa autoestima e até a saúde mental. Essa questão é bem representada na fala de Roberta quando diz que “ele começou a ter depressão”, “déficit de atenção na aula” e também na fala de Lorryne quando afirma “É horrível passar por isso”, “só quem passou que sabe”. Todas essas passagens demonstram como o preconceito pode afetar de maneira dolorosa a vida destas pessoas e como isso influencia diretamente no sucesso ou insucesso da vida pessoal, profissional e escolar. Como citado anteriormente em outras ocasiões que Paré *apud* Silva Júnior (2002) expõe exatamente as consequências do preconceito racial na vida dos alunos vítimas, como a desvalia, a mágoa, a tristeza, etc.

A terceira classe contou com quatro ocorrências e diz respeito a um tipo de preconceito que é bastante observado nas escolas que é o preconceito manifestado por meio de brincadeiras. Os alunos pesquisados afirmam que não existe preconceito racial no ambiente escolar, no entanto, a todo o momento, fazem referência a algumas brincadeiras feitas na escola que tem o intuito de zombar com a cor da pele das pessoas negras. A percepção dos participantes da pesquisa está em conformidade com o que diz Paré quando fala que o preconceito racial na escola é mais observado por meio de “piadas, apelidos, brincadeiras, risos zombeteiros e ofensivos ao “ser negro” (...)” (PARÉ *apud* SILVA JÚNIOR, 2002, p. 43). A idéia do preconceito camuflado pela brincadeira poder ser claramente observada na fala de Lívia: “Tem um amigo meu que ele zoa demais”, “não sei se é brincadeira”. De acordo com a fala de Lívia podemos verificar que na escola há muitas “brincadeiras” relacionadas aos negros e que, nem sempre são consideradas brincadeiras ofensivas por parte dos professores ou equipe gestora; dessa forma os agentes da escola contribuem, de certo modo, para a manutenção das atitudes discriminatórias no ambiente escolar.

A quarta classe da presente categoria dispôs de duas ocorrências que dizem respeito à superação dos negros em relação ao preconceito e a discriminação vivenciada no ambiente escolar e, segundo os participantes pesquisados essa superação se deve, em parte, ao apoio dos amigos. Teixeira (2003, p. 244) considera esse tipo de apoio, de parentes e amigos, como

uma *rede de relações* que funciona entre pessoas de classes e identidades raciais distintas para agir de forma solidária a incentivar caminhos de sucesso ascensão.

Quadro 5: Categoria 5 – Se já observaram xingamentos preconceituosos na escola

CLASSE	➤ Respostas	Nº de Ocorrências
Consideram as brincadeiras preconceituosas inofensivas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Principalmente as brincadeiras ➤ Eu já vi de brincadeira ➤ Nunca vi uma pejorativa ➤ Brincadeiras por um aspecto físico dela ➤ Te chamar de nego, de preto, é normal 	05
Consideram as brincadeiras preconceituosas ofensivas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Toda brincadeira tem um fundo de verdade ➤ Tem brincadeiras que incomodam uma pessoa ➤ A ofensa é camouflada pela brincadeira 	03
Preconceito do professor	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tem professor preconceituoso ➤ Que faz através de dever, esse tipo de coisa pequena 	02

Obs: O número de ocorrências não está relacionado ao número de alunos pesquisados, mas sim ao número de respostas.

A presente categoria buscou abranger aspectos relacionados aos xingamentos preconceituosos em relação à cor da pele que podem ser observados no ambiente escolar pelos próprios alunos. Desse universo de respostas tirou-se um quantitativo que resultou na criação de três classes distintas.

A primeira classe contou com quatro ocorrências e diz respeito aos xingamentos preconceituosos que ocorrem na escola por meio de brincadeiras e que são considerados inofensivos por parte dos alunos. Nesta classe em questão os alunos pesquisados consideram as brincadeiras feitas pelos agressores como simples brincadeiras inofensivas e sem intenção de machucar o outro, como podemos observar na fala de Aline quando se coloca em relação a essas práticas “nunca vi uma pejorativa” ou “te chamar de nego, de preto, é normal”. Para Aline, bem como para outros participantes, brincadeiras que colocam em questão aspectos físicos da pessoa, como a cor da pele, faz parte do dia-a-dia da escola e não ameaçam a integridade física e moral dos alunos-alvo. As ocorrências analisadas nesta classe vão contra

as constatações de Paré *apud* Silva Júnior (2002) onde diz que o preconceito é, na maioria das vezes, manifestado por meio das brincadeiras no ambiente educativo e, na visão dos alunos pesquisados essas brincadeiras ligadas a cor da pele são inofensivas, não se caracterizando assim como preconceito.

A classe “Consideram as brincadeiras preconceituosas ofensivas” exibiu um quantitativo de três ocorrências que estão relacionadas às ações montadas pelo agressor com o intuito de camuflar o seu ato discriminatório, como é o caso das brincadeiras. Diferentemente da primeira classe, esta traz a idéia de que essas brincadeiras são totalmente ofensivas e são feitas para humilhar e machucar as pessoas que são alvo da chacota, como podemos verificar na fala de Aline quando diz que “a ofensa é camuflada pela brincadeira” e “toda brincadeira tem um fundo de verdade”. Ou seja, o agressor sabe exatamente o que está fazendo e também sabe que se fizer determinada brincadeira com alguma pessoa que diz respeito às características físicas vai atingir esta pessoa e a machucar. O mesmo pode ser observado na fala dos pesquisados na terceira classe da categoria anterior, onde fazem menção às brincadeiras como meio de praticar a discriminação. Paré *apud* Silva Júnior (2002) considera que preconceito racial na escola é mais observado por meio de piadas, apelidos e brincadeiras em relação ao negro. Pode-se verificar que há certa contradição nas falas dos pesquisados, pois no mesmo instante em que consideram as brincadeiras inofensivas, repensam e vêem o seu lado perverso.

A terceira classe desta categoria contou com duas ocorrências e vai um pouco mais além da questão colocada, abrangendo o universo do docente em consonância ao preconceito observado em sala de aula. Na visão dos participantes pesquisados há a existência do preconceito na relação professor-aluno, no entanto ele é manifestado de forma mais sucinta e por meio de pequenas coisas como diz Roberta “tem professor preconceituoso”, “que faz através de dever, esse tipo de coisa pequena”. Esse tipo de análise também pode ser observada na fala de alguns teóricos, como Santos, quando diz que “muitos educadores (as) tem baixas expectativas diante de crianças negras, e se assustam diante da possibilidade de suas salas serem majoritariamente compostas por alunos negros.” (SANTOS *apud* SILVA JUNIOR, 2002, p. 51). O preconceito de professores com alunos negros também pode ser verificado em algumas colocações estereotipadas como cita Santos *apud* Silva Junior (2002) “O pessoal da favela só vem na escola para comer” ou ainda, “Os alunos negros são os que mais dão trabalho no recreio. Adoram uma bagunça!” (SILVA JUNIOR, 2002, p. 32). Sendo assim,

constata-se que os estereótipos relacionados ao ser negro são difundidos tanto pelos alunos quanto por professores e demais agentes educativos.

Quadro 6: Categoria 6 – Já sofreram ou presenciaram algum tipo de discriminação fora da escola

CLASSE	➤ Respostas	Nº de Ocorrências
Apelidos Discriminatórios	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Negresco ➤ Ficou gritando macaco ➤ Macaco, seu nego ➤ Carvão 	04
Medo do Preconceito	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Eu assustei ➤ Fiquei chocada ➤ Fiquei com medo 	03

Obs: O número de ocorrências não está relacionado ao número de alunos pesquisados, mas sim ao número de respostas.

Esta categoria tem como objetivo verificar se os participantes da pesquisa já sofreram ou já presenciaram alguma forma de preconceito racial, seja no ambiente escolar ou fora dele. Em categorias anteriores foi questionado aos alunos questão semelhante que abordava o mesmo assunto apenas no ambiente educativo, limitando as intervenções dos participantes. Das respostas obtidas puderam-se ordenar três classes distintas que dizem respeito a: apelidos discriminatórios, medo do preconceito e superação.

A primeira classe denominada “apelidos discriminatórios” contou com um total de quatro ocorrências que fazem referência a apelidos que são colocados nos negros com a intenção de discriminá-los por causa da cor da pele e a outros aspectos físicos, como podemos verificar na fala de Érick quando diz que já foi chamado de “negresco” e na fala de Aline em que relata uma história em que presenciou preconceito racial onde os agressores utilizavam palavras como “macaco” e “carvão” para se referir aos negros. Na categoria número três, na classe que se dedica a esclarecer questões relacionadas ao preconceito, Hasenbalg (1979) ressalta que a cor da pele é fator determinante para os atos discriminatórios e, geralmente os agressores se utilizam dessa característica física para humilhar suas vítimas como bem coloca Aline em sua colocação onde um agressor “ficou gritando macaco, seu nego”

A segunda classe desta categoria abrangeu um total de três ocorrências que dizem respeito ao temor que as pessoas negras têm de sofrer o preconceito e a perplexidade que as mesmas ficam em presenciar atos preconceituosos. Aline em sua colocação relata um fato em que ela observou uma atitude preconceituosa com um jogador de vôlei em um jogo que iria se apresentar posteriormente, e se coloca da seguinte forma “ficaram gritando carvão e eu fiquei chocada. Eu fiquei com medo de jogar (...).” O medo de sofrer o preconceito e discriminação por causa da cor da pele é fato recorrente na vida do negro que vive em uma sociedade onde existe desigualdades raciais. Conforme argumentação de Paré *apud* Silva Júnior (2002) em ocasiões anteriores, o negro que já teve um histórico de preconceito tende a sentir medo da rejeição, vergonha de sua cor e desgosto às piadas raciais. Nesta ocasião citada por Aline o medo se deve ao fato dela ter presenciado uma discriminação com outra pessoa de mesma cor de pele, dessa forma se sentiu sujeita ao mesmo tipo de discriminação.

A terceira classe exibiu um quantitativo de três ocorrências que fazem menção à superação que a vítima dá em cima do preconceito sofrido como podemos observar nas colocações de Érick quando diz “depois resolveu” e na fala de Aline quando fala “não teve problema não”. Essas duas falam reforçam a idéia de Paré (2002) quando diz que a criança negra é, de certa forma, ensinada a acostumar-se com o preconceito e a discriminação, pois no ambiente escolar onde é o espaço que a criança deve ser educada ensina-se à criança negra a saber lidar com situações de preconceito e não se importar com elas e, ao mesmo momento, não se repreende o ato discriminatório do agressor, gerando assim uma legitimação dessas atitudes repugnantes.

Quadro 7: Categoria 7 – Mapa conceitual sobre Discriminação Racial na Escola

CLASSE	➤ Respostas	Nº de Ocorrências
Conseqüências do Preconceito	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Trauma para toda a vida ➤ Exclusão ➤ Abandono escolar ➤ Futuro incerto 	04
Apoio	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aceitação total da sociedade ➤ Incentivo ➤ Apoio pedagógico 	03
Força	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Confiança em si ➤ Lutar pelos seus direitos 	02
Timidez	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Timidez 	01

Obs: O número de ocorrências não está relacionado ao número de alunos pesquisados, mas sim ao número de respostas.

A presente categoria foi oriunda de uma atividade em que os alunos pesquisados tinham que fazer conexões com uma frase geradora inicialmente proposta pelo moderador que foi “Discriminação Racial na Escola” e, a partir desta frase os estudantes iam relacionando outras frases e/ou palavras e assim sucessivamente, de modo que todo o “mapa conceitual” (*ver Apêndice F*), que é o nome denominado para este tipo de atividade, estivesse interligado de alguma forma.

Com base nas palavras e frases escritas pelos alunos pesquisados no mapa conceitual pudemos ordená-las em quatro classes distintas, sendo elas: conseqüências do preconceito, apoio, força e timidez. Nesta atividade os sete participantes se manifestaram pelo menos uma vez com alguma palavra e alguns se manifestaram mais de uma vez.

A primeira classe desta categoria exibiu um quantitativo de quatro ocorrências que dizem respeito às conseqüências que o preconceito racial gera na vida das pessoas que sofrem com este tipo de atitude. Todas as quatro palavras/frases colocadas nesta classe se referem, de certa forma, a argumentações que foram citadas anteriormente e que estão relacionadas com o sentimento de baixa autoestima do negro ao sofrer um preconceito. Quando Lorrayne expõe a

palavra “exclusão” ela justifica dizendo que “quando a pessoa começa a sofrer muito preconceito, abala o psicológico, a pessoa não vai ter (...) não vai ter vontade de se interar com as pessoas, de procurar ter uma amizade, porque ela não vai se sentir bem”, esta passagem está em consonância com o que diz Paré *apud* Silva Junior (2002) quando ele diz da vergonha que o negro passa a sentir após sofrer discriminação e, conforme verifica-se na fala de Lorryne, essa vergonha pode acabar evoluindo para uma auto-exclusão da vítima por medo de sofrer o preconceito novamente.

O mesmo pode-se dizer da manifestação de Vanessa quando ela coloca a frase “trauma para toda vida” e a justifica dizendo que “criança, eu acho muito frágil, muito indefesa e quando você faz uma brincadeira com uma criança, principalmente na época da escola, ela vai levar isso pra vida toda” e, assim a mágoa, o desgosto, a baixa autoestima vão permear a vida dessa criança conforme cita Paré *apus* Silva Junior (2002). O abandono escolar citado por Aline em sua fala também se deve, em parte, ao fato da criança negra querer fugir do preconceito desistindo dos estudos por ter medo da rejeição e ter vergonha, conforme citado anteriormente, e também pelo fato da necessidade de trabalhar para ajudar a família que, geralmente não dispõe de muitos recursos como exemplifica Cuti e Correia Leite,

minha mãe foi uma negra, doméstica, muito lutadora, mas não podia me manter. Ela tinha de me deixar na casa dos outros para poder trabalhar [...] eu sempre vivi maltratado [...] tive uma irmã que veio mais tarde e viveu a mesma circunstância que a minha [...] com ajuda de minha mãe fui trabalhar como entregador de marmitas, menino de recados e ajudante de carpinteiro” (CUTI & CORREIA LEITE, 1992 *apud* GONÇALVES e SILVA, 2005, p. 189).

De certa forma essa necessidade de abandonar os estudos para se inserir no mercado de trabalho desde criança também se deve ao fato do preconceito a que é submetida a população negra desde os tempos remotos, onde não existia igualdade de oportunidades para brancos e negros – e mesmo depois de tantos anos ainda luta-se por isso nos dias atuais. Assim, com a não garantia de recursos financeiros pela família, a criança acaba tendo que se inserir no mercado de trabalho.

A segunda classe se dedica ao tema “apoio” e apresentou um total de três ocorrências que falam um pouco do incentivo à luta pelos direitos da população negra , da conscientização e do apoio que a escola deve oferecer às vitimas do preconceito dentro do ambiente escolar. No entanto, conforme mencionado na categoria número três por Silva Junior (2002) foi

instaurado uma política do silêncio na escola, onde não se repudia, não repreende e não conscientiza o ato discriminatório e acaba legitimando esse tipo de atitude. O ambiente mais apropriado para se realizar uma conscientização contra a discriminação racial, bem como conscientização dos direitos a serem procurados pelos negros que sofrem de preconceito, é o ambiente escolar por meio dos professores e dos demais agentes educativos, no entanto, infelizmente, como podemos observar na argumentação de Silva Junior (2002) os atores supracitados estão deixando a desejar nesse aspecto, se calando diante deste tipo de comportamento.

A terceira classe desta categoria foi denominada de “Força” e teve duas ocorrências que diz respeito à luta da população negra pelos seus direitos, aspecto que foi muito mencionado pelos alunos pesquisados em categorias anteriores. Na fala de Guilherme podemos verificar a idéia do movimento negro e da ação afirmativa citada anteriormente quando ele diz “não se deixar abater pela discriminação (...) Eu acho que a partir do momento que você luta pelos seus direitos é uma forma de você tá combatendo a discriminação racial no colégio e em qualquer outro lugar”. De acordo com Santos *apud* Moehlecke (2002) a idéia do movimento negro é justamente a que foi retratada por Guilherme em sua fala, que é a luta pela igualdade de oportunidades entre negros e brancos e o combate à discriminação e o racismo ainda existente em nossa sociedade. E a “confiança em si” citada por Roberta é fator determinante e decisivo para estimular a vontade de lutar pelos direitos dos negros, pois sem confiança e determinação a luta pode não ser muito eficaz.

A última classe desta categoria teve uma única ocorrência relacionada à timidez e é exposta na fala de Érick em sua contribuição para a construção do mapa conceitual quando diz que “a maioria das vezes a exclusão é causada pela timidez do indivíduo. Tipo... ele tem vergonha de se apresentar, de entrosar com as outras pessoas aí ele fica muito excluído”. De acordo com Gomes (2003), essa timidez que geralmente os negros possuem pode ser oriunda de um histórico de preconceitos vividos e que acarretam em um complexo de inferioridade construído no decorrer de sua trajetória social e educacional. Nesse sentido, há uma espécie de auto exclusão do aluno negro por vergonha e por medo de se relacionar com outras pessoas e voltar a sofrer atitudes discriminatórias e, dessa forma, a auto exclusão acaba se tornando a melhor saída para evitar constrangimentos e mágoas.

CAPÍTULO VI

Considerações Finais

Depois de desenvolvida, realizada e analisada a pesquisa de campo sobre as percepções dos jovens do ensino médio sobre o ser negro e como se dá as manifestações de preconceito racial no ambiente escolar, é possível chegar a várias considerações que consolidam antigas percepções sobre o ser negro e sobre o preconceito racial e percepções que contradizem a idéia do negro submisso, aspectos que estão mais relacionados à luta e à força dessas pessoas contra as desigualdades raciais.

Podemos dizer que neste trabalho se destacou as relações voltadas aos valores dos negros, como a auto-estima do negro e à sua valorização. A idéia de compreensão do ser negro por parte dos adolescentes está ligada a pontos positivos como à vontade de enfrentar o preconceito e não aceitar à posição de inferioridade no mercado de trabalho, à auto-estima, à valorização da cultura, etc. E, no último patamar os jovens manifestam a idéia das dificuldades que os negros ainda têm que enfrentar nos dias de hoje. Podemos perceber, por meio das falas dos participantes, que a idéia de superação e luta contra o preconceito está muito presente no pensamento dos jovens. Há uma idéia consolidada de que os negros devem lutar pelos seus direitos e que não faz mais sentido ficar em uma posição de submissão.

No entanto, ainda pode ser observado o preconceito racial por meio dos estereótipos que a sociedade impõe, como pôde ser notado na atividade em que os alunos tinham que manifestar a sua opinião, a favor ou contra, o papel do ator negro Lázaro Ramos no personagem de um galã sedutor; foi constatado que a maior parte das respostas obtidas foi contra o biótipo do ator para esse tipo de atuação. É o que podemos classificar como preconceito automático, como citado anteriormente na revisão bibliográfica. De acordo com Lima,

(...) estudos constatam que um *priming* associado à categoria “Negros” (e.x., fotos de membros do grupo, rótulos categoriais ou estereótipos do grupo) facilita ou desencadeia de modo automático ou involuntário a estereotipia e o preconceito negativo contra os Negros. (LIMA *et al*, 2006, p. 310)

Nesse sentido, o que foi mostrado aos alunos e que era associado à categoria “negros” foi uma reportagem sobre a posição social e econômica que o ator Lázaro Ramos estava

ocupando na “sociedade” da novela em questão. Por meio deste estímulo pôde-se ser notado que as primeiras impressões dos alunos foram contrárias à associação do ator com a posição que o mesmo estava ocupando. Lima *et al* (2006) classifica esse tipo de reação como sendo o preconceito automático, que é manifestado involuntariamente e que está relacionado a estereotipias.

No que tange aos tipos de manifestação do preconceito racial que podemos verificar dentro do ambiente escolar, é quase que unanimidade a resposta de que o preconceito é observado por meio das brincadeiras ofensivas ao ser negro, das piadas, chacotas, etc. A discriminação que ocorre com o negro dentro do ambiente educativo vem sempre camouflada pelas brincadeiras e pelas piadas, nunca é de maneira direta. E, por mais que os alunos que não são vítimas desse preconceito considerem as brincadeiras como inofensivas, elas podem afetar muito o psicológico da vítima da discriminação e trazer sérias consequências como a vergonha de ser negro, a baixa auto-estima, o medo, mesmo sendo em tom de brincadeira.

Em suma, na visão dos alunos não é muito observável o preconceito racial na escola, sendo desferido mais por meio das brincadeiras. No entanto esse tipo de prática também pode ser considerado como uma forma de discriminação, mas que infelizmente tem passado despercebido pelos olhos dos alunos e muitas vezes pelos olhos dos agentes educativos, que negligenciam esse tipo de situação.

Como verificado anteriormente, o silêncio dos professores e agentes educativos diante das manifestações de preconceito e discriminação que ocorrem na escola, mesmo em forma de piadas, podem promover ainda mais essa prática. A não conscientização, o não repúdio e a não punição a essas atitudes traz a idéia de que a escola está livre desse tipo de comportamento, perpetuando assim esse tipo de atitude.

Sendo assim, é necessário que se criem mais políticas públicas a fim de conscientizar, primeiramente a escola, para poder conscientizar, em um segundo plano, os alunos que a freqüentam e para tentar, de alguma forma, reduzir as várias formas de promoção e manutenção das desigualdades raciais que existem dentro do ambiente escolar.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

O encerramento do trabalho monográfico, bem como do curso de graduação, pode ser considerado um divisor de águas na vida do aluno, pois se inicia uma nova etapa da trajetória de vida, com mais responsabilidade, mais capacidade de tomar decisões, mais poder de escolhas, etc.

No entanto, nunca é hora para parar a constante busca pelo conhecimento, por isso mesmo com essa etapa finalizada, não abrirei mão de prosseguir nos estudos por meio de cursos de especialização, mestrado e, quem sabe também, um doutorado.

Todavia, inicialmente com o intuito de adquirir estabilidade financeira pretendo, por meio de concursos públicos, conseguir atuar como pedagoga em órgãos públicos que destinam vagas para esse tipo de formação. No mais, uma das minhas principais metas é nunca largar o hábito de buscar o crescimento intelectual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível na Internet em: www.planalto.gov.br. Acessado em 06 de maio de 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial*: Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2009.

CARDOSO, RUTH C. L. et al; SÃO PAULO (ESTADO). *O preconceito*. São Paulo: Imesp, 1996/1997. 168 p.

CARRARA, Sérgio e HEILBORN, Maria Luiza (Orgs.). *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil, 2009. 266 p.

CHIAVENATTO, Julio Jose. Negro no brasil: *Da senzala a guerra do paraguai(o)*. 2. ed. Sao paulo: Brasiliense, 1980. 259 p.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. *Análise de conteúdo* / Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. – Brasília, 3^a edição : Liber Livro Editora, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*/ Antônio Carlos Gil. – 5. ed. – 8. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2007.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Movimento negro e educação*. Educação como exercício de diversidade. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2005.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no brasil*. Rio de janeiro: Graal, 1979. 250 p.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Desigualdades raciais no Brasil*: um balanço da intervenção governamental / Luciana de Barros Jaccoud e Nathalie Beghin. – Brasília : Ipea, 2002.

JONES, James M. *Racismo e preconceito*. São Paulo: Edgard Blücher, 1973. 173 p.

LIMA, Marcus Eugenio O.; MACHADO, Caliandra; ÁVILA, Josele; LIMA, Carolina; VALA, Jorge. *Normas Sociais e Preconceito: O impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros*. Psicologia: Reflexão e Crítica, 19(2), 309-319. 2006.

MOEHLECKE, Sabrina. *Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, n.117, p. 197–217, novembro/ 2002.

NEVES, José Luis. *Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades*. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V.1, Nº 3, 2º Sem./1996. Disponível na Internet em: www.eadfea.usp.br. Acessado em 10 de maio de 2011.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. *As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino*. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n. 45, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. – São Paulo, 2ª edição: Companhia das letras, 1995.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 82 p. (Coleção primeiros passos)

SILVA JR., Hedio. *Discriminação racial nas escolas: Entre a lei e as práticas sociais*. Brasília: UNESCO, 2002. 95 p.

SOARES, Sergei Suarez Dillon (org.) *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. 202 p.

TEIXEIRA, Moema De Poli. *Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva, 1928 – *Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação/ Augusto Nibaldo Silva Triviños*. – São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICES

Apêndice A – Carta de Apresentação	102
Apêndice B – Carta Convite	103
Apêndice C – Termo de Consentimento	104
Apêndice D – Roteiro Grupo Focal	105
Apêndice E – Questionário	107
Apêndice F – Mapa Conceitual	109

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Eu, Gláucia de Oliveira, graduanda vinculada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa Dra Teresa Cristina Siqueira Cerqueira, estou realizando uma pesquisa com jovens alunos do ensino médio. A pesquisa tem como objetivo compreender e analisar a percepção de jovens do ensino médio de uma escola pública do Distrito Federal sobre a percepção dos adolescentes acerca do ser negro e quais são os mecanismos de manifestação dessa prática na escola.

O trabalho de campo, que consiste na realização de grupos de discussão com oito jovens, deverá ser realizado entre os meses de março e maio de 2011 em uma escola pública da região administrativa do Guará. Para que o grupo focal atenda aos objetivos da pesquisa, pelos menos dois alunos, dos oito selecionados, deverão ser negros.

Solicitamos, assim, a autorização e o apoio da Diretoria e dos professores para realizarmos os grupos de discussão na turma do terceiro ano de ensino médio, do turno matutino, bem como a disponibilização de um ambiente para que o debate possa ser realizado. As sessões dos grupos de discussão serão registradas em vídeo com o auxílio de uma câmera digital para análise posterior dos dados obtidos.

Os alunos que participarem dos grupos de discussão deverão preencher um questionário a fim de obter informações complementares sobre os participantes do grupo. As respostas obtidas no questionário terão um caráter confidencial, apenas a pesquisadora terá acesso às informações desagregadas, responsabilizando-se pela não divulgação dos nomes dos jovens participantes da pesquisa.

Ressalte-se que todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos participantes e são absolutamente confidenciais, não sendo divulgados os nomes dos alunos, ou quaisquer outros informantes.

A participação do aluno será espontânea e voluntária e com a autorização dos pais. Será solicitado ainda, de cada aluno, um termo de consentimento livre e esclarecido.

Qualquer contato com a pesquisadora poderá ser feito pelo telefone XXXXXX ou pelo seguinte e-mail: XXXXXXXX.

Agradecemos a colaboração da escola.

Atenciosamente,

Gláucia de Oliveira

UnB – Mat. 08/30534

Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira

Prof^a. Dr^a. Da FE – UnB



Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

CARTA CONVITE

Caro/a jovem.

Estamos realizando uma pesquisa com jovens estudantes do Ensino Médio a fim de verificar quais as percepções dos adolescentes acerca do ser negro e quais são os mecanismos de manifestação dessa prática na escola. Você está convidado/a para participar de um grupo de discussão sobre esse tema. Caso esteja interessado/a em colaborar com a pesquisa preencha a seguir o seu nome, telefone e e-mail para que possamos entrar em contato para agendar o grupo de discussão.

Nome: _____ Telefone: _____

E-mail: _____

Dia e horário disponíveis: _____

Agradecemos a sua colaboração!



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação e, se for o caso, de seu responsável, na Pesquisa de Monografia do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, que tem como objetivo compreender e analisar a percepção de jovens do ensino médio de uma escola pública do Distrito Federal sobre a percepção dos adolescentes acerca do ser negro e quais são os mecanismos de manifestação dessa prática na escola.

O trabalho de campo consiste na realização de grupos de discussão com os jovens para conhecer o que eles pensam sobre o referido tema. Em atividade realizada, em sala de aula, com o consentimento e apoio da escola, convidamos as turmas de 3º ano para participar de grupos de discussão, alguns jovens demonstraram interesse em contribuir na referida atividade. Entre eles, o seu/sua filho/a.

Solicitamos, assim, a sua autorização para que o (a) aluno (a), participe dos grupos de discussão nos dias a serem definidos com os alunos e no horário contrário às aulas. Os grupos de discussão serão realizados na própria escola.

Por intermédio deste Termo são-lhes garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

Brasília, ____ de _____ de 20____

Participante: _____

Como responsável pelo(a) adolescente _____, declaro o meu consentimento para sua participação nesta Pesquisa.

Responsável: _____

Assinatura do Pesquisador

Roteiro para Grupo de Discussão

(Primeira Sessão)

- Apresentação dos participantes

ATIVIDADE: Ser Negro É...

Cada participante deverá escrever as primeiras três palavras que vem a sua cabeça e explicá-las.

ATIVIDADE: Construção de uma história contada por todos os participantes

Era uma vez um adolescente, negro, estudante do GG que...

- Encerramento da Sessão: O moderador investiga os sentimentos surgidos no grupo, agradece a presença de todas as pessoas, realiza as combinações para a próxima sessão, esclarece possíveis dúvidas e finaliza a sessão.

(Segunda Sessão)

ATIVIDADE: Reportagem da revista época sobre “O primeiro galã negro”: O que o papel do ator Lázaro Ramos como um playboy rico e sedutor revela sobre as mudanças sociais que estão ocorrendo no Brasil.

- Em sua opinião o ator Lázaro Ramos te o tipo físico certo para fazer o papel do designer rico e sedutor de Insensato Coração?
- Você se surpreendeu ao ver um ator negro no papel de um galã irresistível?
- Vocês acham que esse papel do ator já significa uma mudança no pensamento do povo brasileiro?
- Vocês acham que a sociedade brasileira está preparada pra esse tipo de mudança de status social e econômico do negro?

ATIVIDADE: Dados do IBGE 1999

População negra:	45%
Negros cursando ensino superior:	7%
Negros com 25 anos ou mais que concluíram o ES:	2%

Dados do IBGE 2009

População negra:	51%
Negros cursando ensino superior:	28%
Negros com 25 anos ou mais que concluíram o ES:	5%
Por que vocês acham que o percentual de negros com 25 anos ou mais que concluíram o ES, cresceu apenas 3% em 10 anos?	
“A proporção de pretos, entre as vítimas da violência policial, é 3 vezes a proporção desse grupo na população como um todo” Relatório de PNUD – 2009	

(Terceira Sessão)

ATIVIDADE: Vídeo de um adolescente de 13 anos que sofreu discriminação racial na escola em Campo Grande

Quais suas primeiras impressões sobre esse caso?

O que vocês acharam da argumentação da diretora?

O que vocês acharam dos xingamentos usados pelos colegas para humilhar o adolescente?

São xingamentos comuns de se ouvir na escola?

Pra vocês quais são as manifestações mais freqüentes de preconceito racial na escola, por parte de alunos, professores?

Vocês já presenciaram ou vivenciaram situação parecida dentro da escola?

ATIVIDADE: Vídeo da série “Todo Mundo Odeia o Chris”

Vocês já perceberam alguma atitude racista por parte de professores em alguma escola que vocês estudaram?

Eu gostaria de saber se vocês já tiveram alguma experiência com discriminação? Poderiam falar como foi?

ATIVIDADE: MAPA CONCEITUAL

QUESTIONÁRIO PARA JOVENS PARTICIPANTES DO GRUPO DE DISCUSSÃO

O objetivo deste questionário é o obter informações complementares sobre os participantes dos grupos de discussão. Para isso, pedimos sua colaboração voluntária no sentido de responder, individualmente, a este questionário. As suas respostas são confidenciais. A sua colaboração é muito importante para esta pesquisa.

Agradecemos a sua colaboração!

1) Nome Fictício: _____

2) Idade: _____ anos

3) Sexo: 1 () feminino 2 () masculino

4) Cor ou raça:

1 () Branco

2 () Pardo

3 () Preto

4 () Amarelo

5 () Indígena

5) Cor ou raça da sua mãe:

1 () Branco

2 () Pardo

3 () Preto

4 () Amarelo

5 () Indígena

6) Cor ou raça do seu pai:

1 () Branco

2 () Pardo

3 () Preto

4 () Amarelo

5 () Indígena

7) Qual a sua religião?

1 () Católica

2 () Evangélica

3 () Espírita

4 () Umbanda/Candomblé (religiões afro-brasileiras)

5 () Outra. Qual? _____

6 () Nenhuma

8) Atualmente, você trabalha?

1 () Não. Nunca trabalhei.

2 () Não. Estou procurando trabalho.

3 () Sim. Trabalho fixo remunerado.

4 () Sim. Faço bicos.

5 () Sim. Faço estágio remunerado.

9) Você pretende prestar vestibular na UnB? 1 () Sim 2 () Não

10) Você pretende prestar vestibular em outra instituição? 1 () Sim 2 () Não

11) Para qual curso você pretende prestar vestibular?

12) Gostaríamos de saber sobre a escolaridade do seu pai e da sua mãe (marque o último grau de escolaridade):

12.1) Grau de escolaridade do pai

1 () Sem escolaridade

2 () Ensino fundamental incompleto

3 () Ensino fundamental completo

4 () Ensino médio incompleto

5 () Ensino médio completo

6 () Ensino superior incompleto

7 () Ensino superior completo

8 () Pós-graduação

12.2) Grau de escolaridade da mãe

1 () Sem escolaridade

2 () Ensino fundamental incompleto

3 () Ensino fundamental completo

4 () Ensino médio incompleto

5 () Ensino médio completo

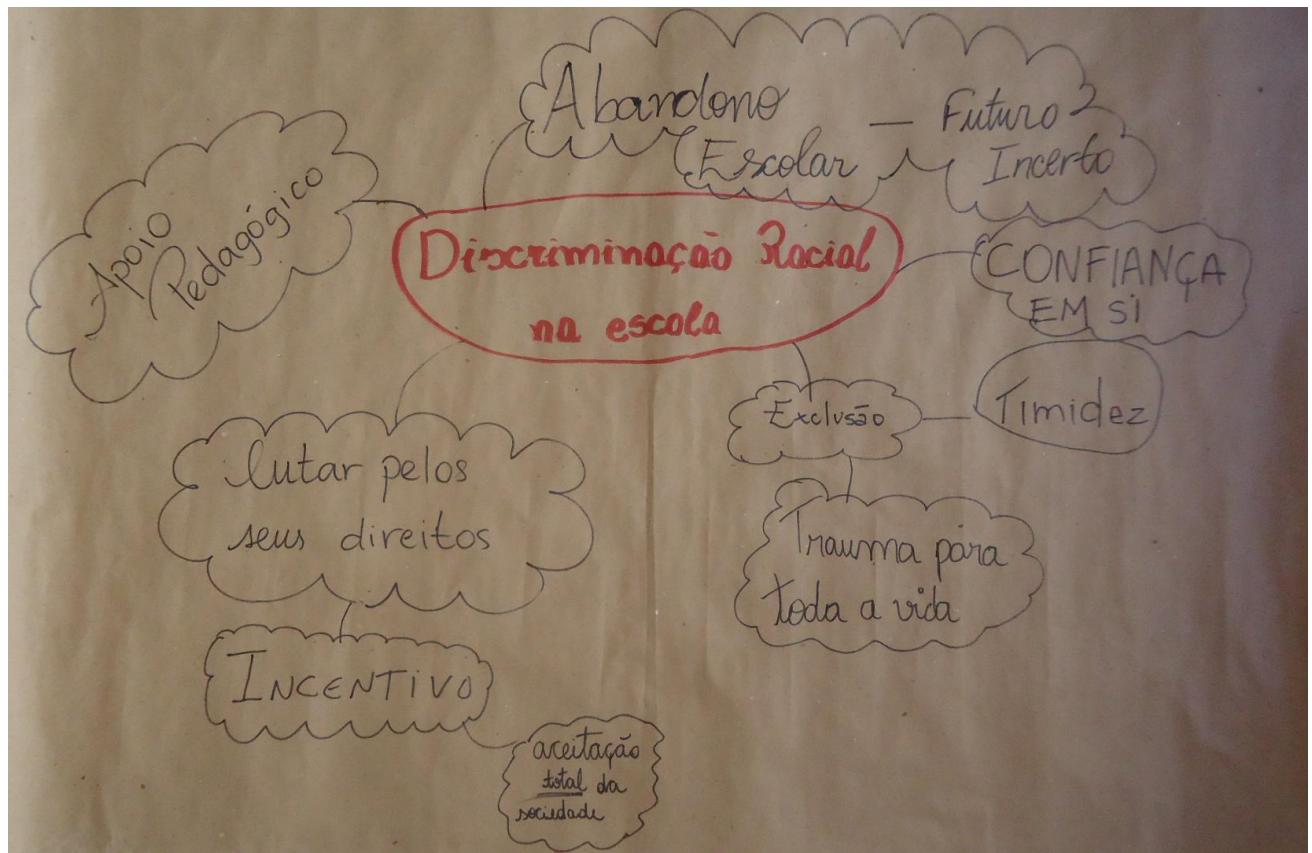
6 () Ensino superior incompleto

7 () Ensino superior completo

8 () Pós-graduação

13) Qual a profissão do seu pai?

14) Qual a profissão da sua mãe?

MAPA CONCEITUAL

ANEXOS